

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIA ECONÔMICAS
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - IEPE

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DESIGUAL (UM ESTUDO DE CASO).

ELOMAR TAMBARA

TESE DE CONCLUSÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ECONOMIA RURAL E SOCIOLOGIA RURAL - Nº 91
PORTO ALEGRE - 1983

U F R G S

Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades

A G R A D E C I M E N T O S

Ao finalizar este trabalho, expresso meu reconhecimento às pessoas e instituições que direta ou indiretamente contribuíram na sua elaboração:

Ao Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, seus professores e funcionários;

Ao Prof. Laudelino T. Medeiros que me orientou no início do trabalho e, especialmente, a Profa. Anita Brumer que assumiu, com grande discernimento crítico, a função de principal orientadora no impedimento do Prof. Laudelino.

Ao CNPq e CAPES pelo auxílio financeiro;

A meus pais e irmãos;

Aos colegas e amigos;

A Zilma, minha mulher, pela compreensão e estímulo constantes;

A Ricardo, meu filho, irmão "gêmeo" deste trabalho;

a todos minha gratidão

o autor.

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) os agradecimentos do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas pela colaboração financeira prestada para a elaboração e divulgação deste trabalho.

R E S U M O

Este trabalho direciona-se no sentido de investigar quais são os fatores que influenciam o surgimento de um processo de desenvolvimento regional desigual. Pretende-se explicar o porquê de determinadas regiões desenvolverem-se mais rapidamente do que outras.

Para fins de operacionalização delimitou-se as regiões às áreas compreendidas nos limites geográficas dos municípios, no Rio Grande do Sul.

O estudo caracteriza-se metodologicamente por ser um estudo de caso. Estudam-se dois casos: os municípios de Ijuí e Jaguari.

A análise é feita através do método histórico-comparativo que oportuniza a comparação constante entre os dois casos objeto de estudo.

Destaca-se que a análise é feita vinculando-se constantemente os aspectos decorrentes da singularidade em estudo - a região - com os aspectos decorrentes da universalidade em que se localiza a região - o Estado e a Federação.

Desta maneira, o trabalho, ao lado da caracterização da formação social, econômica e política dos municípios (regiões), também apresenta aspectos da formação social econômica e política do Estado do Rio Grande do Sul.

A revisão de literatura e a discussão apresentam-se seccionadas em três partes distintas, 1) o sistema sócio-cultural, 2) o sistema econômico e 3) o sistema político-ideológico.

No sistema sócio-cultural analisam-se indicadores como número de escolas e alunos, frequência às aulas, dispêndio orçamentário com educação e meios de comunicação, além de aferir as diferentes potencialidades culturais inerentes às várias etnias.

No sistema econômico analisam-se aspectos relacionados à localização geográfica das regiões, como a qualidade da terra e a infra-estrutura viária.

No sistema político-ideológico analisam-se as organizações comunitárias, cooperativas, sindicatos, associações de classe e a importância eleitoral das regiões.

O objetivo fundamental é perceber quais são os níveis de influência das variáveis pertencentes aos vários sistemas no processo de desenvolvimento desigual.

Evidenciou-se que as duas regiões em estudo apresentaram no decorrer do tempo processo diferenciado com relação ao desenvolvimento. Ijuí desenvolveu-se mais rapidamente do que Jaguarí.

Concluiu-se que se o sistema econômico influenciou de maneira decisiva o desenvolvimento desigual entre as duas regiões, não pode entretanto explicar todo o processo de diferenciação, exclusivamente. O sistema sócio-cultural interferiu concomitantemente, assim como o político-ideológico na consecução do processo de desenvolvimento desigual.

Particularmente referenciado ao desenvolvimento desigual regional, há indícios de que o sistema político-ideológico tenha uma interferência determinante no processo, mas a singularidade da pesquisa, estudo de dois casos, não permite conclusões mais enfáticas a respeito. Recomenda-se entretanto mais pesquisas sobre o assunto.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	03
RESUMO	05
LISTA DE TABELAS	09
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO II - DESENVOLVIMENTO	19
2.1 - <u>Definição</u>	19
2.2 - <u>Os sistemas sociais</u>	20
2.3 - <u>As abordagens do desenvolvimento regional desigual.</u>	25
2.3.1 - Introdução	25
2.3.2 - O sistema econômico e o desenvolvimento regional desigual	28
2.3.3 - O sistema econômico e o desenvolvimento regional desigual	40
2.3.4 - O sistema político-ideológico e o desenvolvimento regional desigual	49
2.3.5 - Modelo teórico	55
CAPÍTULO III - MÉTODOS	58
3.1 - <u>Escolha das regiões</u>	58
3.2 - <u>Coleta de dados e análise</u>	60
CAPÍTULO IV - FORMAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL	65
CAPÍTULO V - PROCESSO HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO DE JAGUARI	86
CAPÍTULO VI - PROCESSO HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO DE IJUÍ	93

CAPÍTULO VII - O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL	99
CAPÍTULO VIII - DISCUSSÃO	107
8.1 - <u>A influência do sistema econômico no desenvolvimento regional desigual</u>	107
8.2 - <u>A influência do sistema sócio-cultural no desenvolvimento regional desigual</u>	122
8.3 - <u>A influência do sistema político-ideológico no desenvolvimento regional desigual</u>	132
CAPÍTULO IX - CONCLUSÕES	140
ANEXOS	145
ABSTRACT	152
BIBLIOGRAFIA	154

LISTA DAS TABELAS

TABELA I	- EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL PARA PORTOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS - RIO GRANDE DO SUL - 1920-1940	67
TABELA II	- ALÍQUOTA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO RIO GRANDE DO SUL EM 1910	68
TABELA III	- PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO DO ESTADO DO RS - 1910-13	74
TABELA IV	- COMÉRCIO INTERNACIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - 1901-1912	75
TABELA V	- MERCADORIAS IMPORTADAS PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - 1910-12	76
TABELA VI	- PORCENTAGEM DA RECEITA, DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS NO BRASIL NO DECENIO - 1914-1923 ..	81
TABELA VII	- PORCENTAGEM DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL NO RIO GRANDE DO SUL - 1901-1913.	82
TABELA VIII	- PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS EM 1939 E 1950 IJUÍ-RS	96
TABELA IX	- NÚMERO DE ELEITORES FEDERAIS E ESTADUAIS NOS MUNICÍPIOS DE IJUÍ E JAGUARI - 1921	100
TABELA X	- PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - IJUÍ E JAGUARI - 1942	101
TABELA XI	- NÚMERO DE ANIMAIS E VALOR - IJUÍ E JAGUARI - 1942	102
TABELA XII	- ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS QUE UTILIZAVAM ENERGIA ELÉTRICA, GÁS LIQUEFEITO, ÓLEO DIESEL E CARRO - IJUÍ E JAGUARI - 1975	103
TABELA XIII	- NÚMERO DE MORADIAS SERVIDAS DE ÁGUA, LUZ ELÉTRICA E REMOÇÃO DE LIXO - IJUÍ E JAGUARI - 1942	106
TABELA XIV	- INDICAÇÃO DE CULTURAS E DISPONIBILIDADE DE SOLO A NÍVEL DE MUNICÍPIO 1977	108
TABELA XV	- NÚMERO DE ESCOLAS E MATRÍCULAS NOS DOIS MUNICÍPIOS 1899-1912	123

TABELA XVI	- NÚMERO E TIPOS DE ESCOLAS, MATRÍCULAS E FREQUÊNCIA - IJUÍ E JAGUARI - 1922	124
TABELA XVII	- RELAÇÃO DOS JORNAIS DE IJUÍ - 1921	126
TABELA XVIII	- DISCRIMINAÇÃO DA POPULAÇÃO DE JAGUARI POR ETNIA, RELIGIÃO, INSTRUÇÃO E FUNÇÃO - 1902 ...	130
TABELA XIX	- QUANTIDADE DE COOPERATIVAS, SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DE CLASSE COM RESPECTIVOS NÚMEROS DE SÓCIOS, EM JAGUARI E IJUÍ - 1942	138
TABELA XX	- VALOR DA RECEITA E DESPESA, POPULAÇÃO E RECEITA PER CAPITA - IJUÍ E JAGUARI - 1921 ..	138

Professores Orientadores: Anita Brumer
Laudelino T. Medeiros
Jacques Marre

Banca Examinadora: Mario Riedl
Egon Roque Fröhlich
Anita Brumer
Zander Soares de Navarro

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Pretende-se no presente trabalho investigar os fatores que influenciam o surgimento de um processo de desenvolvimento regional desigual.

O interesse principal do estudo está em examinar por que municípios que possuíam condições muito semelhantes no início do processo de colonização passaram a apresentar, após poucas décadas, um desenvolvimento diferenciado. Que variáveis teriam afetado este processo? Qual a adequação de algumas variáveis explicativas quando confrontadas com uma realidade específica, isto é, o processo de desenvolvimento regional desigual? Será que o processo de desenvolvimento é uma decorrência natural de melhores condições estruturais ou de melhores vias de transporte? Se assim for, que variáveis poderiam acelerar ou retardar a instalação dessa infra-estrutura? Assim, por exemplo, o que faz com que numa região se construa um sistema viário antes que noutra?

As respostas a estas questões, sem dúvida, poderão contribuir para o melhor entendimento do processo de desenvolvimento e, assim, ajudar a equacionar melhor as eventuais distorções que ocorrem nesse processo.

São relativamente abundantes os estudos realizados no sentido de detectar os elementos determinantes de um processo de desenvolvimento. Primordialmente à nível nacional a preocupação tem sido

constante¹. Cientistas sociais do mundo inteiro, com as mais antagônicas correntes ideológicas, têm procurado contribuir com soluções para equacionar o problema do desenvolvimento.

Naturalmente, a maioria dos esquemas teóricos tenta, a partir da determinação das causas, estabelecer diretrizes visando a acelerar o processo de desenvolvimento das nações menos desenvolvidas, na tentativa de propiciar a estas nações o estabelecimento de um desenvolvimento auto-sustentado capaz de permitir a seus habitantes o gozo de condições mais dignas de vida.

Esta preocupação decorre primordialmente do fato de que, embora muitos países tenham tentado desenvolver-se, não há uma sensível redução do hiato que separa as nações consideradas mais desenvolvidas daquelas menos desenvolvidas (BURHOP, 1975). E a permanência desta defasagem pode acarretar consequências imprevisíveis para a estabilidade mundial, principalmente quando se comprova que a riqueza de muitos povos associa-se à miséria de outros².

De outro lado, existe uma série de estudos sociológicos que se preocupam com a problemática do desenvolvimento a nível mais específico, restringindo seu objeto de estudo à comunidade. Estes estudos de comunidades, tanto a nível teórico, como a nível empírico³, utilizam-se, basicamente, de variáveis tais como: autodeterminação, ritmo da comunidade, planos internos, cooperação, liderança, predisposições individuais, etc.

¹ Entre muitos trabalhos, destacamos: MCCLELLAND, David. A sociedade competitiva. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1972; FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974; MYRDAL, Gunnar. Teoria e política econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro, Saga, 1968; LERNER, Daniel. The passing of traditional society. New York, The Free Press, 1968; HAGEN, Everett. As origens do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Forum, 1969; FRANK, Gunther. Acumulação dependente e subdesenvolvimento. São Paulo, Brasiliense, 1981.

² FRANK, Gunther, op. cit.

³ A nível empírico, podemos destacar os trabalhos de: SEYFERTH, Giralda. A Colonização alemã do Vale do Itajaí-mirim. Porto Alegre, Movimento, 1974; ALBERSHEIM, Ursula. Uma comunidade teuto-brasileira. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1962.

Em resumo, com relação ao processo de desenvolvimento, detectam-se, de um lado, as tremendas disparidades dos níveis de bem-estar social existentes num mundo dividido entre nações ricas e nações pobres; e, de outro lado, a existência dessas disparidades, quando apreciamos, no âmbito das economias nacionais, as economias regionais.

Embora ressaltado na teoria econômica, o estudo do processo de desenvolvimento a nível regional, apesar de sua importância, é por vezes negligenciado pela literatura sociológica⁴.

A dinâmica do desenvolvimento a nível regional particulariza-se por uma região não estar tão protegida com relação a outras regiões como é o caso das economias nacionais, e, ao mesmo tempo, por não estar tão dependente de motivações individual-culturais, como é o caso do processo de desenvolvimento de comunidades.

Uma questão que se faz presente diz respeito à existência de processos sociais autônomos dentro da sociedade global. Assim, há autores que consideram impropriedade a divisão da sociologia em ramos, como, por exemplo, sociologia rural, sociologia industrial, etc., pois o processo social em si não comportaria esta divisão.

No entanto, parece que, a par do caráter essencial que tipifica estes processos como fatos sociais, emprestando-lhes, por isso, essa peculiaridade de comportamento, há outros aspectos, talvez contingentes, que delinham com clareza a especificidade e multiplicidade de muitas organizações sociais. Existe, assim, um objeto de estudo peculiar, que pode, seguramente, ser passível de análises sócio-econômicas aprofundadas: a sociologia regional. Isto é possível porque, entre outras coisas, as relações sociais não ocorrem de modo homogêneo em todas as partes do todo. Historicamente, constata-se que áreas diferentes possuem dinâmicas diferenciadas com relação ao processo de desenvolvimento, que refletem sua expansão-retração ao nível do sistema intersocietário como um todo, e aos níveis dos diversos subsistemas de modo particular.

⁴ Os poucos trabalhos que existem sobre o assunto possuem uma interpretação predominantemente economicista: RICHARDSON, Harry. Economia regional: teoria da localização, estrutura urba

Com relação aos contextos regionais e nacionais, aspectos diferentes são salientados. Assim, relativamente ao fator econômico, "no contexto regional, ao contrário, por exemplo, do nacional, é necessário dar ênfase aos fluxos de fatores e mercadorias. As economias regionais são muito mais abertas que as nacionais e os fluxos estão muito menos sujeitos a controle. A movimentação de pessoas, capitais e mercadorias entre regiões pode muitas vezes significar a diferença entre o desenvolvimento e estagnação" (SCHWARTZMAN, 1977, p.235).

Evidentemente, a análise do processo do desenvolvimento a nível regional dificilmente pode se efetivar desvinculada das relações com a economia global em que estiver reunida⁵. Entretanto, há aspectos relevantes que condicionam uma economia regional e que não exercem a mesma influência num nível mais global.

Da mesma forma, elementos fundamentais na análise do processo de desenvolvimento a nível global podem não exercer influência num âmbito mais restrito.

"A abordagem da estratificação social de um país como o Brasil é obviamente diferente da de uma pequena cidade do interior, tanto pela maior diferenciação das estruturas e funções da sociedade nacional como pelo caráter específico dos seus mecanismos do desenvolvimento histórico" (CASIMIR, 1967, p.5).

A análise em âmbito regional não significa que o processo se restringe a uma pura justaposição de conclusões estanques, quando se pretende generalizar as conclusões para o todo. O que ocorre é um processo de integração dialética em que as múltiplas influências recíprocas das diversas regiões estruturam-se num caráter de totalidade⁶.

bana e crescimento regional. Rio de Janeiro, Zahar, 1975; LOPES, A. Desenvolvimento regional. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980; HILHORST, Jos. Planejamento regional. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

⁵ Neste sentido, veja crítica à sociologia rural feita por WEINTRAUB quando salienta que nesta há uma predominância de estudos "localizados" sem ligação com o todo. Em consequência, a maioria dos trabalhos estão baseados em referências artificiais (WEINTRAUB, 1970, p.368).

⁶ Note que a "diferença entre a visão dialética da totalidade, e

O processo de desenvolvimento brasileiro constitui caso singular, para exemplificar-se o que antes se afirmou uma vez que é conhecido de todos o nível de desigualdades que perdura entre as diversas regiões e microrregiões do país.

Na sua formação histórico-social, desde seu início, o processo de desenvolvimento brasileiro configurou-se como essencialmente desigual. Isso tanto no aspecto do desenvolvimento da renda pessoal, quanto ao aspecto estrutural-geográfico. Já no séc. XX, o modelo de "substituição de importações"⁷ provocou fortes desequilíbrios espaciais, com a formação de um poderoso núcleo (Rio-S. Paulo), concretizando uma relação nos moldes "centro-periferia".

O processo de desenvolvimento brasileiro foi estruturado basicamente no incremento do processo de industrialização. Contudo, "ao se intensificar, a industrialização brasileira desencadeou muito mais "efeitos regressivos" do núcleo central à periferia do que "efeitos propulsivos" (IBAM, 1976, p.11).

Os mecanismos que influenciaram o processo de desenvolvimento da nação não atuaram simultaneamente e com intensidade igual em todas as regiões. Ao contrário, algumas regiões conseguiram, por motivos diversos, implantar uma dinâmica desenvolvimentista muito mais intensa do que outras. Portanto, parece perfeitamente válida a teoria que afirma ser o Brasil um país que se desenvolve em "bolsões". Há locais onde o processo está mais intensificado e, outras regiões onde o processo de desenvolvimento configura-se com menor intensidade.

Entretanto, este desnível não significa que a estrutura global seja de regiões totalmente atomizadas ou desintegradas. Ao contrário, a nível nacional, esses "bolsões" estão

a positivista, se aguça justamente porque o conceito dialético de totalidade pretende ser objetivo, isto é, ser aplicável a qualquer constatação social singular, enquanto as teorias de sistemas positivistas tencionam somente pela escolha de categorias as mais gerais possíveis, reunir constatações sem contradições em um contínuo lógico, sem reconhecer os conceitos estruturais superiores como condição dos estados de coisas por eles subsumidos" (ADORNO, 1980, p.219).

⁷ Sobre este tema, veja: SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Ed. Nacional, 1977.

perfeitamente integrados entre si, e não é possível explicar o desenvolvimento mais intenso de um sem relacioná-lo com o subdesenvolvimento de outro.

A partir de constatação das implicações decorrentes deste sistema, a desconcentração política e econômica passa a ser também processo objetivado, na medida em que se forma uma consciência de que ela é necessária ao próprio sistema.

Pode ter havido, e talvez ainda haja, alguma região do país onde os laços de interligação com o resto da economia ainda não estejam solidificados. Mas o relevante é que, na medida em que as relações entre as várias regiões se generalizam, há um processo de integração que se intensifica com a consolidação do sistema capitalista.

Esta apreensão das relações sociais e formas produtivas assume importância na medida em que desenvolvimento é processo e, portanto, deve ser analisado dentro de uma textura historicamente determinada. Além disso, uma consideração importante, quando se estuda o processo de desenvolvimento de uma região, refere-se ao sistema econômico-social no qual esta região está inserida.

No presente estudo, cabe salientar, desde já, que a análise se refere a uma região inserida dentro de um padrão capitalista de desenvolvimento. Além disso, devemos ressaltar que o estágio histórico de desenvolvimento desta região caracteriza-se como pertencente a um sistema de sociedade "dependente e periférica".⁸

Para efeito de análise, pretende-se estudar o processo de desenvolvimento desigual de uma região de colonização iniciada em fins do século passado, no extremo Sul do país. Trata-se da região denominada "Zona de colonização nova".⁹

⁸ Sobre Capitalismo Tardio, veja: HABERMAS, Jurgen. Legitimation crisis. Boston, Beacon Press, 1975.

⁹ Por zona de colonização nova entende-se a região colonizada a partir de 1980, tanto por iniciativa oficial quanto particular e que foi colonizada tanto por imigrantes europeus quanto por migrantes das zonas de colonização tradicional. Veja sobre este processo: ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969.

Esta análise reveste-se de importância por terem significativas transformações sociais e econômicas ocorrido nesta região, com modificações que repercutiram na organização social, política e econômica do Estado do Rio Grande do Sul.

A região colonial nova possui um papel muito importante na economia do Estado, tanto no aspecto agropecuário quanto no aspecto industrial.

Contudo, a par desse desenvolvimento relativo, nota-se que não há homogeneidade entre as regiões (municípios)¹⁰ que a compõem, isto é, há regiões onde o processo de desenvolvimento ocorreu com maior intensidade do que em outras. Assim, municípios que tiveram o início de sua colonização no mesmo período histórico, apresentaram no decorrer dos anos um desenvolvimento diferenciado.

Dois desses municípios que apresentaram níveis de desenvolvimento diferenciado são Jaguarí e Ijuí.

Estes dois municípios tiveram seu início de colonização praticamente ao mesmo tempo, por volta de 1890, e foram povoados por imigrantes europeus, que possuíam traços sócio-econômicos relativamente homogêneos. Esses imigrantes formavam, em sua maioria, um contingente homogêneo, possuindo um mesmo "status" econômico. A sua situação de origem demonstra que pertenciam ao extrato mais baixo da estratificação social em seus países de origem, o que ocorria principalmente com os italianos e poloneses, embora estes últimos emigrassem mais por questões políticas (DE BONI, 1979, p.41; STAWINSKI, 1976, p.147).

Além disso, foram alocados numa estrutura fundiária peculiar, onde todos receberam mais ou menos o mesmo tamanho de propriedade e estabeleceram um sistema produtivo baseado na mão-de-obra familiar. E, poucas décadas após o início da colonização, começaram a apresentar entre si uma relativa disparidade com relação ao processo de desenvolvimento.

Assim, a par de uma série de elementos comuns, que caracterizaram o processo de povoamento destas regiões, outros elementos são responsáveis por este desnível no processo de desenvolvimento. Entre outros, podem ser citados: (1) nível educacional, (2) localização da região, (3) estrutura produtiva

va, (4) mentalidade dos indivíduos, (5) infra-estrutura viária, (6) condições ecológicas, etc.

A detecção destes elementos revela-se importante para quem pretende implantar programas que tenham a intenção de suprimir a defasagem existente no desenvolvimento entre diferentes regiões. Portanto, a análise que faremos aqui de alguns fatores que poderiam estar ocasionando o processo de desigualdades a nível regional poderá ser útil a planejadores, vinculados ou não a órgãos governamentais.

Não se trata, no caso, de reclamar originalidade. Procuramos apenas examinar a especificidade de um tema peculiar e, a partir dele, reavivar o arcabouço teórico existente sobre o assunto.

A tarefa de identificar as causas do desenvolvimento desigual é válida na medida em que aponta caminhos para o estabelecimento de um processo de desenvolvimento mais homogeneamente distribuído, preocupação constante de todos aqueles que almejam uma sociedade mais justa. Com este objetivo, "se quisermos acelerar o desenvolvimento de nossos países, uma das formas básicas de fazê-lo seria através da eliminação dos desequilíbrios regionais" (ROMO, 1977, p.395).

CAPÍTULO II

DESENVOLVIMENTO

2.1 - Definição

Numa época de frequentes mutações como a nossa, a idéia de desenvolvimento destaca-se na cosmovisão de muitas pessoas, principalmente na dos cientistas sociais.

A principal dificuldade na abordagem do fenômeno "desenvolvimento" diz respeito às peculiaridades com que os fenômenos de mudança social ocorrem nas diversas épocas e lugares. Embora essas diferenças existam de fato, e conceituações diversas tenham sido propostas, parece existir um consenso de que as sociedades se tornam desenvolvidas quando os homens que nelas vivem podem mais integralmente concretizar tanto suas necessidades básicas como suas aspirações. Desta forma, as relações estabelecidas entre os homens e entre o homem e a natureza que o cerca constituem os elementos fundamentais do processo de desenvolvimento.

Por outro lado, o desenvolvimento é um processo e não uma situação ideal que possui algumas características a serem atingidas por todas as sociedades.

Num processo de desenvolvimento, a racionalidade com respeito-a-fins, com a qual o homem configura sua relação com a natureza, é muito importante, uma vez que os dois componentes fundamentais que o guiam à transformação social é a ação do homem e a teleologia desta ação, isto é, a racionalidade formal ou instrumental e a racionalidade dos fins ou substantiva (FURTADO, 1980, p.5).

O processo de desenvolvimento liga-se a três elementos fundamentais: a reinversão de capital acumulado, o incremento do processo de novos padrões tecnológicos e a melhor satisfação das necessidades da população. Significa que o processo de desenvolvimento possui duas características primordiais: a acumulativa e a distributiva, devendo a dinâmica das transformações sociais coadjuvar-se com o processo de distribuição social dos benefícios oriundos destas transformações¹.

Em última análise, esta transformação de ordem qualitativa e quantitativa² decorre de um aumento da racionalidade instrumental. Este processo de racionalização implica ampliação dos segmentos, grupos e classes sociais submetidos a padrões de decisão racional.

Por outro lado, é importante considerar que "tanto agora como antes, os interesses sociais determinam a direção, as funções e a rapidez do progresso técnico" (HABERMAS, 1980, p.331), o mesmo ocorrendo com o processo de acumulação de capital³.

2.2 - Os sistemas sociais

O processo de desenvolvimento desigual que ocorre entre comunas de um mesmo país pode ser caracterizado como uma situação particular dentro de uma globalidade. Portanto, a análise desse fenômeno, embora necessariamente tenha que abarcar essas particularidades, deve sempre estar articulada com a totalidade.

¹ Sobre a relação intrínseca entre acumulação-distribuição e desenvolvimento, veja: SEERS, D. The Meaning of Development International Development Review, 11(4):2-6, Dec. 1969.

² Sobre a diferenciação entre desenvolvimento e crescimento, veja: SHERMAN, Robinson. Theories of Economic Growth and development: Methodology and Content. Econ. Development and Cultural Change. 21(1):54-67, 1972; SUNKEL, O. & PAZ, P. Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Forum, 1974; SINGER, Paul. Desenvolvimento e Crise. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

³ Veja-se também: AMIM, Samir. Caractère Irreversible ou non du Devenir Technico-industriel. In: BIROU, A. & HENRY, P. Pour un autre developpement. Paris, Presses Universitaires de France, 1976.

Esta visão da totalidade implica uma contínua realimentação da direção do processo analítico, configurando este ir e vir contínuo da realidade particular à universal um processo de apreensão dialética do real que delinea com segurança um procedimento metodológico efetivamente bem estruturado entre o aspecto teórico e o aspecto empírico.

Ao configurarmos como objeto de estudo um aspecto particular de uma realidade universal, é necessário termos claramente delineada esta realidade para controlarmos de maneira efetiva quais são realmente as formas de articulações envolvidas entre os diversos subsistemas de uma dada sociedade.

É necessário caracterizar qual é o sistema social abrangente no qual a nossa realidade particular está envolvida. Neste particular, podemos dizer que uma sociedade, primordialmente uma sociedade complexa, não possui um sistema social homogêneo. Na verdade, o que ocorre é a existência simultânea de uma série de sistemas sociais, dentre os quais um é eventualmente dominante.

O que caracteriza predominantemente o capitalismo tardio é a intervenção do Estado na economia, não só como elemento supra-estrutural no sentido de regular o conflito entre as diversas classes, como no capitalismo liberal; mas como elemento participante ativamente nas forças produtivas e nas relações de mercado.

Na análise do processo de desenvolvimento brasileiro existe uma tradição teórica⁴ que discute a relevância do papel do Estado nos diversos estágios de nossa história. Assume-se neste trabalho, teórica e empiricamente o papel fundamental desempenhado pelo Estado no processo de desenvolvimento. Paralelamente, assu-

⁴ Veja, por exemplo, DINIZ, Eli. Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

me-se a teoria que propõe a existência simultânea de vários "modos de produção" que se articulam entre si, configurando a particularidade histórico-social do sistema.

Na medida em que detectamos o papel preponderante do Estado, evidentemente não o estamos absolutizando como elemento único da propulsão do sistema social.

A focalização da sociedade sul-riograndense como constituída sob égide do Estado não implica admitir que os processos de organização e desenvolvimento social estejam isentos de contradições e crises e não significa desconher a relevância que a sociedade civil circunstancialmente tenha tido. Além disso, reconhece-se que o fato de o país no qual esta sociedade está inserida configurar-se como um país dependente, não possuindo um desenvolvimento global autônomo, multiplica as possibilidades do surgimento de contradições, tanto econômicas quanto sociais.

A crise decorre naturalmente de desajustes estruturais ou conjunturais existentes na sociedade. No processo de desenvolvimento de um sistema de sociedade deve-se levar em conta três estruturas fundamentais que caracterizam um sistema de sociedade: o sistema econômico, o sistema sócio-cultural e o sistema político.

Em cada sistema social existe uma dinamicidade e uma organicidade peculiar, que identificam como particular suas contradições e suas crises.

Pode-se afirmar que nas ciências sociais o conceito de crise que hoje se propõe, delineado segundo a teoria dos sistemas, indica que as crises surgem quando a estrutura de um sistema de sociedade admite menos possibilidades de resolver problemas que as requeridas para sua conservação. Neste sentido, as crises são perturbações que atacam a integração sistêmica (HABERMAS, 1975, p.2).

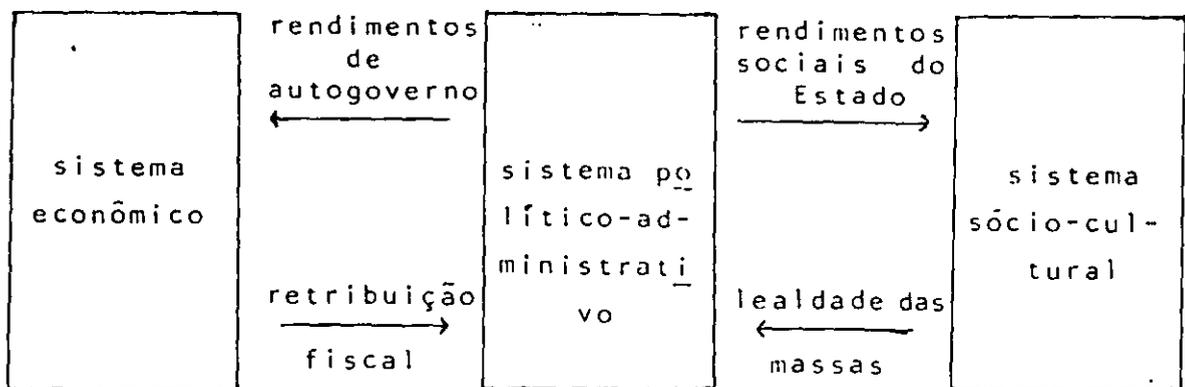
Qualquer alteração ocorrida num sistema social possui repercussão imediata no sistema de sociedade como um todo, abrangendo o processo de desenvolvimento de uma sociedade a globalidade de seus componentes. Não basta, assim, que o sistema so

cial apresente uma funcionalidade aparentemente perfeita, se algum outro sistema apresentar dificuldades de legitimação.

Segundo HABERMAS, o que é necessário é uma integração sistêmica, ou, como ressaltou, "perturbações de integração do sistema ameaçam o patrimônio sistêmico somente na medida em que está em jogo a integração social, em que a base do consenso das estruturas normativas resulta tão prejudicada que a sociedade se torne anômica" (HABERMAS, 1975, p.3).

O processo de desenvolvimento desigual está inserido dentro de um sistema de sociedade verdadeiramente disfuncional. Existem contradições constantemente emergentes nas sociedades altamente não igualitárias, que atingem todos os sistemas sociais.

Ao estruturarmos um estudo sobre o processo de desequilíbrio regional, é pertinente delinear as relações dos diversos sistemas sociais e apontar as principais consequências estruturais que decorrem da insuficiência funcional destas relações.



Determinantes pré-políticos do sistema social

FONTE: HABERMAS, 1975, p.5.

Nesta concepção sistêmica, há uma primazia do sistema político sobre os demais sistemas. A evolução social ocorre nos três planos: no desenvolvimento das forças produtivas, no incremento da autonomia sistêmica e nas transformações sócio-culturais. Contudo, no marco analítico, se projeta em um único plano, o aumento do poder.

"O intercâmbio dos sistemas de sociedade com seu ambiente transcorre na produção (apropriação da natureza exterior) e na socialização (apropriação da natureza interior) por meio de emissões veritativas (*wahrheitsfähiger Ausserungen*) e normas que requerem justificação (*rechtfertigungsbedürftiger Normen*), quer dizer por meio de pretensões discursivas (*geltungsanspruch*). Nas duas dimensões, o desenvolvimento segue modelos reconstituíveis racionalmente" (HABERMAS, 1975, p.8).

Desde logo, um crescimento de autonomia sistêmica e um aumento correspondente da complexidade nas formas de organização de uma sociedade fazem estalar estruturas normativas que se têm mantido fechadas e eliminam barreiras impostas à participação, disfuncionais desde o ponto de vista do sistema de controle central. Este processo pode observar-se hoje, por exemplo, na modernização dos países em desenvolvimento.

Esse modo de conceber os sistemas de sociedade as semelha-se ao chamado modelo "funcional-dialético" proposto por Hélio Jaguaribe. "O modelo funcional-dialético se baseia na interdependência circular dos subsistemas entre si. Nenhum dos subsistemas sociais é per se, necessariamente, estrutural ou superestrutural. Transformações estruturais podem originar-se em qualquer dos subsistemas" (JAGUARIBE, 1979, p.38).

Este modelo interpretativo constitui um instrumento especialmente adequado à análise da realidade brasileira, mormente a do Estado do Rio Grande do Sul. Este Estado, no período 1890-1930, particularizou-se pela singularidade da linha ideológica do bloco de poder dominante - a ideologia positivista⁵ - evidenciada pelo caráter intervencionista do governo e a supremacia do poder executivo sobre os demais.

⁵ Sobre a ideologia positivista no Rio Grande do Sul ver: LOVE, Joseph. O Regionalismo Gaúcho. São Paulo, Perspectiva, 1975. OSÓRIO, Joaquim Luiz. Os Partidos políticos no Rio Grande do Sul - Período Republicano. Porto Alegre, Globo, 1930. COSTA FRANCO, Sérgio. Julio de Castilhos e sua época. Porto Alegre, Globo, 1967.

2.3 - As Abordagens do Desenvolvimento Regional Desigual

2.3.1 - Introdução

A literatura sociológica é relativamente pródiga com relação à temática do desenvolvimento. Este tema, direta ou indiretamente, foi objeto de estudo de sociólogos e de economistas políticos, sob os mais variados prismas ideológicos e nos mais diversos lugares.

Contudo, quando especificamos mais o tema, notamos que esta abundância não ocorre no caso do desenvolvimento regional.

As primeiras explicações teóricas para o desenvolvimento regional baseiam-se na teoria da localização (LOSH, 1954; BERRY, 1961; HOOVER & FISHER, 1977), que privilegiam os aspectos da concorrência por recursos naturais. Decorre daí a análise da polarização, desenvolvida inicialmente pela sociologia francesa e que se alicerça no conceito de pólo de crescimento (PERROUX, 1963).

Os conceitos de pólo de crescimento são utilizados também pelas chamadas "teoria da polarização e fluência" (HIRSCHMAN, 1977) e de "Integração espacial" (FRIEDMAN, 1977).

Segundo Coutinho (1973), existem outras teorias sobre o problema regional que se preocupam mais com o aspecto teórico. Entre outras, destacam-se a teoria da "Base-econômica" (BALDWIN, 1977), o modelo "Comércio - sim - ajuda - não",

que propõe uma maximização planejada das vantagens comparativas de cada região (TIEBOUT, 1972) e que se estrutura de forma mais consistente nos modelos inter-regionais de insumo-produto.

Há teóricos que enfatizam certos aspectos, essencialmente histórico-estruturais, construindo modelos baseados na dependência e no imperialismo para explicar o desenvolvimento desigual (FRANK, 1981). Estas concepções serviram de base para o clássico trabalho de Aguirre Emmanuel (1972) sobre a troca desigual⁶.

Outras teorias realçam a importância da personalidade do indivíduo na explicação do processo de desenvolvimento (McCLELLAND, 1972; LERNER, 1968; HAGEN, 1969).

Segundo alguns autores (KUNKEL, 1970; HAVENS, 1972) alguns outros teóricos diferenciam-se do aspecto psicológico mencionado ao enfatizar o aspecto comportamental como fundamental na promoção do processo de desenvolvimento, destacando-se, neste particular, as "teorias difusionistas" (ROGERS, 1962).

Observa-se que mesmo em correntes de pensamento relativamente "antagônicas" pode-se encontrar, com maior ou menor ênfase, a utilização de manifestações "comportamentais" que podem eventualmente explicar o processo de desenvolvimento, desigual através, seja das atividades de pessoas ou grupos sociais isoladamente seja através do conflito entre grupos ou classes sociais (WOOTTON, 1972; PARETO, 1945; LENIN, s.d.; GRAMSCI, 1978; MARX, 1978). Uma vez que o fenômeno "desenvolvimento" apresenta-se multidimensionalmente, é perfeitamente compreensível o surgimento de uma multiplicidade explicações, na medida em que uma ou outra dimensão do fenômeno é privilegiada na análise.

O desenvolvimento desigual foi objeto de alguns estudos específicos, normalmente relacionados com uma única dimensão do fenômeno. Por exemplo, o grau de desigualdade das rendas interestaduais foi pesquisado por autores como Al-Samarie e Miller (1967), nos Estados Unidos. São análises de cunho predominantemente econômico e que objetivam identificar certas variáveis que influenciam no processo de desenvolvimento.

⁶ Sobre a utilização prática da teoria da troca desigual, veja: KAHN, Joel. Imperialismo e reprodução do capital. In: CARVALHO, Edgar Assis, org. Antropologia Econômica. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

No Brasil, desponta o excelente trabalho de COSTA (1977), que analisa, de maneira especial, o processo de distribuição desigual de renda pessoal entre os Estados brasileiros. Pode-se destacar ainda com relação ao processo de desenvolvimento desigual no Brasil, as análises feitas pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM, 1976) e o serviço Federal de Habitação e Urbanização (BRASIL/MINTER, 1972, v.1)

As análises do desenvolvimento regional desigual, de maneira geral, possuem um cunho essencialmente economicista. Poucos são os trabalhos de relevância que destacam o aspecto sócio-cultural (exceto os estudos de comunidade) e os político-ideológicos. Dessa forma, a revisão da literatura mostra, também, como aspectos usualmente utilizados na explicação da diferença do processo de desenvolvimento entre nações ou pequenas comunidades poderiam ser aplicados na análise do processo de desenvolvimento regional desigual.

No presente trabalho, pretende-se analisar as várias contribuições sob o prisma sistêmico apresentadas anteriormente. Pretende-se "extrair" das diversas teorias ou modelos explicativos aspectos que salientem direta ou indiretamente o sistema econômico, o sistema sócio-cultural e o político-ideológico como interferentes no processo de desenvolvimento desigual.

Assim, não se vai entrar no mérito da validade ou não do esquema explicativo como um todo, efetuar-se-á apenas a apresentação de idéias que legitimem a importância de cada um dos sistemas no processo de desenvolvimento desigual.

Além disso, em nenhum momento pretende-se fazer testes a teorias ou a modelos explicativos. O que se visa é demonstrar como as explicações do processo de desenvolvimento desigual podem ser vistas sob o prisma sistêmico.

2.3.2 - O sistema econômico e o desenvolvimento desigual regional

O contínuo aumento e, de certa forma, a permanência do desnível no processo de desenvolvimento entre as nações ou regiões foram objeto de estudo, tanto por parte de sociólogos, quanto de economistas preocupados com o desenvolvimento dos povos.

Especificamente com relação ao desenvolvimento regional um dos primeiros a se preocupar com o tema de forma significativa, foi François Perroux, que notou que o processo de desenvolvimento não ocorre de forma harmoniosa em todos os lugares. A originalidade dessa interpretação do real reside primordialmente no fato de admitir esta desarmonia como algo inerente ao desenvolvimento natural das coisas.

Desta forma, somos obrigados a conviver com as limitações e os contingenciamentos humanos. A desigualdade circunstancial é algo intrínseco à humanidade.

Deve-se, então, tirar proveito da realidade que se nos apresenta. Existem determinados setores da economia que

são mais dinâmicos do que outros, constituindo, portanto, fontes de constantes transformações da sociedade.

Esta ação transformadora de certos setores da economia configura um processo não apenas de autopropulsão, mas também de propulsão da sociedade como um todo. Os efeitos de sua ação não ficam restritos ao seu campo de ação imediata, mas desencadeiam efeitos sobre todos os outros ramos do processo econômico-social.

Existem, assim, na sociedade, as "indústrias motorizas e as indústrias movidas" (PERROUX, 1977, p.147). As primeiras constituem elementos dinâmicos que impulsionam a sociedade, enquanto que as segundas vêm na esteira das primeiras, isto é, dependem do desempenho daquelas, das quais são subsidiárias.

Constata-se assim que: "1. O crescimento é localizado e não disseminado no espaço ou no aparelho produtivo, 2. O crescimento é forçosamente desequilibrado 3. A interdependência técnica é um fator a se destacar na transmissão do crescimento" (BARBOSA, 1977, p.140).

Seguindo a mesma orientação de Perroux, J. Paellink complementa a teoria acrescentando as idéias de (1) polarização de renda, (2) polarização psicossocial e (3) polarização geográfica (1977, p.141).

Neste enfoque, na maioria das vezes, a ênfase explicativa fundamenta-se em apontar aspectos estruturais como condicionantes do desenvolvimento desigual. "As diferenças estruturais entre as regiões de um país constituem uma razão importante para a existência de diferenças de renda entre elas" (KLASSEN, 1977, p.222).

A teoria dos polos de crescimento possui relevância, quando se pensa em construir políticas de desenvolvimento. Parte-se do princípio da escassez de recursos e da escolha da forma ótima de alocá-los.

"Parece haver consenso a respeito da maneira pela qual as áreas subdesenvolvidas devam ser desenvolvidas. Afirma-se que não se deve tentar desenvolver

toda uma região ao mesmo tempo, mas admitindo-se que uma concentração de atividades traz vantagens consideráveis, a assistência à região deve ser centrada em poucos pontos ou núcleos, chamados pólos de crescimento, para se criar, no menor tempo possível, os requisitos básicos que tornam as cidades já desenvolvidas tão atraentes a todas as espécies de atividades" (KLASSEN, 1977, p.224).

O aspecto mais importante dos pólos de crescimento é que a atividade econômica-social de uma região tende a aglomerar-se em torno de um pequeno número de pontos focais.

Naturalmente, estes pólos de crescimento não se caracterizam apenas por possuírem indústrias "motrizes", pois muitos outros aspectos são levados em consideração, como acesso a abundantes suprimentos de recursos escassos, infra-estrutura viária, etc.

As indústrias motrizes no pólo de crescimento são, provavelmente, indústrias de exportação, fornecedoras para mercados extra-regionais. Portanto, a "teoria dos pólos de crescimento", de certa forma, recorre ao conceito de base de exportação, mas lhe dá uma dimensão espacial, em razão de as indústrias motrizes estarem localizadas nos pólos de crescimento, ao passo que as indústrias de suprimento, a mão-de-obra, as matérias primas e os serviços dependentes podem estar dispersos sobre a zona de influência (RICHARDSON, 1969, p.106).

Em suma, o que se propugna em termos práticos é que o pólo de crescimento fosse considerado como um elemento pelo qual o dinamismo e a mentalidade desenvolvimentista pudessem ser transportados de uma região mais desenvolvida para outra menos desenvolvida.

Na mesma linha de raciocínio, Albert Hirschman elaborou um modelo na qual os elementos destacados são os de polarização e fluência.

De certa forma, como a maioria desses teóricos, Hirschman parte do pressuposto dualista da existência de duas sociedades em processo desigual. "Nesta investigação, partimos do pressuposto de que o progresso econômico não ocorre ao mesmo tempo em toda parte e que, uma vez ocorrido, for

ças poderosas provocam uma concentração espacial do crescimento econômico em torno dos pontos onde o processo se inicia"(HIRSCHMAN, 1977, p.35).

A partir da concentração do crescimento econômico, torna-se viável a instalação de um processo dinâmico de desenvolvimento entre as diversas partes do todo.

O sistema funciona na base da troca recíproca de influências e benefícios que são orientados a partir de um pólo ou setor mais ativo com relação aos mecanismos necessários à implantação da dinamicidade desenvolvimentista.

"Qualquer que seja a razão não há muita dúvida de que uma economia, para conseguir níveis mais altos de renda, necessita e irá desenvolver internamente, primeiro, um ou vários centros regionais economicamente fortes. A necessidade do surgimento de "pontos de crescimento" ou "pólos de crescimento" durante o processo de desenvolvimento significa que as desigualdades internacionais e inter-regionais de crescimento são condições inevitáveis e concomitantes ao próprio processo de crescimento" (HIRSCHMAN, 1977, p. 36).

É importante caracterizar que este efeito concentrador exerce influência em toda a economia. É a partir destes centros que se estabelecem canais de irradiação que irão dinamizar o processo de desenvolvimento de regiões circunvizinhas. Segundo Hirschman, "não importa quão forte e exagerada seja a preferência espacial dos agentes econômicos, uma vez que o crescimento se fortaleça em parte do território nacional, obviamente coloca em movimento certas forças que atuam nas partes restantes"(HIRSCHMAN, 1977, p.39).

Contudo, a teoria ressalta a possibilidade de surgimento de vários efeitos desfavoráveis. Segundo Hirschman: "As atividades manufatureiras e de exportação sulinas, sendo comparativamente ineficientes, embora gerando renda, podem sofrer uma depressão, como resultado da concorrência do Norte. Na medida em que a industrialização do Norte se processe adotando linha de produção não existentes no Sul, é provável que o Sul leve desvantagem porque terá agora de comprar as manufaturas do Norte, produzidas sob barreiras alfandegárias logo instituídas, ao invés de comprar bens similares, anteriormente importados de fora, a preços mais baixos" (HIRSCHMAN, 1977, p.40).

Surge aqui, então, um componente importante revelado pela teoria com respeito à diferenciação entre o relacionamento entre países e o relacionamento entre regiões de um mesmo país, relativamente ao processo de desenvolvimento: "Os países concorrem nos mercados internacionais com base nas vantagens comparativas e as regiões de um mesmo país concorrem entre si, com base nas vantagens absolutas" (HIRSCHMAN, 1977, p.48).

Isso é exemplificado por Hirschman (1977, p.48) da seguinte forma: "Suponhamos que o Norte e o Sul, considerados independentes tenham ambos vantagens comparativas na produção da cana-de-açúcar, mas que essa produção seja eficiente no Norte. Assim, se cada um desses países fosse independente, ambos se especializariam na produção do açúcar, sendo que no Sul, os rendimentos reais dos fatores seriam mais baixos. Porém se o Norte e o Sul estivessem unidos num só país, a produção de açúcar poderia ser expandida no Norte e abandonada no Sul, ainda que a manutenção e a expansão das exportações de açúcar pudesse representar o preciso início de um "pólo de crescimento" no Sul".

Portanto, a teoria entende que, entre as relações que se estabelecem entre as regiões, há duas instâncias antagônicas: as de polarização, que tendem a distanciar cada vez mais os níveis de desenvolvimento e que, portanto, devem ser combatidas, e as de fluência, que consistem na transmissão da dinamicidade das regiões do Norte para as sulistas e que devem ser incentivadas.

Uma vez que se constata a profunda diferenciação entre o processo de desenvolvimento das diversas regiões, o problema que se coloca é o da integração espacial. Este modelo, defendido principalmente por John Friedman ressalta aspectos econômicos-geográficos.

O desenvolvimento regional, por não estar homogeneamente distribuído no espaço geográfico, acarreta diferenciação. Este processo resulta, principalmente, da organização incompleta que as economias menos desenvolvidas constituíram no espaço econômico-social. Segundo Friedman "há hiatos, onde a economia urbana, com seu sistema de trocas baseado na moeda, ainda não penetrou, onde a capitalização, que não alcançada pelo trabalho direto do homem, permanece

permanece em um nível próximo de zero, os mercados urbanos (de trabalho, de capital e de bens) ainda não funcionam adequadamente. E assim, surge um sistema de "economia dual", uma economia de trocas e uma economia de subsistência - coexistindo lado a lado (FRIEDMAN, 1977, p.381).

No privilegiamento da integração espacial, de certa maneira, há uma condenação implícita a toda teoria da polarização. O que o modelo propugna é um processo de desenvolvimento equanimemente distribuído em todas as regiões.

Há necessidade de integração entre as diversas regiões sócio-econômicas que constituem o todo. Salienta Friedman: "As pesquisas de anos recentes têm mostrado que uma certa lógica fundamenta a distribuição espacial das atividades econômicas e que uma das variáveis determinantes, subjacentes a essa lógica, são os custos de transporte" (FRIEDMAN, 1977, p.387).

O aumento da infra-estrutura viária contribui sobremaneira para aumentar o intercâmbio entre as diversas regiões e incrementar a integração espacial. Esta integração visa, sobretudo, eliminar o dualismo, pois "as consequências do dualismo, seja econômico ou de qualquer outra natureza, são quase todas negativas. O dualismo implica, efetivamente, um padrão profundamente divergente de crescimento econômico entre as várias regiões de um país, permanecendo as áreas atrasadas relativamente isoladas e/ou dependentes das áreas mais progressistas" (FRIEDMAN, 1977, p.387).

Aspectos econômicos importantes relacionados ao processo de desenvolvimento são salientados nos trabalhos de Hoover e Fisher com os quais consolida-se, de forma mais incisiva, um arcabouço teórico denominado "teoria da localização".

A teoria da localização, tanto quanto a teoria do crescimento regional, descreve uma sequência típica dos estágios que as regiões percorrem no curso de seu desenvolvimento (NORTH, 1977, p.193).

Naturalmente, como toda teoria que prevê etapas a serem cumpridas, ela se baseia num caráter orgânico, inerente à própria natureza do fenômeno. Há uma interdependência

contínua e necessária entre os diversos fatores de desenvolvimento. Assim, não se pode distinguir recursos "naturais", "humanos", e "de capital" no sentido de privilegiar o papel explicativo de um deles.

A organicidade que existe com relação aos recursos propicia uma ação conjunta e dependente, que resulta numa ação monolítica do todo.

Contudo, os estudos baseados na teoria da localização enfatizam de forma relevante o papel dos meios de transporte como determinantes do processo de desenvolvimento.

O papel das condições de transporte tornam-se cruciais, principalmente na fase de industrialização, pois "ela representa uma intensificação da divisão geográfica do trabalho, a qual, obviamente, requer mais transportes e comunicações para a distribuição dos produtos" (HOOVER & FISHER, 1977, p.285).

Uma das características fundamentais da teoria da localização é o fato de apontar o processo de industrialização como necessário, buscando-se implementar o processo de desenvolvimento.

Neste sentido, a teoria constrói toda uma gama de princípios, mostrando a importância da localização da empresa. O que se procura é uma otimização no processo distributivo, caracterizando assim a relevância do papel desempenhado pelo mercado.

Segundo Hoover e Fisher (1977, p.285), o primeiro estágio da história econômica da maioria das regiões se caracteriza "por uma economia de subsistência auto-suficiente, no qual apenas necessidades básicas são satisfeitas e existe pequeno investimento ou comércio, seja interno ou externo".

Com o decorrer do tempo, as condições infra-estruturais de transporte se aperfeiçoam e permitem o desenvolvimento do comércio inter-regional, possibilitando, assim, o desenvolvimento de pequenas indústrias locais para atender a necessidade dos agricultores locais e de regiões vizinhas.

Um terceiro passo configura-se quando, "com o aumento do comércio inter-regional, a região tende a se deslocar através de uma sucessão de culturas agrícolas que vão da pecuária extensiva à produção de cereais, à fruticultura, à produção de laticínios e à horticultura" (NORTH, 1977, p.293).

A partir de então, com o aumento da população e com o rendimento decrescente da agricultura, e com a necessidade de manter a renda per capita e a renda total, há um imperativo no sentido de forçar a região a industrializar-se.

A culminância do processo ocorre quando a região, além de implantar as atividades secundárias (mineração e manufaturas), aproveitando naturalmente suas características locais, especializa-se e implanta o setor terciário, produzindo para exportação.

Neste sentido, desenvolveu-se um modelo denominado "base de exportação", que evidencia a exportação como fator determinante no crescimento das regiões. "O primeiro passo para análise do crescimento econômico regional consiste de uma exploração dos determinantes do setor exportador da região" (NORTH, 1977, p.336).

O setor exportador funciona como um multiplicador dentro da sociedade. Na medida em que sua ação se desenvolve é possível redimensionar as interações sociais, propiciando alterações na dinâmica social.

Como resultado da expansão das atividades econômicas do setor exportador, há um efeito concomitante com relação à expansão das atividades econômicas do setor não exportador. "A razão entre as atividades de exportação e as atividades locais, medida em renda ou em preços, é então usada como um multiplicador. Por exemplo, uma razão de um-para-um significaria que um aumento nas exportações causaria um aumento igual nas atividades locais" (TIEBOUT, 1977, p.316).

Isso se dá devido principalmente ao incremento que ocorre no processo de acumulação de capital. As transformações sociais historicamente obedecem aos ditames dos agentes sociais que controlam os "canais" de exportação, portanto frequentemente um índice maior na pauta da exportação pode incrementar o desnível existente entre as classes sociais.

Este, sem dúvida, é um efeito não desejado do incremento dado ao setor exportador, portanto, embora, a teoria não enfatize, é importante ter-se em mente as relações sociais que perpassam a sociedade na qual este processo se efetua.

Entretanto, com a ressalva feita, é de se esperar que o incremento no setor de exportação seja um fator que beneficie o sistema produtivo, primordialmente numa sociedade de livre mercado, onde vigora uma competição por custos comparativos mais competitivos.

Contudo, o que é de se salientar é a primazia que é dada aos produtos primários como um dos elementos fundamentais na organização competitiva exportadora da economia regional. "Os produtos primários de exportação desempenham papel igualmente vital na sensibilidade cíclica da região; através deles as mudanças do nível de renda de outras regiões se fazem sentir na economia-objeto. Além disso, a sensibilidade da região às flutuações depende das elasticidades-renda dos produtos primários de exportação. É claro que as regiões que se especializam em poucos produtos com alta elasticidades-renda sentirão flutuações mais diversificadas" (NORTH, 1977b, p.302).

Não há uma necessidade implícita de que a região se industrialize para se desenvolver. O fato de algumas regiões constituírem um parque manufatureiro decorre de vantagens locacionais que estas regiões possuem, "mas este não é um estágio necessário para o crescimento sustentado de todas as regiões" (NORTH, 1977, p.312).

Em suma, a resposta para o problema do crescimento desigual que ocorre entre as regiões reside fundamentalmente "a) na dotação de recursos naturais da região (a um dado nível de tecnologia), b) no caráter da indústria de exportação, c) nas mudanças tecnológicas e nos custos de transferência" (NORTH, 1977, p.312).

A maioria das teorias e modelos explicativos que enfatizam aspectos econômico-geoográficos - teoria dos pólos de crescimento, polarização e fluência, etc., - destacam-se pela inadequação da aplicabilidade de seus modelos à realidade.

Assim, observa-se frequentemente que os objetivos propostos quando se estrutura um pólo de crescimento não só não se concretizam como, as vezes, desencadeiam consequências outras que as pretendidas.

/ Neste aspecto, nota-se que as influências nas regiões vizinhas não se expandem contiguamente e sim aos saltos e, assim mesmo, quando os efeitos "benéficos" acontecem, há "bolões" que permanecem imunes à "influência" do pólo emanador.

Por outro lado, há considerações que se colocam justamente no aspecto "ideológico" do processo de inserção de novas regiões às benesses do "progresso". Porque, por exemplo, a simples incorporação de novas regiões à área de influência do pólo de crescimento não significa, necessariamente, desenvolvimento, pelo menos na concepção como este é entendido antes trabalho.

Entretanto, se a dinâmica do processo de desenvolvimento em cada região possui características singulares, é lógico supor que aquelas que se encontram em processo menos "avançado" possam "queimar etapas", aproveitando-se de tecnologias, Know-how, recursos, etc. de regiões que as possuam, sem significar, necessariamente, o estabelecimento de uma relação de subordinação colonialista, por exemplo.

Heilbroner (1964, p.40 e 55) é outro teórico de que nos podemos servir para mostrar a importância do sistema econômico no processo de desenvolvimento. Este autor afirma que as principais causas que determinam o desenvolvimento mais rápido de uma sociedade do que de outra fundamentam-se em causas estruturais. Saliênta que, além de uma estrutura fundiária deficiente, as regiões que menos desenvolvem se caracterizam pela insuficiência de capital, problema este que atinge todos os setores das economias atrasadas. A estrutura demográfica de certa forma, o desenvolvimento. O problema situa-se na combinação de todas essas coisas, sendo uma agravante da outra.

Da mesma forma, Prebisch (1964) utiliza-se de categorias oriundas do sistema econômico, como as variáveis "acumulação de capital", "ação técnica do governo", "capital estrangeiro", "expansão do comércio mundial" e "mecanização de ação política" são fatores que estão diretamen-

te ligados ao processo de desenvolvimento, e que permitem inferir os mecanismos que fazem com que haja uma aceleração diferente no referido processo.

Também o sociólogo sueco Gunnar Myrdal (1972) privilegia as variáveis econômico-estruturais ao basear seu esquema de "causação circular cumulativa" na formação de capital e investimento, nas forças de mercado, na geografia econômica, na industrialização e nas condições médico-sanitárias de uma região.

De maneira geral, o privilegiamento no aspecto econômico resultou na teoria da dependência, baseada tanto no colonialismo quanto na deterioração das trocas.

Numa perspectiva marxista "ortodoxa" há uma ênfase bastante grande no aspecto econômico-estrutural. O desenvolvimento de uma sociedade deveria passar pelas diversas etapas, desde a pré-capitalista até o comunismo. Há um processo contínuo de transformação. "Elementos importantes de cada sociedade nova acham-se no seio da anterior, e as relíquias de uma sociedade antiga sobrevivem por muito tempo na nova" (DOBB, 1974, p.23).

Por outro lado, essas transformações são ocasionadas pelo próprio desenvolvimento histórico das forças de produção.

A relação existente entre as forças sociais que se digladiam na arena social determinam o percurso a desenvolver pela sociedade como um todo. Segundo Marx, "não é a consciência que determina a existência e sim a existência que determina a consciência". Note-se, então, a diferença fundamental do enfoque marxista sobre o desenvolvimento, que é transferido radicalmente do âmbito psico-comportamental para os aspectos estruturais.

Pelo exposto, o progresso do capital é de certa maneira irreversível. A reprodução ampliada, consubstanciada na exploração da mais-valia, e que se transforma num processo de acumulação constante, configura-se como chave do processo de desenvolvimento (LUXEMBURG, 1970, p.20).

Este processo de acumulação implica, naturalmente, na polarização dos interesses de classe. Os expropriados

colocam-se com interesses essencialmente antagônicos aos dos expropriadores, acarretando um "desenvolvimento desigual e combinado".

"O desenvolvimento capitalista é inerentemente desigual, no sentido de que implica, no mesmo tempo e de maneira combinada, avanços e atrasos desse desenvolvimento. Tomada por este seu aspecto, a dinâmica do modo de produção capitalista consiste no desenvolvimento desigual, entre setores e âmbitos em que se realiza o processo conjunto de reprodução ampliada desse modo de produção" (PEREIRA, 1977, p.75).

Assim, o capital apresenta-se mais rentável em algumas áreas da economia, e esta própria rentabilidade condicionaria a diminuta rentabilidade em outra área. Este é um dos alicerces do imperialismo econômico, que é outra vertente de explicação muito utilizada pelo esquema explicativo marxista com relação ao desenvolvimento desigual⁷.

Dessa forma, o desequilíbrio econômico entre as regiões, que abarca e explica o desequilíbrio entre as nações, existe e se explica em função da permanência da divisão da sociedade em classes. "Mais especificamente, diríamos, que os desequilíbrios econômicos regionais e nacionais são uma expressão do desequilíbrio e da desigualdade que medeiam entre as classes, trabalhadores por um lado e capitalistas por outro, que o avanço na aprofundização da desigualdade econômica entre os países e as regiões é igualmente explicado pelo desenvolvimento desigual que se manifesta entre as classes sociais antagônicas do capitalismo, o que se relaciona diretamente com a lei de acumulação e centralização do capital e da riqueza" (CASTELLANOS, 1973, p.23).

Observa-se então que o crescimento econômico não exige unicamente uma acumulação de capital, mas também transformação na composição do capital: o capital constante na forma de instalações, maquinarias, etc. cresce mais

⁷ Sobre imperialismo, veja: WEISSKOPF, Thoma. Teorias do Imperialismo Americano: Uma avaliação crítica. In: ARPE, 6 (3), Fall, 1974, p.41-60; LUXEMBURG, 1970.

rapidamente que o capital variável necessário para manter o trabalho. Os capitalistas são obrigados a introduzir constantemente máquinas mais eficazes e a associar-se em unidades cada vez maiores para poder sobreviver.

Observa-se que a maioria dos elementos do sistema econômico (infra-estrutura, sistema viário, localização, base de exportação, etc.) possuem um caráter de relevância circunstancial e histórica. Precisam estar à disposição do sistema produtivo no momento adequado. E, sem dúvida, esta transposição de potencialidade para ato depende, ou pelo menos sua aceleração necessita, de transformações culturais.

O sistema cultural, a partir de relações sociais específicas a cada formação social, pode constituir-se no elemento indispensável para organizar o processo de concretização daquilo que era apenas potencialidade.

Em regiões que no início apresentavam condições infra-estruturais relativamente idênticas e que se diferenciam no decorrer do tempo, torna-se evidente que existem outras variáveis interferindo no desenvolvimento "natural" das forças produtivas: as sócio-culturais.

2.3.3 - O sistema sócio-cultural e o desenvolvimento regional de sigual

O sistema sócio-cultural abrange os aspectos comportamentais e atitudinais referentes aos modos de agir e ser dos membros da comunidade.

Enfatizam-se, desta forma, os aspectos decorrentes do indivíduo como propulsores de um processo de desenvolvimento.

Evidenciar-se-á nesta secção a importância dada às variáveis derivadas do sistema sócio-cultural, em diferentes teorias ou modelos de explicação.

Na explicação do processo de desenvolvimento, com maior ou menor intensidade frequentemente observa-se a utilização de "categorias" pertencentes a este sistema.

Assim, por exemplo, Paulo Freire (1976) afirma que o desenvolvimento não envolve apenas questões técnicas, ou de política puramente econômica, ou reformas de estruturas, mas visa sobretudo à passagem de uma mentalidade para outra.

Os parâmetros para dimensionar o nível de desenvolvimento de uma comunidade baseiam-se na orientação valorativa que os indivíduos possuem e que identificam uma sociedade como tradicional ou como moderna.

As sociedades modernas são caracterizadas por um grau maior de universalismo, desempenho e especificidade, enquanto que as sociedades tradicionais seriam dominadas pelo particularismo, atribuição, difusão⁸.

A transformação de uma sociedade tradicional pode ocorrer como resultado de fenômenos originários do sistema socio-cultural. Segundo Celso Furtado, a ruptura no plano da racionalidade ocorre quando o agente está capacitado para modificar o meio em que atua, apresentando no seu comportamento um fator volitivo criador de novo contexto. O campo do possível amplia-se e a racionalidade passa a requerer uma visão mais abrangente da realidade. Assumindo a criatividade, o agente impõe a própria vontade consciente ou inconscientemente, àqueles que são atingidos em seus interesses pelas decisões que ele toma. Implícito na criatividade existe, portanto, um elemento de poder. (FURTADO, 1978)

Ressalte-se, portanto, não uma posição maniqueísta, no sentido de evidenciar o lado moderno como bom e o outro lado como mau. O que salienta-se é que existem certas condições ou elementos que identificam uma região como desenvolvida ou como não desenvolvida. Nada implicando contudo que com características tradicionais não possam, eventualmente, promover um relativo processo de desenvolvimento. Mormente, quando levamos em consideração que "o progresso" depende de uma determinada mentalidade de cuja constituição participam elementos culturais historicamente determinados ...". (GRAMSCI, 1978, p.44)

Ressalva-se que a menção de autores que enfatizam o sistema sócio-cultural no processo de desenvolvimento em momento algum significa que necessariamente é esta a única explicação possível ao processo de desenvolvimento. Apenas ressalta-se a existência de "traços" explicativos sócio-culturais nas mais diferentes explicações, mesmo as de caráter relativamente antagônico, como por exemplo, as de Paulo Freire, Celso Furtado, Antonio Gramsci, Kunkel e outros autores.

⁸ Para uma análise destas variáveis elaboradas por Parson, veja HOSELITZ, Op. Cit.

Obs Segundo Engels a ênfase dada ao econômico por ele e Marx, era uma questão de estratégia diante da conjuntura histórica. "Cabe a Marx e a mim própria, parcialmente a responsabilidade do fato de que as vezes os jovens dêem mais peso que o necessário ao lado econômico. Face aos nossos adversários era preciso sublinhar o princípio essencial negado por eles, e então nem sempre encontramos tempo, lugar e ocasião de colocar nos seus devidos lugares os outros fatores que participam da ação recíproca" (ENGELS, carta a Bloch, 21/09/1890, Opud ALTHUSSER, 1979, p.91).

Pode a primeira vista parecer estranho que ao abordar-se o sistema sócio-cultural se esteja enfatizando alguns autores que de certa forma se utilizam com mais frequência de conceitos e categorias econômicas na explicação do processo de desenvolvimento.

Na teoria marxista, por exemplo, salvo alguns autores ditos "mecanicistas" ou "reducionistas", a maioria das interpretações não reluta em aceitar também a determinação de outros sistemas que não somente o econômico no esquema explicativo.

Neste aspecto, afirma Engels "A produção é o fator determinante mas somente em última instância. Nem Marx nem eu afirmamos nada mais além disso. Aquele que violentar o sentido dessa frase para que ela passa a significar que o fator econômico é o único determinante Transforma-lo-ã numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura - as formas políticas da luta das classes e os seus resultados - as constituições estabelecidas uma vez ganha a batalha pela classe vitoriosa, etc., as formas jurídicas e mesmo os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, conceitos religiosos e o seu desenvolvimento posterior em sistemas dogmáticos exercem igualmente a sua ação nas lutas históricas e em muitos casos determinando-lhes de modo preponderante a forma ..." (ENGELS, Carta a Bloch, de 21 de setembro de 1890, Opud ALTHUSSER, 1979, p. 98).

Embora, como vimos, haja teóricos que se utilizam de variáveis e categorias oriundas do sistema sócio-cultural de uma maneira circunstancial, há outros que se baseiam essencialmente neste sistema para explicar os fenômenos ligados ao processo de desenvolvimento. Neste aspecto, distingue-se duas concepções teóricas: o modelo comportamental e o modelo psicodinâmico.

No modelo comportamental, de forma mais acentuada, enfatizam-se os aspectos diretamente relacionados com o agir. Dessa forma, Segundo Kunkel (1970, p.24 as principais suposições desse modo de pensar são:

1. Os indivíduos estão sujeitos a condições de satisfação e privação psicológicas.
2. Alguns tipos de privação e satisfação são apreendidos e têm origem cultural.
3. O processo de ação varia diretamente com o nível de privação e inversamente com o nível de satisfação do indivíduo.
4. Se, no passado, em um certo contexto, um padrão comportamental foi reforçado, aumenta a probabilidade de que o mesmo padrão comportamental será emitido no futuro, sob as mesmas circunstâncias.
5. Se, no passado, em um certo contexto, um padrão comportamental foi punido (não reforçado), diminui a probabilidade de que o mesmo comportamento será emitido no futuro, sob as mesmas circunstâncias".

O modelo comportamental possui como elemento fundamental a interação social. A inter-relação que ocorre entre os indivíduos molda as formas de comportamento destes.

As pessoas estão sofrendo constantemente um processo de punição ou de recompensas pelas atividades que desempenham na sociedade.

"A maior implicação para a análise do desenvolvimento, e especialmente para a formulação de programas de ação, é que o comportamento pode ser mudado em qualquer tempo" (KUNKEL, 1970, p.24).

Portanto, é possível alterar a dinâmica relacional entre as regiões, sendo necessário que se implementem programas de ação que alterem o processo comportamental dos indivíduos.

Numa região onde não existe um comportamento direcionado à transformação da organização social, no sentido de dinamizá-la para o processo de desenvolvimento, a ação deve ser dirigida a alterar este modo de agir.

Esta cosmovisão com relação ao processo de desenvolvimento, que enfatiza a transformação de atitudes e comportamentos para implementar as transformações sociais, sem esteve presente na sociologia do desenvolvimento.

De maneira geral, essa cosmovisão utiliza-se da teoria do "capital humano"⁹, que direta ou indiretamente sempre está presente.

Um dos principais aspectos ressaltados por esta teoria relaciona-se ao papel desempenhado pela educação na consecução do processo de desenvolvimento. Assim, há certas evidências de que o nível de educação atingido por uma determinada região esteja associado ao grau de desenvolvimento desta. Estas regiões tenderiam a demonstrar menos discrepância entre seus membros.

Muitas pesquisas apontam evidências de que, efetivamente, há associação entre o nível educacional e muitas dimensões do processo de desenvolvimento¹⁰.

Com dados concretos do IBGE¹¹, observa-se claramente que as pessoas de melhor nível educacional são mais bem remuneradas. Contudo, o fato de que o processo de desenvolvimento esteja associado ao nível de educação não implica desconhecer que muitas pessoas que investiram no capital humano estão desempregadas e ou subutilizadas.

Entretanto, existem muitos teóricos que refutam o papel da educação como propulsora do desenvolvimento social, acusando-a de promover justamente o desequilíbrio social, privilegiando alguns, em detrimento de outros¹².

Ao analisarmos os fatores que têm influência no sistema sócio-cultural, nota-se que não há uma implicação ne-

⁹ Sobre a teoria do capital-humano, veja: SCHULTZ, Theodore W. O capital humano: investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro, Zahar, 1973; _____. Investment in Human Capital and Personal Income distribution, The Journal of Political Economy, 66 Aug; SHAFFER, Harry G. Investment in Human Capital: a Comment. The American Economic Review, 51 (Dec. III, 1961); BECKER, Gray S. Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis. The Journal of Political Economy, 70 Oct. 1962. (Supplement.)

¹⁰ Veja, por exemplo, LANGONI, Carlos, Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973; COSTA, Ramoal Augusto, 1977.

¹¹ FUNDAÇÃO IBGE. Indicadores sociais - relatório 1979. Rio de Janeiro, 1979.

¹² Por exemplo, CUNHA, Luiz Antonio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.

cessária de aplicação de elementos exógenos tais como capital, know-how, tecnologia, etc. Como propulsores, do desenvolvimento, pois muitas vezes elementos tradicionais de uma comunidade são os mais apropriados para promover de forma mais harmoniosa o processo de desenvolvimento regional¹³.

As recompensas e punições que o indivíduo recebe são determinadas pelo contexto social dentro do qual o indivíduo opera. Assim, assumem importância, no modelo comportamental, os "grupos de interesse" que exercem grande influência na direção seguida pela sociedade como um todo¹⁴.

O modelo psicodinâmico entende, como o comportamental, que um dos principais fatores desequilibradores no processo de diferenciação entre uma região e outra reside no aspecto qualitativo diferenciado do elemento humano que a compõe.

Entretanto, o aspecto mais salientado é o da personalidade do indivíduo. É a atitude do indivíduo perante situações inovadoras que configura uma personalidade como tradicional ou como moderna.

São pressupostos desse modelo que os indivíduos carregam uma carga psíquica que os identifica e que os torna identificados com determinado modo de viver. Há indivíduos portadores de uma tendência inata à inovação, enquanto outros caracterizam-se por uma passividade ou mesmo rechaço àquilo que altera o seu modo habitual de vida.

Kunkel (1970, p.19) sintetizou as proposições do modelo psicodinâmico, relevantes para as investigações sociológicas, nas seguintes:

1. O homem nasce com certos elementos internos, tais como, necessidade, instintos, libido, etc.
2. Normas e valores sociais são internalizados e podem limitar ou modificar alguns desses elementos.
3. A combinação resultante dos elementos modificados e originários, junto com os fatores sociais internalizados, formam um estado interno usualmente cha

¹³ Sobre este tema, veja-se: JACKSON, Merrill. Pour un développement spontané des sociétés traditionnelles. In: BIROU, A. & HENKY, P. Pour un autre développement. Paris L'Institut du Développement Économique et Social de L'Université de Paris, Presses Universitaires de France, 1976.

¹⁴ Sobre este assunto, veja-se: WOOTON, Graham Grupos de interesse. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

mado personalidade, o qual é o melhor determinante da ação.

4. Um estímulo contrário à pessoa causa um estado de tensão (ou desequilíbrio) o estado interno (que é desagradável).

5. O comportamento é uma consequência da tendência do indivíduo e da personalidade para retornar ao estado de equilíbrio (o que é agradável).

6. O estado interno, a maioria deles inconsciente, é criado sobretudo na infância e é extremamente difícil, se não impossível, mudar mais tarde".

Na detecção das causas que influenciam no processo de diferenciação inter-regional, sem dúvida o aspecto da formação da personalidade pode constituir um elemento fundamental.

A formação psicológica do indivíduo está inserida em um meio social e é este meio que concede papéis sociais que são internalizados desde a infância.

Dessa forma, uma região onde os padrões que favorecem a inovação não são privilegiados, ou são até mesmo marginalizados, naturalmente tenderá a levar desvantagem na competição com outra região onde as atitudes dos indivíduos predispõe-na a atividades mais dinâmicas.

Uma das características principais do modelo psicodinâmico é a dificuldade que ele detecta no processo de alteração do modo de pensar dos adultos, uma vez que suas cosmovisões já são internalizadas desde a infância.

Esta cosmovisão, com relação ao desenvolvimento, representada principalmente por McClelland (1972) e Hagen (1969), mas com ramificações em outros autores, apresenta ênfase especial na personalidade, nas experiências da infância, nas mudanças intergeracionais, etc.

Dos proponentes do modelo psicodinâmico, McClelland (1972) é quem apresenta uma teoria mais consistente, tanto na argumentação teórica quanto no aspecto metodológico. Para ele, o progresso dos povos pode ser explicado pela motivação de desempenho ("N-achievement"). Pessoas com alto padrão de desempenho podem perfeitamente fazer as coisas de maneira melhor, ou, o que é mais importante, começar a fazê-las diferentemente.

No sistema sócio-cultural, há sempre uma recorrência à variável "indivíduo inovador" para explicar o desempenho desigual das comunidades. Desta forma, McClelland, como Schumpeter (1961), acredita que o principal elo entre a motivação do desempenho e o desenvolvimento é estabelecido pelo empresário inovador.

Segundo Hagen (1969, p.23), o período de transição para as sociedades mais modernas é liderado "por individúos distribuídos ao acaso em toda a sociedade, mas desproporcionalmente por indivíduos provenientes de certos grupos sociais distintos".

O principal aspecto diferenciador em relação a estes indivíduos é sua "personalidade inovadora", que se caracteriza pela oposição à personalidade autoritária, "típica das sociedades tradicionais" (HAGEN, 1969, p.47). Ou Como salienta o autor:

"Não há dificuldade em relacionar as principais qualidades que constituem a criatividade: mente aberta à experiência e subjacente a isto, a tendência de considerar os fenômenos como explicáveis, imaginação criadora, cuja parte principal é a capacidade de deixar que os processos inconscientes trabalhem pelo indivíduo; confiança no julgamento próprio, satisfação em abordar e resolver problemas, sentido do dever de conseguir realizar, inteligência, energia, e amiúde, relacionada com diversas dessas qualidades, a compreensão de que o mundo é algo ameaçador e que se precisa de esforço constante para enfrentá-lo" (HAGEN, 1969, p.50).

Portanto, as mudanças que implicam desenvolvimento são referidas à ação de indivíduos que quebraram seus laços com a sociedade tradicional.

Percebe-se, outrossim, a importância que a variável "personalidade" possui para este esquema explicativo. É no aspecto qualitativo desta que se coloca a explicação das diferenças de aceleração do processo de desenvolvimento das diversas sociedades.

"Nas sociedades tradicionalistas em que nada ainda ocorreu para mudar a personalidade e a cultura tradicionais, é improvável que o aumento do tamanho do mercado ou do volume da poupança disponível ocasionam mudança na tecnologia, porquanto a elite

tradicional não é estimulada à ação simplesmente por que o mercado cresce e tampouco utiliza os capitais, salvo de forma tradicional. A força que gera o desenvolvimento e incentivo a nova tecnologia, por conseguinte, não é a mudanças das condições econômicas mas a mudança da personalidade" (HAGEN, 1969, p.112).

Tanto o modelo comportamental quanto o psicodinâmico, em última análise, concebem o sistema sócio-cultural como que cindido em si mesmo. Consideram a sociedade com características duais, embora, não necessariamente antagônicas.

"Enquanto se busca o desenvolvimento, amiúde uma parte da população é engajada em um movimento rápido que transforma profundamente suas condições de existência, ao passo que a outra permanece quase totalmente à margem do movimento e conserva traços culturais que a primeira abandonou" (LAMBERT, 1960, p.66).

Portanto, há necessidade de que certas características, principalmente aquelas que permitem uma elevação na produtividade e no nível de vida, sejam difundidas para o pólo atrasado a partir do pólo mais dinâmico.

É através de aspectos atitudinais e comportamentais com relação a tecnologias mais modernas de produção que esses autores explicam as causas de uma determinada sociedade apresentar-se com um processo de desenvolvimento mais acentuado que outras.

Para esses teóricos, os fatores que mais influenciam na inibição do desenvolvimento são: a escassez de capital, atitudes tradicionais e os baixos níveis educacionais.

O desenvolvimento pode ser considerado como sendo associado à transformação de comportamento social de uma forma que, em seus aspectos economicamente relevantes, são orientados para a atribuição ("ascription") o particularismo e a difusão funcional, a forma de comportamento social orientada para o desempenho ("Achievement") o universalismo e a especificidade funcional (ROSELITZ, 1964).

Contudo, é importante considerar que o fato de a sociedade apresentar duas configurações sociais diferentes não quer dizer que não haja integração entre elas. Ao contrário, co

mo muito bem mostra a análise estrutural com relação ao sistema sócio-cultural, não é suficiente o crescimento ou modernização de um setor para que seja acompanhado pelo crescimento ou modernização do outro setor. O que ocorre, por vezes, é que o desenvolvimento de uma determinada região implica subdesenvolvimento de outras regiões que com ela se relacionam cultural e economicamente¹⁵.

As relações sociais derivam das relações ocorrentes entre o sistema econômico e o sistema sócio-cultural, devendo as eventuais mudanças sociais basear-se nestes sistemas.

Entretanto, estas relações peculiares que emanam em direção à transformação ou à manutenção da sociedade precisam ter formas socialmente legítimas de expressão: o sistema político-ideológico.

Pelo exposto, a identificação política das regiões periféricas com os centros é de vital importância para o desenvolvimento ou não daquelas.

2.3.4 - O sistema político-ideológico e o desenvolvimento regional desigual

Uma sociedade capitalista caracterizada pelo desenvolvimento desigual, evidencia mais claramente a defasagem que existe entre os diversos segmentos da sociedade. Esta diferenciação decorre primordialmente do processo de diversificação e especialização das atividades sociais existentes na sociedade.

No aspecto político-ideológico, esta polarização localiza-se naqueles indivíduos ou instituições que possuem acesso à manipulação dos mecanismos de poder e naqueles que são influenciados por estes mecanismos. Esta dicotomização independe, por vezes, dos aspectos ideológicos pelos quais se analisa a problemática. Assim, uma sociedade capitalista pode ser ca-

¹⁵ Veja FRANK, Gunder, (1981).

racterizada pela existência de "classes dominantes" (Marx), "classes dirigentes" (Gramsci), "elites governantes" (Pareto), "Elites" (Mosca), "blocos de poder" (Poulantzas), etc. em contrapartida a classes dominadas, classes dirigidas, camadas governadas, massa, etc.

Há uma relativa associação entre os grupos hegemônicos e o Estado; contudo, não podemos aceitar uma relação puramente "economicista" para a qual o Estado nada mais é do que "o comitê executivo da classe dominante". Por outro lado, não podemos cair no outro extremo, "pois sabemos que o Estado não se consolida apenas pelo consenso, porquanto não pode abdicar da coerção ou do monopólio do uso legal da violência, para sustentar-se enquanto pacto de poder, que, em nome do interesse geral, subordina a determinados interesses o restante da sociedade" (MALAN, 1979, p.4).

Na verdade, uma sociedade complexa caracteriza-se pela divisão social do trabalho. As pessoas, grupos ou instituições desempenham funções múltiplas e diferenciadas logicamente, e a esta diferenciação de funções vincula-se uma diferenciação de poder. Esta situação configura claramente uma assimetria estrutural na distribuição das funções coercitivas e de cooptação na sociedade.

Um dos fatores que colabora de forma decisiva para a acentuação destas diferenças é o aprimoramento técnico, mormente quando se detecta este como um dos elementos primordiais no processo de desenvolvimento¹⁶. Dessa forma, evidencia-se que quem controla este cabedal de conhecimentos técnicos possui o poder de fazer progredir ou atrasar o desenvolvimento de uma comunidade. Neste aspecto, as regiões apresentam menos defesas do que o país, pois encontram-se mais a mercê do controle de certos grupos sociais com interesses muito específicos.

¹⁶ Sobre a relevância da tecnologia no processo de desenvolvimento, veja FURTADO, Celso. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; _____ . Pequena introdução ao desenvolvimento. São Paulo, Ed. Nacional, 1980.

Sociedades com características industriais ou semi-industriais, sejam capitalistas ou socialistas, defrontam-se com problemas complexos que, objetivamente, devem ser confiados a grupos de indivíduos especificamente treinados. Evidentemente, isso não implica sugerir a necessidade de governar através de "técnicos-competentes", principalmente por que tecnocracia e democracia, quanto mais não seja, por razões etimológicas, constituem dois fenômenos antagônicos (MALLAN, 1979, p.12).

Contudo, se nos dermos conta de que o desenvolvimento técnico obedece a uma lógica que corresponde à estrutura da ação social relacionada a racionalidade instrumental e controlada pelo sucesso, então torna-se difícil compreender como poderíamos vir a renunciar à técnica, e precisamente à técnica em utilização, em favor de uma técnica qualitativamente diferente, enquanto a organização da natureza humana permanecer inalterada, enquanto tivermos que sustentar a nossa vida pelo trabalho social e com o auxílio dos meios que substituem o trabalho (HABERMAS, 1980, p.318).

Essa "necessidade" de haver uma elite, que de corre da complexidade da sociedade industrial e das próprias "limitações humanas"¹⁷, cedo ou tarde desemboca no desenvolvimento de uma racionalidade burocrática. Muitos autores têm-se preocupado com o papel que desempenham comportamentos políticos-ideológicos relacionados à dinâmica da mudança social.

Esta "consciência coletiva" ou "superestrutura", que configura o sistema político-ideológico, perpassa tanto o sistema cultural como o sistema econômico, integrando-os e, ao mesmo tempo, possuindo autonomia própria.

Portanto, a idéia de que o sistema político-ideológico exerce um relevante papel no processo de mudança social, mormente no desenvolvimento regional, decorre tanto de seu aspecto intrínseco-estrutural, quanto de seu aspecto extrínseco-funcional.

¹⁷ Com relação às limitações humanas, mormente as referentes às necessidades de acumular e de poder, veja JAGUARIBE, Helio. Introdução ao desenvolvimento social. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

Devemos ressaltar, entretanto, que "os sistemas políticos incluem não somente organizações governamentais como os legislativos, cortes de justiça e órgãos administrativos, mas todas as estruturas, inclusive grupos familiares e sociais, em seus aspectos políticos" (ALMOND, 1972, p.17).

Na medida em que a sociedade se caracteriza pela competição, torna-se evidente que um dos propulsores do desenvolvimento é a luta pelo poder. Quem controla os mecanismos de poder controla os destinos da sociedade.

Normalmente, este centro emanador de diretrizes é composto e controlado por poucas pessoas, constituindo assim a comumente denominada "elite". Esta camada que detém o poder tenta de todas as formas legitimá-lo, usando para isso atitudes e comportamento tradicionais, carismáticos e racionais¹⁸.

Numa comunidade, diferentemente da sociedade maior em que está inserida, freqüentemente as relações que se estabelecem entre os detentores do poder local e o resto da comunidade caracterizam-se mais por relações de caráter tradicional, o que explica a continuidade com que certas oligarquias ou elites permanecem no poder, muitas vezes entravando o progresso da comunidade em favor de interesses específicos seus.

Uma vez que os laços que ligam as pessoas que compõem uma comunidade são, por natureza, primários, isto é, relativamente íntimos e pessoais, a relação de poder que se estabelece entre os diversos membros deriva para características mais tradicionais. Contudo, quanto mais se desenvolve uma sociedade mais há tendência a privilegiar um sistema de legitimação baseado na racionalidade com respeito-a-fins ou instrumental.

Neste particular, a base social que constitui o Estado pode refletir-se no processo de desenvolvimento. Segundo Engels "a repercussão do poder do Estado sobre o desenvolvimento econômico (...) pode agir na mesma direção e então tudo anda mais rápido e pode agir em sentido inverso do desenvolvimento econômico... (carta a C.Schmidt(27-10-1890) Opud ALTHUSSER, 1979, p.92).

¹⁸ Conforme WEBER, Marx. Economia y sociedad. México, Fondo de Cultura Económica, 1964.

Contudo, a oportunidade de mudança social ocorre porque esta legitimação pode ser corroída, e uma outra elite¹⁹ ou um outro segmento da sociedade²⁰ pode ascender ao poder. Esta circulação de pessoas no poder e as eventuais modificações de caráter ideológico de que uma mesma elite vem a ter num período histórico permitem, então, que ocorram transformações nas estruturas sociais.

"As regras de funcionamento da estrutura de dominação interna dependem, fundamentalmente, das relações que se estabelecem entre as diversas forças sociais antagônicas, através de complexos mecanismos da economia, da cultura e da organização política" (GARCIA, 1974, p.42).

Nota-se então uma interdependência dos vários sistemas sociais, sem que necessariamente um deles detenha características de supremacia sobre o outro. A eventual maior influência que um pode ter no processo de mudança social decorre de conjunturas historicamente determinadas.

Entretanto, no aspecto do desenvolvimento regional, por vezes o sistema político assume um valor determinante, mormente quando esta região insere-se numa sociedade caracterizada pela supremacia do Estado, como é característica do capitalismo tardio.

Neste aspecto, "a elite política desfruta de privilégios especificamente vinculados ao poder, que consistem, independentemente de correlatos econômicos, na possibilidade de determinar, assimetricamente, a conduta dos demais, constituindo-se os detentores do poder em sujeitos de agir social e convertendo os demais em objeto" (JAGUARIBE, 1979, p.157).

As elites não constituem grupos monolíticos, podendo por vezes aglutinar interesses específicos antagônicos; contudo, possuem elementos gerais que as unem²¹. Dessa forma, este pacto requer contínuos esforços de atualização das múltiplas alianças que constituem sua base social.

¹⁹ Cf. os teóricos que defendem o fenômeno da circulação das elites, como Pareto, por exemplo.

²⁰ Cf. os teóricos que assumem a possibilidade de transformações radicais e exógenas a classe dominante, como Marx e Gramsci, por exemplo.

²¹ Veja sobre a heterogeneidade das elites que detêm o poder, mormente noção de blocos de Poder, POULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

Evidentemente, o sistema político-ideológico pos sui alguns graus de liberdade, o que lhe permite atuar de forma autônoma, isto é, independente do sistema econômico ou cultural. "Assim é que o principal esforço de um autor como Gramsci está voltado para evitar o viés mecanicista da noção de determinismo econômico, ressaltando o papel da vontade e da consciência, enfim da liberdade na condução do processo histórico ..." (BODEI, 1978, p.26)²².

Abstratamente, portanto, parece essencial a uma perspectiva teórica interessada em destacar a relativa autonomia do nível político, concebê-lo como um espaço em que se movem diferentes organizações e diferentes tipos de organizações (CAMPELLO E SOUZA, 1976, p.46-7).

Esta relação política, que perpassa os diversos níveis da sociedade, que vai desde a família até o Estado, exerce influências significativas no processo de desenvolvimento regional. Esta influência política aumenta na proporção direta em que se torna necessário criar mecanismos que tenham acesso a centros controladores dos recursos financeiros, caso específico do Estado numa economia caracterizado pela centralização.

A presença significativa do Estado na sociedade brasileira tem raízes históricas que remontam ao nosso passado colonial.

"No quadro do pensamento político brasileiro há historicamente duas grandes vertentes no que diz respeito à reflexão sobre o Estado, tal como este se organizou entre nós. A primeira, aquela que vê no Estado o pólo aglutinador de uma sociedade desarticulada e atrofiada em seus mecanismos de organização e representação política. A segunda vertente seria aquela que vê (ou viu) nas várias oligarquias estaduais e municipais a base real do poder fazendo do Estado Nacional uma resultante do cambiante compromisso político entre os vários localismos" (MALAN, 1979, p.14).

Entretanto, em termos concretos, o que se observou na realidade foi uma afirmação cada vez maior do poder do Estado nacional, centralizando em suas mãos grande poder de decisão. Assim sendo, as regiões dependem cada vez mais das artícu-

²² Veja, também, GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileiro, 1978.

lações de mecanismos que permitem acesso aos recursos concentrados nas mãos do governo central.

No Rio Grande do Sul, notamos que a política do começo do século possui também características de centralização no poder executivo, característica esta derivada dos elementos positivistas que impregnaram o partido dominante na época²³. E os interesses regionais tinham que se adequar a estas circunstâncias relativamente peculiares.

2.3.5 - Modelo Teórico

A sociedade está composta por três sistemas sociais distintos e integrados: o sistema político (P), o sistema sôcio-cultural (C) e o sistema econômico (E). Existe uma interligação orgânica nesta estrutura, de maneira tal que há uma necessidade intrínseca de equilíbrio funcional entre eles, para que haja um bom funcionamento da sociedade.

Cada sistema social possui uma faixa de atuação própria, dentro da qual possui autonomia de ação, e uma faixa de atuação compartilhada onde as ações são mutuamente condicionadas.

A supremacia de um determinado sistema social dentro de um sistema de sociedade depende de situações conjunturais específicas.

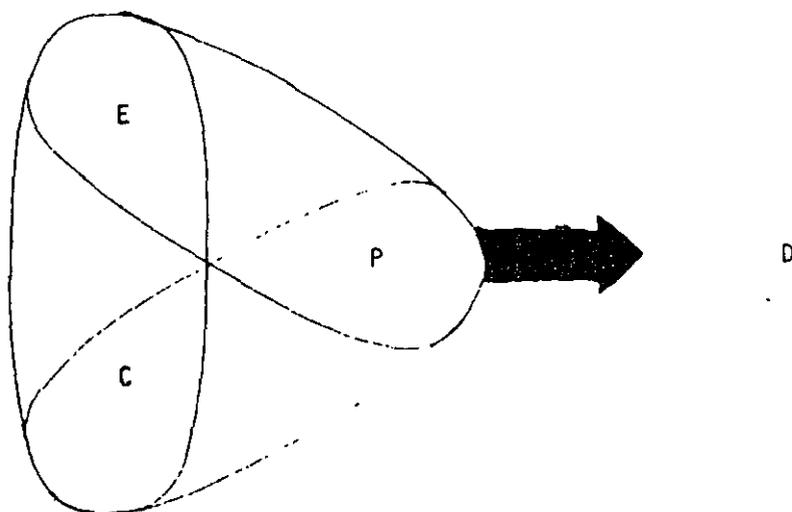
A soma das influências emanadas dos diversos sistemas sociais oportunizam o surgimento ou não de "condições objetivas" para o desencadeamento dos processos sociais.

Entretanto, especificamente relacionado ao processo de desenvolvimento desigual a nível regional, dentro das peculiares formações sociais sul-americanas, de modo especial a brasileira, o sistema política assume, um papel determinante.

²³ Sobre as características peculiares do partido hegemônico - o Partido Republicano Rio-grandense, veja o Cap. Formação Social e Econômica e Política do Rio Grande do Sul.

Muito mais do que no desenvolvimento de um determinado país como um todo, o desenvolvimento regional está caracterizado pelo fator político. Este exerce grande influência no processo de decisão. O núcleo que maneja as decisões, por vezes possui autonomia relativa com relação aos outros sistemas na tomada de decisões.

De modo geral, o sistema político (P) funciona como um catalisador das influências do sistema econômico (E) e sócio-cultural (C) com relação ao desenvolvimento (D).



Os indicadores utilizados neste estudo de caso são:

a) no sistema econômico apreciar-se-ão aspectos relacionados com a localização geográfica das regiões, como a qualidade da terra e a infra-estrutura viária²⁶;

²⁶ Ao analisar-se o sistema econômico deve-se levar em consideração, como afirma Marx, que "como todos os anteriores o processo capitalista de produção se efetua em certas condições materiais que ao mesmo tempo servem de suporte a determinadas relações sociais contraídas pelos indivíduos no processo de reprodução da vida" (1978, p.940).

No caso específico do presente trabalho, o processo produtivo de maior relevância vincula-se ao setor primário, primordialmente o agro-pecuário, onde o fator terra é um dos elementos mais importantes.

Assim, como acentuou Marx, neste fator "os lucros suplementares podem se formar de diversas maneiras. Na base da renda diferencial I, isto é, na base do emprego de todo o capital agrícola numa área constituída de solos com fertilizantes diferentes. Além disso na base da renda diferencial II, da produtividade diferencial variável de sucessivos investimentos de capital no mesmo solo ou seja produtividade maior..." (1978, p.837).

Portanto, entende-se neste estudo como inerente à qualidade da terra tanto a renda diferencial II oriunda da aplicação maior de insumos e tecnologia quanto a renda diferencial I decorrente da própria fertilidade do solo, pois como afirma Marx "...a fertilidade embora propriedade objetiva do solo, sempre implica relação econômica..." (1978, p.746) (grifo nosso).

Como recurso metodológico de pesquisa e análise, estruturam-se algumas hipóteses gerais de trabalho:

- A qualidade da terra, a localização geográfica e os recursos infra-estruturais estão positivamente associados ao desempenho de uma dada região no processo de desenvolvimento regional.

- As características sócio-culturais da região tanto individuais quanto coletivas, estão associadas ao seu desempenho no processo de desenvolvimento regional.

- O agir e o pensar político-ideológicos dos indivíduos e das instituições sociais de uma dada região condicionam o tipo e a aceleração do seu processo de desenvolvimento regional.

- A atuação do sistema político-ideológico detém um poder determinante com relação ao sistema social e econômico no processo de desenvolvimento desigual regional.

CAPÍTULO III

MÉTODOS

3.1 - Escolha das regiões

O nosso trabalho configura-se como um estudo exploratório de caráter histórico-comparativo do processo de desenvolvimento desigual entre duas regiões.

Não existem, na literatura sociológica, critérios perfeitamente delimitados para caracterizar uma região. Pelo menos a idéia de região não tem sido aceita da mesma forma e também não tem sido utilizada com finalidade idêntica. "Para alguns é uma entidade real, objetiva, concreta, que pode ser facilmente identificada, quase que uma região natural; para outros, não é mais do que um artifício para clarificação, uma idéia, um modelo que vai facilitar a análise permitindo diferenciar espacialmente o objeto de estudo. Nesta última acepção, dominam preocupações subjetivas, sendo as regiões instrumentos de natureza descritiva a definir de acordo com critérios, os quais dependerão dos fins específicos do estudo. Pode adiantar-se desde já que esta concepção se tem imposto à que nos começos do século XX se desenhou no sentido das regiões naturais" (LOPES, 1980, p.31).

É importante caracterizar que deve-se tomar a região como parte de um sistema de regiões, mas com consistência interna ao nível da própria região.

É preciso haver características peculiares que singularizem uma determinada área com relação ao todo ou a outras áreas¹.

Assim, segundo Richardson, pode defender-se que qualquer agregado territorial pode organizar-se num sistema hierarquizado de regiões de tamanhos diferentes, no qual uma região de determinada ordem contém um certo número de regiões menores, de ordem imediata. A escolha, para efeitos de análise de uma dada ordem, depende dos objetivos que são perseguidos. (RICHARDSON, 1975, p.221-2)

Neste trabalho, para a caracterização de região, optou-se por delimitá-la a uma circunscrição administrativa, isto é, à região compreendida pela área de um município.

As regiões escolhidas para este estudo são as de Ijuí e Jaguarí, ambas localizadas no Rio Grande do Sul e representativas do processo histórico de estruturação da sociedade na "Zona Nova de Colonização" do Estado.

Como há necessidade de examinar as multidimensionalidades envolvidas no processo de desenvolvimento desigual a nível regional, optou-se por uma abordagem que permitisse o aprofundamento da análise e maior riqueza de informações: o estudo de caso.

O "estudo de caso" difere de outros métodos de análise, mormente daqueles que trabalham com amostras estatisticamente representativas, uma vez que ele procura conhecer, de modo relativamente exaustivo, casos específicos, suficientemen

¹ Maria Adélia de Souza e outros, por exemplo, definiram algumas características para as regiões:

- "a) a região homogênea - onde se destaca um fator de homogeneidade para definí-la;
 - a-1) um unidade natural: dominância de traços físicos: relevo, clima, vegetação, etc.;
 - a-2) uma unidade histórica, étnica ou cultural (área de antiga colonização);
 - a-3) uma unidade econômica (caracterizada por sua atividade dominante);
- b) a região polarizada (ou funcional ou geográfica). Espaço submetido à influência dominante de um pólo. (ex. regiões do IBGE);
- c) a região operacional - domínio de intervenção de uma autoridade;
 - c-1) uma circunscrição administrativa, judiciária, militar, etc.;
 - c-2) uma unidade de coordenação e implantação de um plano ou programa de desenvolvimento". (1972, 44)

te ilustrativos do fenômeno analisado, não pretendendo que os resultados obtidos sejam estatisticamente representativos de todos os casos existentes. Assim, os resultados deste estudo não devem ser generalizados para explicar diferenças entre ou tras regiões. Podem, no entanto, servir como ponto de partida para a formulação de hipóteses úteis e auxiliar na análise de diferentes regiões ou até sociedades.

O motivo da escolha dos municípios prende-se a uma série de peculiaridades que lhes são comuns. A primeira refere-se à origem simultânea que tiveram as duas comunidades, pois ambas são fruto da colonização oficial efetivada pela União: Jaguarí foi implantada em 1889, e Ijuí, em 1890.

O modo de ocupação da terra foi relativamente semelhante, com a distribuição dos colonos² sendo feita em parcelas de 25 ha e o processo de produção baseado na mão-de-obra familiar. A ocupação espacial do solo também obedeceu a critérios semelhantes.³

Contudo, a par desta origem, de certa forma co mu m, nota-se que o processo de desenvolvimento, a partir prin ci palmente de 1915, foi marcadamente diferenciado.

A grande vantagem que disso resulta é a possibilidade de comparação constante no decorrer da história desses municípios.

3.2 - Coleta de dados e análise

Na medida em que o processo de desenvolvimento é essencialmente dinâmico, pode não ser importante a detecção dos elementos que o propulsionam atualmente, principalmente con siderando as características históricas inerentes a estes ele mentos.

² O colono é aqui entendido como sinônimo de agricultor pequeno proprietário.

³ Sobre o modelo de ocupação espacial do território, ver Ane xos IV, V e VI.

De forma que é de pouca valia, por vezes, a detecção da influência de variáveis que interferem no processo de desenvolvimento numa análise empírica contemporânea, uma vez que nada indica que estas variáveis apresentaram o mesmo comportamento na gênese do processo.

É justamente na origem do fenómeno que se devem procurar os elementos determinantes do processo de diferenciação histórica do processo de desenvolvimento inter-regional de sinal, pois variáveis que assumem grande significância posteriormente, podem ser a mera consequência da atuação de outras variáveis precedentes.

Daí a necessidade de uma análise retrospectiva. É uma análise retrospectiva, de modo geral, caracteriza-se como um salto no escuro, pois tanto pode-se encontrar dados como podem estes terem sido perdidos ou escamoteados, prejudicando com isso o aspecto analítico da pesquisa.

A análise deve restringir-se, de modo geral, a extrair explicações dos eventuais dados que o pesquisador consiga recolher e, em cima destes, fazer suas ilações. A pesquisa reveste-se assim, quase que necessariamente, de uma análise com características mais "qualitativas" do que "quantitativas", na medida em que dados quantitativos, devido às peculiares condições da época e do meio, não foram registrados na quantidade e qualidade desejáveis.

Numa pesquisa exploratória, ao nível desta que nos propomos executar, são várias as opções metodológicas que podemos utilizar. Na escolha do método, o critério fundamental deve ser a sua adequação ao objetivo proposto e à natureza do problema.

Segundo Glaser e Straus (1971), normalmente às técnicas metodológicas utilizadas em pesquisas sociológicas qualitativas dicotomizam-se em: (1) um procedimento de análise que consiste em construir uma hipótese provisória e, a partir dela, codificar os dados para depois analisá-los. Desta forma, o analista recolhe todos os dados possíveis para sustentar a proposição dada. Naturalmente, este procedimento caracteriza-se pela sistematização do recolhimento, classificação e análise dos

dados, de maneira tal que permita a repetição do experimento por outro analista, caso ocorram as mesmas condições; e (2) um procedimento analítico que privilegia a geração de teorias, categorias, hipóteses, etc. De acordo com este método analítico, o pesquisador não pode ficar confinado à codificação dos dados separados da análise, pois ele está constantemente reformulando suas noções teóricas e revisando seu material.

Contudo, existe um procedimento metodológico que, de certa forma, é fruto da fusão destas duas formas de atuar na realidade, citadas anteriormente, que combina o explícito procedimento de codificação do primeiro e o estilo dinâmico do segundo.

Esta fusão resulta num procedimento analítico que Glaser e Straus denominam de "Método de Comparação Constante", que objetiva unir codificação e análise e, assim, propiciar uma maneira mais sistemática e ao mesmo tempo mais dinâmica, de gerar novas explicações sociológicas.

O procedimento comparativo em sociologia é tradicional, podendo-se mesmo dizer que se constitui no método por excelência do "approach" sociológico. Durkheim, por exemplo, em "As regras do método sociológico", analisa com profundidade a possibilidade do uso do método comparativo, da mesma forma que Weber (1976) o utiliza com frequência quando analisa o processo de formação e consolidação das cidades, classificando e comparando os diversos tipos de cidades.

Na análise do processo de desenvolvimento, uma dificuldade que logo surge diz respeito às dificuldades metodológicas com relação à detecção da realidade. Esta dificuldade é decorrente do aspecto histórico que envolve o desenvolvimento, principalmente quando este é visto como um processo.

Como foi salientado anteriormente, a necessidade de coleta de dados no passado, no início do processo, é dificultada pela inexistência, por vezes, de dados estatisticamente confiáveis.

Além dessa, outras limitações ocorrem no presente trabalho. A própria opção por um "estudo de caso", de certa forma, não permite muitas generalizações.

Por outro lado a dificuldades em conseguir dados e a peculiaridade dos conseguidos, por vezes, constituíram frequentemente nos elementos "balizadores" da análise, mais do que o modelo teórico proposto.

Neste aspecto, por exemplo, na análise do sistema econômico poderíamos, originalmente, segundo Godelier, optar por três "abordagens" diferentes: a) uma abordagem "formalista" que vê no econômico a relação entre fins e meios raros que tem usos alternativos, b) uma abordagem "substantiva" que entende por economia de uma sociedade as formas e as estruturas sociais da produção, da distribuição e da circulação dos bens materiais que caracterizam esta sociedade num momento determinado da sua existência, e c) e finalmente uma terceira abordagem que se propõe analisar e explicar as formas e estruturas dos processos da vida material das sociedades com a ajuda dos conceitos elaborados por Marx de "modo de produção" e de "formação econômica e social" (GODELIER, 1981, p.40-1) Entretanto está-se limitado aos dados conseguidos e pouco ajudaria optar por uma abordagem analítica da qual não se dispusesse algum substrato empírico.

Assim sendo, devido às dificuldades aludidas aliadas a falta de recursos financeiros e tempo disponível a "focalização do sistema econômico restringiu-se a uma abordagem mais "formalista" do que a originalmente proposta.

A inexistência de alguns indicadores contribuiu, de certa forma para que algumas das proposições analisadas se caracterizasse mais pelo aspecto "especulativo", o que de certa forma não deixa de servir de sugestões para trabalhos futuros.

Neste particular, o método de comparação constante, aliado ao estudo de caso, possui uma série de recursos que o habilita a servir com precisão ao objetivo proposto: analisar o processo de desenvolvimento diferenciado a nível regional, possibilitando uma reconstrução histórico-comparada das relações sociais que ocasionaram a ocorrência deste processo de desenvolvimento desigual.

"O método comparativo, é conseqüentemente, um procedimento analítico controlado que examina os vários casos, fenômenos, ou coisas análogas de uma série, cada um por seu turno, ou englobados em sistemas de séries para descobrir o que é comum a todos, isto é, as regularidades ou princípios válidos e significativos" (FERRARI, 1962, p. 2).

Aliado ao "método comparativo" efetuar-se-á a análise segundo os procedimentos da denominada por alguns de "análise sistêmica". Segundo Schwartzberg "pode-se chamar-se as sim todo a pesquisa, teórica ou empírica, que parte do postulado de que a realidade social apresenta os caracteres de um sistema, para interpretar e explicar os fenômenos sociais pelos la ços de interdependência que os ligam e que os constituem em uma totalidade" (1979, p.111).

CAPÍTULO IV

FORMAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

Desde os primórdios de sua formação histórico-social, com o estabelecimento das reduções jesuíticas, a sociedade rio-grandense caracterizou-se pela intensa ligação com a atividade pecuarista. Floresceu uma "civilização pastoril", onde a e seus derivados constituíam produtos exponenciais na estrutura econômica do Estado. Em consequência disso, deu-se o delineamento de uma postura econômico-social que particularizou e caracterizou o Rio Grande do Sul com relação aos demais Estados da Nação.

Desde o início, o sistema produtivo do Rio Grande do Sul foi subsidiário da produção do centro do país. Implantou-se, a princípio, uma pecuária predatória, principalmente na fase áurea das Minas Gerais. Esta situação foi-se modificando paulatinamente, com a disseminação das estâncias que se dedicavam à criação de gado, representando o início propriamente dito do "assentamento" no Estado.

A partir do século dezoito, surgiram as primeiras charqueadas, que acrescentaram uma nova dimensão à sociedade rio-grandense, pois constituíram, de certa forma, as primeiras "indústrias" de transformação de matéria prima de porte surgidas no Estado.

Estas indústrias contribuíram decisivamente para o processo de urbanização do Estado, especialmente na Zona Sul,

pois, na medida em que as charqueadas assumiam relevância econômica, as regiões em que estavam instaladas constituíram pólos de atração com relação às regiões vizinhas, isto tanto no aspecto estritamente demográfico quanto no de acumulação de capital (SINGER, 1977).

Estes estabelecimentos, normalmente baseados na mão-de-obra escrava, encontravam muitas dificuldades no seu desenvolvimento, visto que suas características particulares serviam como entrave ao perfeito desenvolvimento de sua estrutura de produção.

Entre estes entraves, destaca-se a competição exercida pelas charqueadas uruguaias e argentinas, que, sendo montadas num modo de produção mais capitalista, possuíam maior competitividade no mercado¹.

Pelo aviltamento do preço do charque, a produção gaúcha favorecia a competitividade das mercadorias produzidas em outros centros. Observa-se, então, que a economia dominante (SP) não possuía interesse significativo na taxaço do charque importado na medida em que era de seu interesse que este produto circulasse no país pelo menor valor possível.

Como se vê, a indústria do charque estava vinculada ao sistema econômico da Federação, de uma forma subalterna, e constituiu-se num sistema produtivo no qual as diretrizes econômico-políticas possuíam um caráter exógeno.

O processo de formação da sociedade rio-grandense vinculava-se às instáveis situações conjunturais que enfrentavam as beneficiadas no mercado interno brasileiro. Mais tarde, entretanto, observa-se que cada vez mais também o mercado internacional assume relativa importância.

¹ Com relação aos problemas enfrentados pelas charqueadas devido a seu modo de produção, veja-se: CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; e PESAVENTO, Sandra Jatthy. República Velha Gaúcha. Porto Alegre, Movimento, IEL, 1980.

² Entre as principais características destacam-se: alto preço do produto produzido com mão-de-obra escrava, baixo padrão de qualidade e dificuldades de transporte.

TABELA 1 - EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL PARA PORTOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS - RIO GRANDE DO SUL - 1920 - 1940.

Produtos	1920		1940	
	nacional	estrangeiro	nacional	estrangeiro
carne frigorif	3:176\$	19.294:464\$	329:177\$	183.339:038\$
charque	34.131:537\$	8.439:387\$	78.889:540\$	23:448\$
couro salgado	58:377\$	12.258:392\$	6.277:622\$	60.368:585\$
couro seco	44.907\$	2.734:338\$	796:938\$	4.362:083\$
lãs	2.688.700\$	4.190.684\$	36.492:383\$	30.208:257\$
sebo	4.879.008\$	1.563:088\$	10.988.070\$	826:084\$
Total	41.805:7005\$	48.480:353\$	140.781.000\$	279.126:000\$

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE EXPORTAÇÃO 1920-1940. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1942.

Esta situação nos leva inevitavelmente a considerar que os fatores de estrangulamento são de duas origens: (1) exôgena: vinculada à dependência ao mercado interno e externo e (2) endôgena: vinculada às dificuldades de consolidação e ampliação do processo de produção "gaúcho", caracterizada pela situação dependente-periférica.

Por outro lado, devemos salientar o esforço feito pelo governo estadual, no início do século XX, no sentido de incentivar seus produtores de exportação, principalmente com a

Isenção de impostos, embora por vezes contrariando a própria doutrina doutrinária positivista do Partido República Rio-Grandense (PRR).

Nota-se pela tributação incidente nos principais produtos exportados em 1910, que havia um tratamento diferenciado entre os produtos de origem colonial e os oriundos da campanha, com relação ao imposto de exportação, beneficiando os produtos de origem colonial.

TABELA II - ALIQUOTA TRIBUTÁRIA INCIDENTE NOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO RIO GRANDE DO SUL EM 1910.

PRODUTOS	TAXA %
Charque e carne em conserva	2
Couro vacuns e salgados	9
banha	2
sebo	5
herva-mate	2
farinha de mandioca	0
fumo	6
lã	9
feijão	2
arroz	0
vinhos	2

FONTE: RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do RS pelo Secretário de Estado nos Negócios da Fazenda Cândido José Godoy, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1912.

Contudo, com o passar do tempo a crise passou a se agravar e o governo necessitava tornar os produtos gaúchos mais competitivos no mercado. Isso decorria, primordialmente, do fato de os produtos de outros estados e do exterior, como é o caso do charque, estarem deslocando os produtos gaúchos de seus mercados tradicionais. As medidas tomadas para resolver esses problemas foram principalmente diminuir as alíquotas tributárias e aumentar a produtividade através do aprimoramento dos agricultores com a construção de educandários denominados colégios agrícolas.

Uma das medidas mais polêmicas foi a tomada pelo governo do Estado em 1902, quando foi instituído o Imposto Territorial em substituição ao imposto de Exportação. Sua aprovação vinha sendo discutida desde 1893.

Segundo Lewis "a troca do Imposto de Exportação pelo Territorial veio a beneficiar os produtos da zona colonial e os setores urbanos vinculados ao comércio e a indústria" (LEWIS, 1981, p.75).

Nota-se que estas são medidas que de certa forma prejudicam os setores latifundiários que até 1890 dominavam a política gaúcha. Estas transformações são fruto da ideologia positivista das novas classes hegemônicas.

"Ao contrário do liberalismo, que, no Brasil, representava a ideologia dominante, o positivismo propunha um novo projeto político, a partir da mediação social. O castilhismo eleva o Estado a uma condição de protagonista dessa mediação das massas, através de uma relação de tipo paternalista. O poder não será do povo, mas deve ser exercido em seu benefício, cabendo a uma "Classe dirigente" fundada pelo Estado, assegurar absoluta liberdade intelectual e promover, em especial a incorporação pacífica do proletariado à sociedade" (ALMEIDA, 1981, p.109).

O principal mentor das idéias de Comte do Rio Grande do Sul foi Júlio de Castilhos, que liderou o partido hegemônico, o Partido Republicano Riograndense, e quando abandonou a política delegou a chefia a Borges de Medeiros que continuou com a mesma filosofia.

Segundo Almeida, "Castilhos aparecerá no cenário político rio-grandense no momento em que ocorre o atrito entre as novas forças de produção e a forma tradicional de dominação que as oprime. A antiga "aristocracia rural" dirigente, fundada no binômio estância-charqueadas, entra em conflito com a nova burguesia agrária baseada na fazenda organizada como meio de produção capitalista" (1981, p.107)

Assim, a aristocracia rural passa a ser oposição, situação que se transforma somente em 1923, com o acordo de "Pedras Altas", realizado entre as duas facções da classe dominante gaúcha.

Em resumo, pode-se dizer que a ideologia positivista que predominava no Rio Grande do Sul possuía como características fundamentais, o federalismo e a ideologia da modernização da sociedade de cima para baixo.

O Estado porém, não se caracterizava somente pela produção de produtos pecuários. Paralelamente, havia já uma incipiente formação de traços agrícolas que esboçavam tenuamente as primeiras linhas do consórcio agropecuário que posteriormente se implantaria com maior intensidade³.

A partir de meados do século XIX, implantou-se uma agricultura de alta produção, fundamentada, em termos de uma estrutura produtiva, na intensidade do uso do fator trabalho.

Este incremento ocorreu, principalmente, a partir da chegada dos imigrantes europeus (não lusos) que iriam formar uma outra face do processo de formação econômico-social do Rio Grande do Sul.

Este sistema de ocupação do solo, através de colonização por imigrantes europeus, não era novo no Rio Grande do Sul. Anteriormente fora tentada a ocupação de algumas áreas com imigrantes açorianos, com o objetivo de desencadear um processo produtivo baseado essencialmente na agricultura. Contudo, por uma série de contingências históricas, esta experiência não conseguiu ter o sucesso esperado.

Portanto, é com a chegada dos imigrantes alemães que efetivamente se implantou no Rio Grande do Sul um processo de produção alternativo à produção pastoril.

Este processo de produção caracterizava-se pela exploração agrícola em pequenas propriedades com base na policultura e no uso de mão-de-obra familiar.

No início do século XX, a situação da agropecuária gaúcha era singular, na medida em que apresentava duas regiões com processos produtivos nitidamente diferenciados. Mas, embora apresentando relativa diferenciação nas relações de produção, possuíam uma relativa similitude em sua situação estrutural, isto é, uma situação periférica-dependente.

³ Nesta configuração de uma nova face do processo de formação da sociedade sul-riograndense não se quer dizer que se faça tábua rasa em todo o processo histórico anterior. O que se pretende afirmar a existência de características particulares que revestiram o fenômeno e que diferenciam a fase das demais fases anteriores, quando o setor agrícola não possuía as mesmas características. Sobre este assunto veja, MEDEIROS, 1975.

A "região" objeto de nosso estudo pertence à região cuja agricultura é baseada na pequena-propriedade.

A formação social desta região apresenta características "sul generis". Pode-se dizer que a maioria da população começa a consolidar o processo produtivo em condições muito semelhantes. Contudo, as desigualdades apareceram na medida em que, com os contatos estabelecidos com o mercado da metrópole gaúcha, surgem as primeiras diferenciações sociais, instituem-se relações funcionais dependentes entre os proprietários de lotes, entre estes e os comerciantes e entre estes últimos⁴.

Este processo de hierarquização das relações sociais é fundamental na análise do desenvolvimento regional na medida em que permite identificar, nos agentes, aqueles segmentos virtualmente aptos a desenvolverem o processo produtivo de maneira mais acelerada.

Desta forma, a identificação dos interesses peculiares das elites dirigentes em Jaguarí e Ijuí possibilitará perceber quais as vinculações destas com o processo de produção vigente a nível mais global - o nacional.

Não resta dúvida que, numa economia capitalista, o processo de produção do excedente vincula-se diretamente às eventuais potencialidades desenvolvimentistas de uma região, da mesma forma que se vincula às formas de apropriação, que naturalmente são uma decorrência das relações sociais.

O excedente, neste processo de produção, é originado em numerosas localidades, o que implicava a existência de uma rede de comerciantes que se encarregavam de comercializá-lo, desde as "linhas" e vilas até as cidades. Portanto, a apropriação do excedente era multiparcelada numa cadeia que iniciava com o comerciante da linha e culminava com o comerciante exportador.

⁴ Sobre este tema, veja: MULLER, Geraldo. Periferia e desenvolvimento nacional, Estudo do desenvolvimento do capitalismo no RS. S. Paulo, Universidade de São Paulo, 1972 (Tese de Mestrado em Sociologia).

E, neste caso, o agente que dispunha sobre a maior parcela do excedente era o comerciante que, dessa maneira, se sobrepunha ao produtor na estratificação social⁵.

O comerciante, como aglutinador do excedente de uma região, constituiu-se, no início do século, como agente propulsor ou retardador do desenvolvimento da região.

Qual seriam então os mecanismos que fizeram com que desempenhasse um ou outro papel? Estes mecanismos são basicamente de duas ordens: ideológicos e histórico-estruturais.

O papel ideológico é fundamental na medida em que influi decisivamente sobre que setores da economia e sobre que localidades estes excedentes podem ser reaplicados, isto é, num setor mais dinâmico ou mais tradicional, na localidade em que está estabelecido ou em outras localidades.

Observa-se, dentro desta peculiaridade, que, em Jaguari, o destino dado ao excedente acumulado pelos comerciantes, de modo geral, era reaplicado em setores tipicamente tradicionais - a compra de terras destinadas à pecuária, enquanto que, em Ijuí, muitos comerciantes utilizaram o excedente para a implantação de um aparato industrial.

Com relação à situação histórico-estrutural, observa-se uma maior dinamicidade em Ijuí do que em Jaguarina resposta às necessidades dos centros consumidores, implantando uma estrutura produtiva, desde logo caracterizada pela exportação e facilitada pela existência de boas vias de escoamento da produção.

No momento em que na pauta de exportação do Estado começam a surgir produtos agrícolas de modo significativo, é justamente em Ijuí ocorre uma reestruturação do seu sistema de produção, permitindo-lhe atender a estas novas demandas.

Numa sociedade caracterizada pela predominância do Estado, revestem-se de significância as eventuais identificações ideológicas, econômicas e partidárias que os núcleos regionais conseguem efetuar com o núcleo de poder central.

5

Ver sobre este assunto MULLER, 1972.

O processo de colonização ocupou um espaço que, de certa forma, havia sido desprezado pelo setor pecuarista. As novas comunidades que se formavam não possuíam um intercâmbio muito intenso entre si. Havia um relativo isolamento geográfico entre elas devido, principalmente, à precariedade de comunicações.

Este isolamento, se, por um lado, teve um efeito maléfico por não propiciar o surgimento de uma economia integrada, por outro lado, favoreceu o surgimento de uma série de oficinas e pequenas indústrias que se encarregavam de fabricar as ferramentas e outras utilidades de uso local.

Ao mesmo tempo, as dificuldades de transporte significavam um impeditivo para a expansão da indústria do Rio Grande do Sul pela impossibilidade de atingir novos mercados (LAGEMANN, 1980, p.116).

Formou-se no Estado uma série de "economias" relativamente autônomas entre si. E, foi a partir desta industrialização incipiente que os produtos manufaturados de origem colonial, ao lado dos produtos agrícolas destas regiões assumiram significativa importância no cenário econômico do Estado e mesmo da Nação.

Assim, no início do século, os produtos agrícolas aparecem na pauta dos principais produtos de exportação, de modo significativo. Evidencia-se, deste modo, a relevância que a produção agrícola, oriunda em sua maior parte das zonas de colonização, assumia no mercado regional.

Observa-se no início do século a configuração particular do Estado do Rio Grande do Sul na divisão inter-regional do trabalho, atribuindo-lhe uma posição cada vez mais subordinada aos interesses do processo de industrialização que acontecia em São Paulo.

TABELA III - PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO DO ESTADO DO RS
- 1910-13

Produtos	1910	1911	1912	1913
charque	24.387:313\$	26.313:128\$	31.540:191\$	31.751:363\$
couro salgado	10.652:076\$	9.190:598\$	16.823:407\$	13.388:080\$
banha	7.818:778\$	6.483:717\$	13.232:951\$	16.857:280\$
sebo	4.544:543\$	3.395:706\$	5.160:438\$	4.179:218\$
herva-mate	3.056:929\$	2.524:348\$	2.320:616\$	2.174:345\$
couro vacum limpo	2.762:957\$	3.857:236\$	*	*
farinha mandioca	2.674:179\$	3.138:264\$	3.313:701\$	4.782:386\$
fumo	2.622:499\$	3.100:285\$	3.883:613\$	4.304:390\$
lã	2.393:272\$	2.402:241\$	3.636:354\$	2.650:072\$
feijão	2.295:759\$	1.710:092\$	3.751:530\$	5.114:222\$
carnes em conserva	1.635:348\$
brins e algodões	1.459:301\$	1.335:434\$

FONTE: Dados de 1910 e 1911: RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado nos Negócios da Fazenda, Cândido José de Godoy. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1912; dados de 1912 e 1913: relatório apresentado ao Sr. Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estados dos Negócios do Interior e Exterior, Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Casa de Correção, 1914.

(..) Não existem os dados neste relatório.

(*) Provavelmente em 1912 e 1913 há uma aglutinação de couros salgados e couros vacuns na rubrica de couro, neste quadro, colocado em couro salgado.

Singer (1977, p.117), ao estudar o processo de industrialização do Estado e compará-lo com alguns outros Estados da Federação, coloca-o em posição privilegiadíssima em 1907: São Paulo com 16,5% e RS com 14,9% do total da produção industrial da Nação. Contudo, paulatinamente, o Estado vai assumindo posições cada vez menos destacadas no decorrer das décadas se

guintes. Assim, São Paulo, em 1958, detinha 53,2%, enquanto que o Rio Grande do Sul 8,1%.

Porém, parece evidente que há um problema relativamente sério de equivalência quanto ao que se considera por indústria. Isso se torna evidente quando confrontados os dados de importação e exportação de produtos do Estado do Rio Grande do Sul, onde vemos que este praticamente não exportava produtos manufaturados, nesta época, e em contraposição, importava significativa importância de produtos industrializados oriundos de outros Estados e do exterior.

TABELA IV - COMÉRCIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: 1901-1912

	Exportações	Importações		
		Gêneros Alimentícios	%	Total
1901		10.627:854\$	44,2	24.044:997\$
1902		7.666:979\$	24,9	30.779:068\$
1906		11.060:676\$	31,0	35.655:322\$
1907		10.533:672\$	21,6	48.727:716\$
1908		10.070:890\$	20,5	49.214:647\$
1909	23.094:440\$	10.665:688\$	21,3	50.171:746\$
1910	19.905:186\$	12.953:298\$	22,4	57.687:772\$
1911	21.630:333\$	13.607:232\$	20,7	65.709:498\$
1912	21.925:516\$	14.204:751\$	18,8	75.314:573\$

FONTE: RELATÓRIO apresentado ao Ex. Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre, Oficinas Gráficas de Casa de Correção, 1914.

As mercadorias importadas apresentavam os seguintes percentuais por classe:

TABELA V - MERCADORIAS IMPORTADAS PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - 1910-12. (%)

CLASSES	1910	1911	1912
I Animais vivos	4,06	2,45	4,68
II Matérias-primas e artigos com aplicação às artes e indústrias	15,81	18,00	18,02
III Artigos manufaturados	57,57	58,82	58,40
IV Artigos destinados a alimentação e forragens	22,56	20,73	18,90

FONTE: RELATÓRIO apresentado ao Ex. Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Casa de Correção, 1914.

Embora a produção agrícola gaúcha tenha aumentado muito, outras áreas começavam a fazer concorrência aos produtos gaúchos. Este fato preocupa o presidente do Estado já em 1899, pois em sua mensagem ao legislativo naquele ano, afirmava: "Até agora os produtos da agricultura rio-grandense sofriam apenas a competição de similares estrangeiros nos mercados de consumo, d'ora avante sentir-se-ã fatalmente a concorrência nacional como efeito do desenvolvimento nacional, como efeito de desenvolvimento da policultura que se generaliza por todos os Estados da União⁶".

Em 1902 observa-se que apesar de haver aumentado a produção, seu valor diminuiu em termos monetários, fenômeno atribuído ao efeito da crescente concorrência⁷.

Houve então necessidade de racionalizar o processo produtivo através tanto da maior produtividade, quanto da

⁶ Mensagem do Presidente à assembléia legislativa em 1899.

⁷ Mensagem do Presidente do Estado à assembléia legislativa em 1902.

melhor organização do setor de produção. Isto foi tentado através de investimentos na infra-estrutura viária, de modo especial na férrea, e através de construções de escolas dedicadas a aprimorar cultivos e mão-de-obra rural.

A região que, adequando-se às novas conjunturas, estruturou mais rapidamente sua infra-estrutura de transportes e racionalizou seu processo produtivo, foi a que acelerou seu processo histórico de desenvolvimento, isto é, aproveitou o momento histórico. Foi o caso, entre outras, de Caxias, Ijuí e, mais tarde, Erechim. Enquanto isso, outras regiões, por deficiência em pelo menos um desses fatores, não conseguiam acompanhar, numa linguagem Rostowiana, o processo de decolagem daquelas regiões rumo ao desenvolvimento.

Entretanto, se, no aspecto quantitativo, o Estado do Rio Grande do Sul conseguiu uma posição privilegiada no cenário nacional com relação à sua produção industrial e agropecuária, há um aspecto de natureza qualitativa de vital importância para a explicação do processo de dependência histórica do Estado com relação a outros Estados de economia mais dinâmica.

A indústria do Rio Grande do Sul possuía um caráter essencialmente tradicional, calcada em transformações de bens primários, enquanto que em outros Estados, notadamente São Paulo, iniciava-se a construção de um parque industrial muito mais dinâmico, baseado na produção de manufaturas e, posteriormente, na produção de bens de produção.

Contudo, o fato de o Estado ser um tradicional fornecedor de alimentos ao mercado nacional não o condena, necessariamente, a uma situação periférica-dependente, como de fato aconteceu. O elemento fundamental deste fato, aliás, é o fato de que o Estado do Rio Grande do Sul não apresentou, no decorrer de sua história, uma mercadoria de alto valor de troca no momento histórico determinado (MULLER, 1972).

A relação comercial com o mercado internacional era altamente deficitária para o Estado. Este déficit decorria precisamente do alto valor dispendido com artigos manufaturados.

Este déficit era coberto na relação que o Estado realizava com o mercado interno nacional, onde a sua posição vanguardista no setor de produtos primários lhe assegurava um superávit significativo.

Evidencia-se, desta forma, a constituição da economia gaúcha como produtora de bens primários e altamente dependente do mercado externo com relação a produtos industriais. Configura-se no Estado, então, aquele intercâmbio desigual constatado historicamente, que é favorável às economias baseadas em bens manufaturados quando relacionam-se com economias baseadas em bens primários.

Assim, com base num artesanato relativamente rústico, com poucas indústrias de expressão, com um mercado diminuído, as condições estruturais não permitiam que houvesse uma expansão do processo produtivo no Rio Grande do Sul. Esta própria microdimensão da área de influência constitui-se em entrave ao seu desenvolvimento em maior escala (SINGER, 1977).

O empreendedor empresarial via-se frente a uma série de obstáculos de origem estrutural ou conjuntural, diante da qual pouco ou nada podia fazer. Devido à dimensão diminuta no mercado sul-riograndense, havia necessidade de lançar-se à aquisição de novos mercados. Mas para isso era indispensável um salto de qualidade, no sentido de aprimorar a tecnologia usada e ampliar o parque industrial, ações que implicavam ampliações do capital, capital este escasso em muitos casos.

Por outro lado, o próprio aspecto artesanal de muitas "indústrias" constituía obstáculo ao desenvolvimento. Contudo, estas pequenas indústrias representaram um marco histórico no processo de formação histórico-social do Estado.

A pecuária e a agricultura juntava-se, então, a indústria rio-grandense, com um papel idêntico: servir como fornecedora de produtos às indústrias mais dinâmicas de São Paulo.

Dentro desta configuração particular, observa-se que, a partir do final do século passado até meados deste, ocorreu no Estado um intenso processo migratório, oriundo, sobretudo, das colônias velhas que ocuparam os poucos espaços ainda não

ocupados de forma efetivamente produtiva⁸.

De 1890 a 1910 houve uma proliferação de novas colônias, tanto de cunho oficial quanto de iniciativa privada. O desenvolvimento das novas colônias, de certa maneira, diferia em muitos aspectos do que ocorreu no processo de colonização efetivado anteriormente, nas colônias velhas. Isso decorreu, principalmente, devido ao conhecimento que estes novos colonizadores possuíam das dificuldades que iriam enfrentar e da melhor forma de enfrentá-las.

Inicialmente, as diversas colônias constituíam-se em economias relativamente isoladas uma das outras. Entretanto, na década de 20, a economia gaúcha começou a sofrer um processo de aglutinação dos seus diversos mercados regionais. Relações capitalistas de produção estruturavam-se com maior intensidade em vários pontos do Estado e em diversos segmentos da economia.

Configurou-se, assim, uma integração do mercado regional rio-grandense. Esta integração ocasionou pelo menos dois problemas importantes: (1) o surgimento de novos pólos de desenvolvimento e (2) o aniquilamento das pequenas indústrias.

O surgimento de novos pólos de desenvolvimento decorria do fato de que, aproveitando-se de circunstâncias conjunturais ou estruturais, certas regiões conseguiram dinamizar melhor sua economia do que outras. Surgia, então, uma relativa polarização da economia do Estado, destacando-se Porto Alegre como o seu maior pólo industrial.

A par da constituição de Porto Alegre como maior pólo de desenvolvimento do Estado, outros municípios, aproveitando circunstâncias existentes, também estabeleceram relações funcionalmente hierárquicas com seus interpares regionais, conseguindo assim acelerar o processo de desenvolvimento através da extração de excedentes de municípios vizinhos. Esse foi o caso, por exemplo, do município de Ijuí, que na década de 20 con-

⁸ Processo este muito bem analisado por ROCHE, Jean, op. cit.

seguiu ser um centro polarizador regional. Entretanto, outros municípios não aproveitaram a oportunidade histórica e, ao contrário, se transformaram em comunidade periféricas e dependentes.

O surgimento desta relação de subordinação ocasionou, para os setores menos desenvolvidos, o deterioramento nas condições de troca de produtos, pois os setores mais desenvolvidos, ao atuarem numa economia de escala maior, competiam com vantagem no mercado.

Observou-se, então, que muitas das pequenas fábricas foram absorvidas ou eliminadas do mercado. Surgiu a monopolização do mercado por indústrias sediadas em pólos mais desenvolvidos⁹.

Paralelamente, a indústria pastoril passou por transformações com a crise do comércio do charque. Uma vez que o mercado interno não se mostrava mais receptivo ao produto, começou a desenvolver-se mais intensamente a instalação de grandes frigoríficos.

A indústria da carne consolidou-se, então, como de caráter exportador. A opção por esta atividade pode, de certa forma, ter origem no despreparo das elites gaúchas em emprenderem um processo industrial mais efetivo, pois não investiam em indústrias que necessitavam de proteção alfandegária, uma vez que seus produtos deveriam ter livre trânsito para o exterior.

São Paulo, que também tinha uma produção voltada para o exterior, a qual propiciou uma acumulação de capital suficiente para implantar seu parque industrial, baseava sua lavoura, principalmente a partir de 1900, em termos já capitalistas, numa exploração intensiva e racional, o que não ocorria com a pecuária gaúcha, que era explorada de modo extensivo.

A partir da década de 30, profundas transformações ocorreram tanto na sociedade gaúcha como na brasileira como um todo. O processo de centralização política aguçou-se e,

⁹ Exemplo típico é o da cervejaria Continental, que eliminou todas as concorrentes num raio de 300 quilômetros, segundo ROCHE, Jean, op. cit., p.530.

conseqüentemente, diminuiu paulatinamente o poder dos Estados e dos municípios¹⁰.

Com a finalidade de ilustrar o período anterior, apresentamos dois quadros que evidenciam os percentuais de recursos obtidos pela União, pelos Estados e pelos municípios no período de 1914 a 1923.

TABELA VI - PORCENTAGEM DA RECEITA, DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS NO BRASIL NO DECENIO - 1914-1923.

ANO	RECEITA %		
	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
1914	55,8	26,6	17,6
1915	51,3	30,9	17,8
1916	54,4	29,3	16,3
1917	55,8	28,9	15,3
1918	58,6	26,6	14,8
1919	54,7	30,0	15,0
1920	59,6	27,9	12,5
1921	57,9	28,1	14,0
1922	58,3	27,7	14,0
1923	58,5	28,4	13,1

FONTE: BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral da Estatística. Estatística das finanças do Brasil. Rio de Janeiro, Tip. da Estatística, 1926.

Com relação ao Estado do Rio Grande do Sul, o quadro de arrecadação tributária federal, estadual e municipal no início do século se mostrava da seguinte forma, em termos de percentuais.

¹⁰ Sobre a relação de poder entre o Estado e os municípios e a União, veja LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e o voto. São Paulo, Alfa Omega, 1976.

TABELA VII - PORCENTAGEM DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL NO RIO GRANDE DO SUL - 1901-1913

ANO	RECEITA %		
	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
1901	49,2	29,1	21,6
1902	53,2	27,0	19,7
1903	46,8	30,5	22,5
1904	52,8	25,3	21,8
1905	55,6	25,0	19,8
1906	53,6	25,7	20,6
1907	59,8	23,1	17,0
1908	51,5	28,3	20,0
1909	48,8	30,9	20,1
1910	50,1	28,7	21,0
1911	50,1	29,0	20,8
1912	49,6	28,6	21,7
1913	52,1	26,1	21,7

FONTE: RELATÓRIO apresentado ao Dr. Borges de Medeiros, Presidente do Estado, pelo Secretário dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Casa de Correção, 1914.

Observa-se que no período considerado, 1901 a 1923, não ocorreram modificações consideráveis no quadro de arrecadação do País. A partir de meados do século, 1930, acentuou-se o processo de centralização do poder, que provocou muitas consequências em todas as regiões do país.

As principais transformações estão diretamente vinculadas ao processo de urbanização, industrialização e à formação de um vasto mercado interno. Poderíamos dizer que o que efetivamente ocorreu foi uma redistribuição inter-regional do trabalho, que levou algumas regiões especializarem-se principalmente em produtos manufaturados, enquanto outros Estados, entre eles o Rio Grande do Sul, especializaram-se na produção de produtos primários.

Concomitante a estas transformações, a sociedade rio-grandense também passava por significativas mudanças que, em última análise, vieram corroborar esta nova divisão inter-regional do trabalho.

O fato mais importante diz respeito à consolidação do binômio trigo-soja, a partir do início da década de 60, em detrimento do sistema policultor que antes vigorava com maior intensidade. Evidentemente esta nova dimensão ocasionou profundas transformações no sistema produtivo gaúcho.

Com base nas características apresentadas, poder-se-ia considerar o Rio Grande do Sul como um conjunto econômico regional satelizado, segundo Luiz Pereira, no sentido de estar subordinado a estímulos ou desestímulos provindos de fora dele (PEREIRA, 1970).

Inclusive dentro do próprio Rio Grande do Sul ocorre uma situação semelhante. Assim, observa-se este processo de satelização quando estudam-se as relações entre as diversas regiões do Estado.

Há comunas que apresentam um alto grau de desenvolvimento, em consequência do que estabelecem uma série de relações de subordinação com relação àquelas comunas que virtualmente estão submetidas ao seu raio de ação. Existem vários municípios que se configuram como pólos dinamizadores e catalisadores dos benefícios produzidos pela região que os circunda.

Todo processo reflete uma situação global, que permeia todos os níveis das relações sociais existentes no país e que refletem uma profunda descapitalização de algumas regiões em função da acumulação de capital em outras.

Em suma, o processo de produção no Rio Grande do Sul possui muitas características que lhe são peculiares. Com base na exposição anterior em alguns outros autores¹¹ que analisa

¹¹ SOUZA, Paulo Renato Costa. Um modelo primário exportador regional - el caso del Rio Grande do Sul - Brasil. Santiago, Universidade del Chile, 1973 Tese (Mestrado); PESAVENTO, Sandra. República Velha Gaúcha, "Estado Autoritário e Economia". In: RS: Economia & Política, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979; MEDEIROS, Laudelino. op. cit.; LAGEMANN, Eugênio. A Industrialização no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, 1978. (Relatório de Pesquisa nº 4); ROCHE, Jean, op. cit.; CARDOSO, Fernando Henrique, op. cit.; MULLER, Geraldo. Periferia e dependência nacional (Estudo do desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul) Tese de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 1972.

ram o processo produtivo do Estado, pode-se destacar os seguintes elementos que consideramos relevantes para o nosso estudo:

a) o Estado apresenta duas formas produtivas distintas no início do século XX: a pastoril, baseada no latifúndio, e a agrícola, baseada predominantemente na pequena propriedade;

b) no setor agrícola, as relações de produção possuem características "campequinas", caracterizadas pela exploração agrícola em pequenas propriedades privadas, pelo utilização de mão-de-obra familiar, com uma produção basicamente de subsistência, sendo que a produção excedente é usada para trocar por bens, tais como, roupa e instrumentos de trabalho;

c) o setor agrícola passou a ter importância preponderante a partir do início do século, assumindo valores significativos na pauta de exportação do Estado;

d) de forma semelhante ao setor pecuário, o setor agrícola estrutura-se como "enclave" a nível nacional, beneficiando o processo de acumulação de capital em outros Estados, devido à deteriorização do valor de troca dos produtos primários;

e) o setor industrial que se forma assume características idênticas aos demais setores, restringindo-se a indústrias tradicionais, configurando-se como dependente de áreas mais dinâmicas;

f) a própria estrutura produtiva impediu o desenvolvimento mais acelerado e mais independente, por haver elementos internos que entravavam o desenvolvimento, como, por exemplo, a pequena propriedade, onde não era possível um investimento mais intenso que propiciasse a acumulação de capital-condição "sine qua non" para o desenvolvimento de uma região, pelo menos num regime capitalista;

g) o Estado e os municípios, paulatinamente, foram perdendo autonomia e poder, tanto no que se refere ao aspecto administrativo, quanto e principalmente, no que se refere ao aspecto econômico, pois a União, paulatinamente, vai centrali-

zando grande parte dos recursos financeiros em suas mãos;

h) nos moldes da relação entre União e Estado, no Rio Grande do Sul, formam-se relações hierárquicas entre vários municípios ao estilo de "centro-periferia".

|

CAPÍTULO V

PROCESSO HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO DE JAGUARI

O Núcleo Colonial Jaguari foi instalado no final de 1889 quando o engenheiro José Manuel da Siqueira Couto, chefe da comissão de terras e colonização de colônia Silveira Martins, demarcou os primeiros lotes coloniais onde se localizaram mais de mil imigrantes.

Em 21 de março de 1891, assume a direção do núcleo nascente, como chefe da comissão colonizadora, o Dr. Severiano de Almeida, que, com sua atividade, foi responsável pelo rápido incremento agro-industrial do núcleo.

Eram funções da comissão colonizadora demarcar os lotes, tanto urbanos quanto rurais, e neles instalar os colonos enviados ao núcleo. Possuía também um caráter de vigilância sobre o cumprimento, por parte dos colonos, das normas estipuladas pela comissão de terras.

No recenseamento feito pelo diretor da colônia em 1891, verificou-se uma população de 4.441 habitantes, constituindo 1444 famílias.

O aumento populacional foi muito grande principalmente devido ao ingresso de grande número de imigrantes. De 1891 e 1892 a comissão recebeu e assentou 3.934 imigrantes. A população chegou em 1892 a 6.622 habitantes ou 1896 famílias.

Em 1894, os núcleos começam a exportar seus produtos, tendo ela alcançado 51:536\$000 réis, e a produção total equivalente a 589:947\$500 réis.

Funcionavam, em 1894, 19 moinhos hidráulicos, 3 descascadores de arroz, uma serraria, 2 atafonas para o fabrico de farinha de mandioca e 3 alambiques para o fabrico de cachaça, 12 casas comerciais, 6 sapatarias, duas ferrarias, duas olarias, duas fábricas de cerveja, dois açougues, dois curtumes e achava-se em andamento a instalação de uma fábrica de fumo.

A diversificação de atividades tinha como objetivo principal prover a comunidade de todos os instrumentos necessários à sua sobrevivência. Aliás, foi esta uma característica do processo de produção do Estado no início do século, pois somente na década de vinte é que há um processo de integração maior de todos os mercados no Rio Grande do Sul.

Em 1894, por iniciativa particular, foi instalada a iluminação pública a querosene na sede Jaguari.

Em 1896, a população chega a 9.420 habitantes, representando 2.513 famílias, sendo 4.593 italianos, 1.918 brasileiros, 1.666 alemães, 566 russo-polacos, 544 austríacos, 26 suecos e 10 de nacionalidades diversas.

Nesta população, constavam 1.246 não-católicos e 8.174 católicos, sendo que sabiam ler e escrever 2.986 estrangeiros e 403 nacionais e eram analfabetos 4.447 estrangeiros e 1.584 nacionais.

Nota-se a grande percentagem de analfabetos que acometia a maior parte da população, mesmo levando em consideração o número de crianças que deveriam estar incluídas nestes números.

Em vários relatórios, o chefe da comissão de terras e colonização solicita do governo verbas para a construção de estradas que ligassem a colônia a novos mercados de consumo¹.

¹ A situação era verdadeiramente preocupante a ponto de "o colono Henrique Ludwig, hoje comerciante desta sede, construir em fins do ano findo uma chata com oito metros de comprimento e vinte centímetros de calado, efetuando com águas mínimas uma viagem até Uruguaiana, levando um carregamento de cento e vinte toneladas em milho, feijão, banha, toucinho e outros produtos". (Correspondência ativa, comissão de terras de Jaguari, IHG, livro nº 60, 1902, p.45).

Nesta época há um período de consolidação do processo produtivo de várias comunidades. O crescimento, a partir de então, começa a depender basicamente das potencialidades de exportação e da conquista de novos mercados, tanto a nível regional quanto a nível nacional ou internacional.

Devido às precárias ligações de transporte com o resto do Estado, o que dificultava sobremaneira a exportação. Os produtores de Jaguari tentaram conquistar os mercados circunvizinhos, caracterizados pela Zona da Fronteira e Serrana e eventualmente, os países do Prata.

Esta tentativa fracassou por não serem obtidos os recursos para o empreendimento, o que, sem dúvida, contribuiu para uma desaceleração no ritmo do processo de desenvolvimento do município.

Em 1897 a população somava 11.495, sendo que 4.120 sabiam ler e 7.285 eram analfabetos.

Em 1901, além das sociedades existentes na sede municipal, fundaram-se outras: uma banda de música e três sociedades (autríaca, agrícola e ginástica) e, em organização, uma filodramática, sendo que em 1902 somente na sede, haviam 9 sociedades recreativas.

No ano regulamentar de 1902-3 obteve a sede principal desta zona dois melhoramentos: a publicação de um jornal semanário, "O Jaguary", e a construção de um teatro, por iniciativa de amadores da arte dramática.

Em 1902, com uma população de 13.227 habitantes, o núcleo Jaguary contava com uma produção geral de 1.669:000\$000 réis e uma exportação de 810:918\$000.

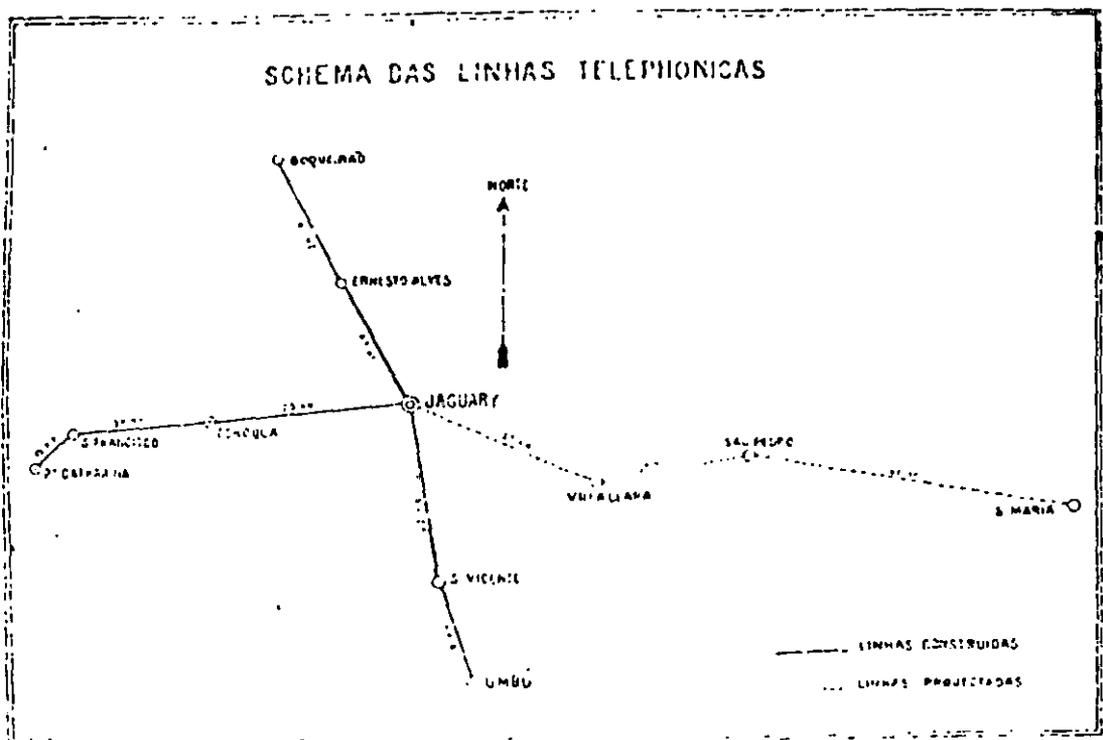
Efetivamente, o progresso da colônia era intenso. Para se ter uma idéia, na sede Jaguari havia, na época, 2.000 habitantes e pagavam-se 2:600\$000 réis de imposto sobre lotes urbanos, ao passo que em São Vicente havia 700 habitantes e pagavam-se 1:200\$000 de décima urbana.

Em 1904 funcionava uma rede telefônica que ligava Jaguari às sedes dos núcleos Ernesto Alves e Toroquã, às vi

² S. Vicente era a sede do município no qual a colônia Jaguari estava instalada.

las de São Vicente, São Francisco de Assis e Santiago do Borqueirão, às estações de Catharina (município de Alegrete) e do Umbu (município de São Vicente), ambas da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

MAPA I - ESQUEMA DA LINHA TELEFÔNICAS CONSTRUIDAS E PROJETADAS, JAGUARI, 1904.



FONTE: ALMEIDA, 1907.

Em 1905, existiam um Jaguari dezesseis sociedades e clubes, além de muitas corporações religiosas. Algumas possuíam prédios próprios para suas reuniões. Dessas sociedades e clubes, duas eram italianas, uma alemã, uma polaca, uma austro-húngara, três beneficentes, duas bandas de música, um clube de atiradores.

O anexo IV da uma idéia do prospero estado a que chegou a sede do núcleo Jaguari, que já se constituía numa verdadeira cidade.

O processo de desenvolvimento do município (distrito) efetivamente era muito grande, se considerarmos que poucos anos antes essa região restringia-se a densas matas. Evidencia esta projeção adquirida pela comunidade dois fatos marcantes: o primeiro diz respeito às premiações conseguidas na exposição estadual de 1902 e segundo, à grandiosidade da exposição agro-industrial que foi montada em Jaguari em 1897 por ocasião da visita do então Presidente do Estado, Júlio de Castilhos.

Reportagem da imprensa da época relata que a comitiva deteve-se durante umas quatro horas a examinar detidamente; nos vários departamentos da exposição, uma extraordinária variedade de produtos, como sejam: couros curtidos, machados de puro aço (imitação colin), facões, espingardas, ferragens para portas, podões, foices, trabalhos de grés, fumos, móveis e outros artigos de vime, algodão, cerca de 70 qualidades de feijão, 15 ditas de trigo, 10 ditas de milho, 10 ditas de arroz, 3 ditas de linhaça, 8 ditas de centeio, ervilha, grão de bico, tremosso, amendoim, aveia, peles, 3 qualidades de fumos para charutos, em corda, caporal, crespo, desfiado - marcas Progresso, Glória, Havana e Jaguary, e todos perfeitamente manufaturados e acondicionados em latas, pacotes e carteiras, charutos, instrumentos agrícolas, etc. (D'A FEDERAÇÃO, 23 abril 1897).

Em 1907, encerrando-se os trabalhos de demarcação de lotes, o administrador deixou a colônia, e esta foi incorporada ao município de São Vicente como seu 3º distrito.

Quando o núcleo colonial de Jaguari foi anexado oficialmente à comarca de São Vicente, começou a enfrentar sérias dificuldades no seu processo de desenvolvimento.

Estas dificuldades eram oriundas do fato de que as duas regiões constituíam sistemas de produção diferentes. Enquanto que em São Vicente predominavam interesses

dos grandes proprietários dedicados à pecuária, em Jaguari, o sistema predominante era o de pequena propriedade dedicada de modo especial à policultura.

Embora o governo auxiliasse muito a zona de colonização, não podemos esquecer que a classe dominante na época estava comprometida com a classe pecuarista. A divisão entre castilhistas e assisistas não passava de uma divisão dentro da própria classe dominante e, geralmente, quando os interesses eram contraditórios entre a pecuária e a agricultura, aquela era privilegiada³.

Parece que houve uma aliança de interesses específicos de alguns segmentos da sociedade da ex-colônia que, alinhados e identificados com a ideologia dominante em São Vicente, conseguiram predominar em Jaguari e impor sua dominação política.

Nota-se que, em Jaguari houve uma permanência constante no poder dos representantes dos mesmos interesses, vinculados de modo especial ao beneficiamento de arroz e fumo, ao comércio e à pecuária, embora se notasse claramente o entrelaçamento destes interesses.

Muitas vezes o comércio foi usado como trampolim para a pecuária. A importância destes três setores da economia é relevante na medida em que se nota a significativa percentagem que representa no total, por exemplo, dos produtos exportados por via férrea, que necessariamente passavam por suas mãos⁴.

Observa-se que em 1928 não houve grandes transformações na estrutura econômica da comunidade, isto é, não houve crescimento econômico muito acentuado. (Anexo II)

Isso pode revelar que não houve um processo de reaplicação de capital dentro do município, demonstra que houve um processo de transferência de capital para fora do município, ou, pelo menos, não houve reaplicação destes recursos em setores dinâmicos da produção, preferindo setores tradicionais, como por exemplo a pecuária.

³ Veja-se, MULLER, 1972.

⁴ Veja-se Anexo I.

O fato de não haver incremento industrial no município, implica diretamente o estreitamento do mercado de trabalho para a população, principalmente a rural, que, não encontrando terra disponível, tem que migrar para outras regiões.

Parece que, tendo o município em seu início conseguido estruturar seu sistema de produção com sucesso e inclusive exportado alguns produtos, este potencial não foi aproveitado para implementar a dinâmica do processo inovador no município. As elites preferiam aplicar seus lucros em atividades imobiliárias via de regra em terra, ou aplicar em outros que apresentassem maior rentabilidade econômica.

Indicação deste fenômeno pode ser encontrada, quando confrontadas as datas de fundação dos principais estabelecimentos comerciais e a posse de grandes propriedades de terra no momento atual. Observa-se claramente uma associação entre os grandes comerciantes do início do século e os atuais maiores proprietários de terra, revelando uma transferência de capital do setor comercial para a compra de terras.

CAPÍTULO VI

PROCESSO HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO DE IJUÍ

A região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, desde o início do século XIX, foi objeto de exploração, principalmente incursões de reconhecimento de cunho militar, e desde então cogitava-se na instalação de "colônias" nessa região.

Em relatório de três de março de 1858, Francisco Ravel¹ escrevia: "É fato pois que os gêneros alimentícios têm subido em preço nas Missões e em tal medida que a criação de estabelecimentos agrícolas na costa do Uruguai é desejada e uma necessidade indubitável". Contudo, o processo de colonização instala-se apenas no final do século.

A 19 de outubro de 1890, o governo estadual criou a colônia de Ijuí. Inicialmente, a colônia foi ocupada por imigrantes oriundos da Europa, sobretudo por alemães, italianos e poloneses.

Os colonos foram instalados em lotes de 25 ha e estabeleceram-se nos moldes das colônias já existentes.

Em 1896, já a população da colônia atingia o número de 4.644 habitantes. A colônia, nesta época, "não só conseguia assegurar logo sua subsistência, mas também apresentava elementos de uma agricultura de exportação e necessitava de estradas. Isso representava um progresso sobre a evolução das antigas colônias" (ROCHE, 1969, p.279).

¹ Ofício dirigido ao brigadeiro Manoel Luiz Osorio, relatório dos Campos do Serro Pellado, Yjuhy e Uruguay explorados em 1857-1858 - Índice das obras públicas, Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. n.ºs. 538-539.

Torna-se importante notar que esta "vocação" à exportação de produtos primários respondia às conjunturais necessidades econômicas do Estado na época, que enfrentava uma crise no setor pecuário, principalmente a indústria do charque. Neste aspecto, o governo do Estado, mesmo contrariando muitos de seus posicionamentos ideológicos, incentivou sobremaneira os produtos agrícolas de exportação, de modo especial através de incentivos fiscais e do carreamento de recursos para a construção de infra-estrutura necessária para o bom escoamento da safra agrícola, uma vez que havia forte demanda desses produtos nos centros urbanos do centro do país e nas regiões produtoras de café.

No relatório de 1897, nota-se que não era muito diversificada a produção da colônia. A produção foi de 19.579 sacos de milho, 2.482 de feijão, 1.488 de centeio, 629 de cevadas, 2.105 de trigo, 2.145 de amendoim, 3.115 de ervilhas, 344 de batatas, 480 de favas, 169 de arroz e 520 de lentilha. (SENOP, 1897, p.77)²

Observa-se, outrossim, pelo mesmo relatório, que os meios de produção utilizados foram essencialmente rudimentares, pois havia na colônia apenas 29 arados e 38 carroças de 4 rodas.

Percebe-se que há uma supremacia, desde o início, da produção de milho, 59% do total, seguida pelos cereais, 15%, e o feijão, 7,3%. Evidencia-se, assim, que a exportação já constituía o fim principal dos agricultores que se interessavam, primordialmente, por aqueles produtos mais compensadores em termos de exportação. (ROCHE, 1969, p.280)

Nessa época, a pauta de exportação do Estado mostra como produto agrícola de exportação, de vulto, a banha, que, neste processo produtivo, consistia basicamente numa transformação da matéria-prima milho.

A 6 de dezembro de 1898 era nomeado diretor da colônia o engenheiro Augusto Pestana que, com grande tino administrativo, desenvolveu, protegeu e conseguiu amparo gover-

² SENOP será adotada, de agora em diante, como abreviatura da Secretaria de Estado dos Negócios e Obras Públicas.

namental às atividades locais. É a época da fundação de diversos estabelecimentos comerciais bem como de alguns industriais.

A partir de 1898, a colônia foi enriquecida com levas de agricultores provenientes das "colônias velhas". Este foi, sem dúvida, um fator relevante, no sentido de impulsionar o desenvolvimento do município, pois eram colonos que, além de já possuírem experiência anterior, possuíam também o capital necessário para se lançarem em empreendimentos comerciais ou industriais, como efetivamente muitos o fizeram.

Esta nova dinâmica responde à necessidade de alocar, em novas regiões, os excedentes populacionais gerados pelas colônias velhas, e, de certa forma, era uma resposta às preocupações de certos segmentos políticos preocupados com a continuada penetração de colonos europeus transformando o panorama político-eleitoral do Estado.

Estes elementos, mais bem adaptados ao processo de colonização, aceleraram o ritmo de desenvolvimento, desenvolvimento esta evidenciado em 1903 pelo funcionamento de: 28 engenhos de aguardente, 27 moinhos hidráulicos, 2 serrarias a vapor, 1 serraria hidráulica, 5 curtumes, 10 ferrarias, 2 fábricas de salame, 3 cervejarias, 4 atafonas de farinha de mandioca, 3 hotéis, 4 hospedarias, 5 casas de comércio fortes e 20 casas menores, 2 padarias, 3 açougues, 6 olarias, 2 relojoeiros, 3 marceneiros, dois funileiros, 8 sapateiros e 3 alfaiates (SENOP, 88).

Segundo o censo de 1900, a população da colônia era de 8.847, sendo que em 1911, quando foi inaugurado o ramal ferroviário ligando-a a Cruz Alta, ela já contava com 24.678 habitantes.

Observa-se, no início do século, um grande incremento na quantidade de área cultivada. "Entre 1900 e 1911, a população passou de 7.600 para 25.000 habitantes; a área cultivada de 51.000 para 130.000 hectares, a produção de 1.800 contos para 5.000" (ROCHE, 1969, p.280).

Com quase 25 mil habitantes, mereceu a colônia a elevação

à categoria de município, e o povoado à de vila, dando-se tal a 31 de janeiro de 1912, pelo decreto nº 1814, sendo o 68º município do Rio Grande do Sul.

Nesse ano, o novo município contava com 32 escolas abrigando 1.347 alunos.

Nota-se que o município era relativamente bem equipado com relação à rede escolar, o que de certa maneira já revelava as preocupações que o governo do Estado demonstrava no sentido de dotar a colônia de uma estrutura de escolas suficiente para propiciar o desenvolvimento da região. Isto é uma característica também da ideologia positivista vigente na época, que propunha como elementos fundamentais a livre competição e a educação para todos.

Em 1921 a população atingia 30.641 habitantes, contando a sede municipal com mais de 2.000.

"A policultura de subsistência, que a colonização visava implantar, foi logo substituída pela cultura de comercialização, variável segundo o rendimento que apresentava e o mercado que encontrava" (MARQUES, 1976, p.23).

No começo do século a predominância foi do cultivo do milho. A predominância do milho torna-se em Ijuí ainda mais evidente do que nas antigas colônias, passando, entre 1908 e 1924, de 69% para 86% da produção total do município, porcentagem que ainda mantinha-se em 1932.

A partir da década de trinta inicia-se uma diminuição da participação do milho e há uma ascensão da produção da mandioca que, em 1950, representava 65,1% da produção dos principais produtos do município.

TABELA VIII - PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS EM 1939 E 1950, IJUÍ-RS.

ANOS	PRODUTOS AGRÍCOLAS (% total da produção)					
	Milho	Cana-Açúcar	Feijão	Batata Inglesa	Trigo	Mandioca
1939	43	42,6	5,8	2,7	2,6	18,9
1950	11	22,1	0,7	0,8	2,2	65,1

FONTE: ROCHE, 1969, p.280.

O aumento da área destinada ao cultivo da mandioca está diretamente associado à deterioração da qualidade dos solos de região (SCHILING, 1961). Constitui-se num indicador de que o município, segundo Roche, ingressou na terceira fase da história da agricultura local, isto é, a fase de decréscimo de produção.

Contudo, por força de conjuntura histórico-sociais, um novo sistema de produção configura-se na região, alicerçado no binômio trigo-soja.

"A decadência da lavoura do milho e da mandioca é decorrência das dificuldades de comercialização dos suínos e da impossibilidade de aquelas culturas poderem sustentar um esforço de recuperação do solo e tecnificação da lavoura. Já o binômio trigo-soja, contando com facilidade de comercialização, podendo promover a tecnificação da lavoura e completando-se uma e outra cultura no aproveitamento dos mesmos, solos e mesmos equipamentos, oferecia condições de retomada do processo de desenvolvimento da agricultura na região" (MARQUES, 1976, p.28).

Essa transformação repercutiu sobremaneira na organização produtiva, possibilitando aos colonos alterarem as formas de produção. Esta alteração baseia-se na intensificação da penetração de relações capitalistas, caracterizadas pelos incentivos à tecnificação e capitalização agrícola oriundos de políticas estatais.

Em 1955, o município, apesar de possuir ainda uma produção caracteristicamente agrícola, apresentava um parque industrial relativamente importante, com 532 estabelecimentos industriais, totalizando 2.271 operários, atingindo o valor de produção Cr\$ 267.175.000,00.

No mesmo ano, a produção de energia elétrica foi de 5.668,539 kwh, com um consumo para iluminação pública de 266.725 kwh, e para o consumo para força motriz em todo o município 2.196,023 kwh.

Deve-se ressaltar, outrossim, que o modo de produção característico da região foi alicerçado em cima da estrutura cooperativista e associativista³, apresentando, em 1955,

³ Sobre os primórdios de organização cooperativista e associativista em Ijuí, veja: LUZ FILHO, Fábio. Aspectos agro-econômicos do Rio Grande do Sul. São Paulo, Livraria Acadêmica, 1936.

3 cooperativas de produção, 3 de consumo, duas de comércio, 4 de crédito, com um total de 5.626 sócios.

Este caráter associativista foi reforçado pela ação de vários grupos organizados, entre os quais destaca-se a ordem dos Capuchinhos, que, através do próprio exemplo, e da atuação em organismos, como a Frente Agrária Gaúcha, Movimento de Educação de Base, Ação Católica, sindicatos, colégios e faculdades, colaboraram para imprimir grande impulso nestes movimentos associativistas⁴.

Atualmente, apresenta-se o município como um dos mais desenvolvidos do Estado, possuindo quase todos os requisitos necessários à satisfação das necessidades de seus habitantes.

Desenvolve uma agricultura altamente capitalizada, um comércio forte, uma industrialização em crescimento, um projeto cooperativista de fama internacional, colégios, faculdades, hospitais, etc., o que demonstra o grande salto que esta região conseguiu efetuar em termos de desenvolvimento, em menos de 100 anos de ocupação efetiva.

⁴ Sobre este tema: LAZZAROTO, Danilo. Ordem religiosa e desenvolvimento - Os capuchinhos em Ijuí. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1981. Tese (MS, História).

CAPÍTULO VII

O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Verifica-se, em uma análise retrospectiva comparativa, que as comunidades de Ijuí e Jaguari tiveram um início bastante semelhante. Nota-se, inclusive, que nos primeiros anos o desenvolvimento de Jaguari foi mais intenso do que o de Ijuí.

Contudo, paulatinamente, no decorrer do período histórico, Ijuí solidifica uma posição vanguardeira em relação a Jaguari, que não mais abandona. Esta situação é construída a partir de vários fatores, tanto de origem estrutural quanto de origem conjuntural.

No aspecto estrutural, um elemento diferenciador de importância diz respeito à qualidade das terras que em Ijuí eram superiores, fato evidenciado, possivelmente entre outras coisas, pelo maior valor da terra em Ijuí do que em Jaguari. Em Ijuí o valor venal por hectare era 48\$000 réis enquanto em Jaguari era de 31\$000 réis¹.

Com relação à população, em 1906 a colônia Ijuí contava com 10.500 habitantes, enquanto que a colônia Jaguari contava com 14.738 habitantes. (CUNHA, 1908, p.246) Contudo, em 1921 Ijuí contava com uma população de 29.520 habitantes, en-

¹ Segundo relatório ao dr. Octávio La Rocha pelo Sr. Secretário da Fazenda do Estado Antonio M. L. Chaves, Porto Alegre, Globo, 1914, p.47.

quanto que Jaguari apresentava 14.940 habitantes (ANUÁRIO ESTADÍSTICO DO RS, 1921, p.61).

Esta diferença é explicada pela ocupação de todos os lotes de terra em Jaguari já em 1907, enquanto que Ijuí continuou recebendo colonos por muito tempo ainda. Ao mesmo tempo, Jaguari teve um crescimento de apenas 202 habitantes entre 1906 e 1921, sugerindo que houve emigração de alguns de seus habitantes.

No que se refere à educação, Ijuí possuía uma população mais alfabetizada, fato demonstrado pelo diferencial de pessoas analfabetas ou não que se casaram em 1921. Em Ijuí, neste ano, 80,62% dos nubentes eram alfabetizados, enquanto que em Jaguari este percentual reduzia-se a 54,87% (ANUÁRIO ESTADÍSTICO DO RS, 1921, p.73 e 75).

No aspecto da influência política, decorrente da própria dimensão populacional, Ijuí apresentava um significativo contingente de eleitores para a época.

TABELA IX - NÚMERO DE ELEITORES FEDERAIS E ESTADUAIS NOS MUNICÍPIOS DE IJUÍ E JAGUARI - 1921

MUNICÍPIOS	FEDERAIS	ESTADUAIS
IJUÍ	1.171	3.440
JAGUARI	740	1.240

FONTE: Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul de 1921, p.206.

Com relação às culturas cultivadas pelos colonos em Jaguari e Ijuí, observa-se uma certa diferenciação. Em 1942, a estrutura produtiva agrícola de Ijuí possuía como produtos exponenciais a cana-de-açúcar, a mandioca, o milho e o trigo, enquanto que os cultivos preferenciais em Jaguari eram o fumo, a uva e o arroz.

Observa-se ainda que, em Ijuí, o consórcio entre agricultura e pecuária era muito mais intenso, fato este evidenciado pela expressividade de seu rebanho, primordialmente formado de bovinos e suínos. A grande produção de milho estava vinculada diretamente à criação de suínos, visando principalmente à exportação do derivado banha.

TABELA X - PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - IJUÍ E JAGUARI -
- 1942

PRODUTOS AGRÍCOLAS	IJUI		JAGUARI	
	Volume ton.	Valor Cr\$	Volume ton.	Valor Cr\$
Arroz	552	386.400	801	560.700
Batata Inglesa	593	415.400	-	-
Cana	22.032	440.640	1.504	150.400
Feijão	1.253	877.100	205	123.000
Fumo	273	409.500	817	2.042.500
Linho	403	282.100	17	10.200
Mandioca	28.153	1.407.950	252	50.400
Trigo	1.520	1.064.000	184	110.400
Milho	31.515	7.893.750	389	116.700
Uva	1.170	468.000	2.248	674.400
Alfafa	-	-	894	268.200

FONTE: DEE. Instituto de Geografia e Estatística. Sinopse Estatística Municipal. Porto Alegre, Of. Gráf. da empresa oficial, 1945, p.127 e 143.

TABELA XI - NÚMERO DE ANIMAIS E VALOR - IJUÍ E JAGUARI -
- 1942

ANIMAIS	IJUÍ		JAGUARI	
	Quantidade	Valor Cr\$	Quantidade	Valor Cr\$
Bovinos	47.000	12.376.000	18.450	4.797.000
Equinos	15.900	3.339.000	3.350	804.000
Muare	1.000	250.000	50	13.000
Ovinos	4.900	147.000	400	16.000
Suínos	117.900	9.432.000	9.350	841.500

FONTE: DEE. Instituto de Geografia e Estatística. Sinopse Estatística Municipal. Porto Alegre, Of. Gráf. da Empresa Oficial, 1945, p.127 e 143.

Quanto ao aspecto populacional, a estrutura etária da população de Jaguari é semelhante à de Ijuí. A diferença radica-se em dois fenômenos relacionados com o ritmo da taxa de urbanização e com a ocupação da população economicamente ativa.

O ritmo da taxa de urbanização dos dois municípios foi diferente, pois o município de Ijuí foi objeto de um processo de urbanização mais intenso do que Jaguari, sendo que este, inclusive, teve uma diminuição na sua população urbana entre 1940 e 1950. Isso ocorreu devido principalmente ao êxodo da população em direção a outros centros.

Muitas transformações que ocorreram na estrutura produtiva de ambos os municípios dizem respeito ao processo de urbanização das referidas comunidades. Em 1940, 43% da população de 10 anos e mais, economicamente ativa, viviam da agropecuária e silvicultura em Ijuí, enquanto que em Jaguari este percentual era de 44%. Já em 1970, o percentual com pessoal dedicado à atividade agropastoril em Ijuí era de 15%, en

quanto que em Jaguari era de 37%. No aspecto de ocupação com comércio, a situação transforma-se de 2% para 4% em Ijuí, enquanto que Jaguari passa de 2% para 1,7%.

Com relação ao aspecto qualitativo do nível de vida da população rural, notam-se grandes disparidades com relação à posse de alguns equipamentos que podem servir como indicadores de nível de bem-estar.

Estes números indicam, pelo menos, um processo de "modernização" mais acentuado nas áreas rurais de Ijuí do que em Jaguari.

TABELA XII - ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS QUE UTILIZAVAM ENERGIA ELÉTRICA, GÁS, LIQUEFEITO, ÓLEO DIESEL E CARRO - IJUÍ E JAGUARI - 1975. (% do total)

Municípios	Energia Elétrica	Gás Liquefeito	Óleo Diesel	Carro
IJUÍ	44	41	45	40
JAGUARI	05	15	16	05

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE, Censo Agropecuário, 1975.

Da mesma forma, com relação à mentalidade, observam-se diferenças entre os dois municípios. Os agricultores de Ijuí parecem mostrar-se muito mais predispostos a assumir riscos. Usando como indicadores e utilização de financiamentos agrícolas, nota-se que em 1975, 54% dos estabelecimentos em Ijuí utilizaram-se de financiamentos, num valor total para o município de Cr\$ 96.119.000, correspondendo a uma média por estabelecimento de Cr\$ 61.477,00, enquanto que em Jaguari apenas 21% dos estabelecimentos utilizaram-se de financiamentos, num valor de Cr\$ 10.004.000,00, com uma média por estabelecimento de Cr\$ 23.594,00. (Fundação IBGE. Censo Agropecuário, 1975).

Naturalmente, a utilização de financiamentos depende do tipo de produto cultivado e para quais produtos ha-

via crédito disponível. Entretanto, o fato de uma região utilizar mais crédito indica uma condição estrutural mais adequada a responder às demandas derivadas do poder central, isto tanto a nível geográfico-localizacional, quanto a nível de capacitação pessoal.

As diferenças entre os municípios de Ijuí e Jaguarí também foram detectadas em estudo no qual estabeleceu-se um sistema de classificação em que estão ordenadas as diversas cidades do Rio Grande do Sul. (UFRGS/SUDESUL / SERPHAU, 1970) Esta classificação baseia-se em três tipologias: (1) segundo a estrutura de polarização, (2) segundo a classificação funcional das cidades e (3) segundo a disponibilidade de serviços. Com base no grau de polarização, nota-se que Jaguarí e Ijuí constituem núcleos com amplitudes de influência bastante diferenciados, sendo que Ijuí ocupa uma posição intermediária entre as cidades de hierarquias inferiores e as capitais regionais ou a metrópole, enquanto que Jaguarí caracteriza-se por possuir uma natureza apenas residual.

Conforme a classificação funcional das cidades, Jaguarí caracteriza-se como cidade com equipamento primário de apoio rural, ao passo que Ijuí caracteriza-se como cidade com equipamentos secundários de apoio rural².

A classificação, segundo a disponibilidade de serviços, foi feita através da existência dos serviços públicos e sociais considerados imprescindíveis ao bem-estar humano. Foram excluídos alguns serviços como ensino primário, iluminação pública e clubes sociais que, por terem características universais, não definiram diferenciação entre as cidades. Foram incluídos 18 serviços discriminados entre: salubridade, transporte coletivo, corpo de bombeiros, recrea-

² Utilizou-se para esta metodologia a seleção de sete equipamentos que se consideram essenciais à função extra-regional das cidades: estabelecimentos bancários, comércio atacadista, comércio misto, cooperativas de produção, armazéns, silos, indústrias com mais de 5 operários. (UFRGS / SUDESUL / SERPHAU, 1970, p.51).

ção e cultura, comunicação e ação comunitária e ensino³. Nesta tipologia, Ijuí classificou-se no nível 2, isto é, cidades que possuem no mínimo 14 dos serviços considerados, enquanto que Jaguarí classificou-se no nível 4, isto é, cidades onde há a presença de 8 a 10 tipos de serviços.

Até agora, de modo mais enfático, evidenciou-se o maior crescimento de Ijuí com relação a Jaguarí. Torna-se necessário caracterizar também o grau de dispersão deste crescimento na população para configurar verdadeiramente o processo de desenvolvimento diferenciado.

Esta não é uma tarefa fácil. Não existem critérios universalmente aceitos, e o que é aceito inquestionavelmente por alguns é refutado por outros.

Entretanto, com os elementos apresentados anteriormente neste trabalho, pode-se indicar alguns aspectos que revelem direta ou indiretamente a vigência de um processo de desenvolvimento desigual.

A posse de bens e equipamentos pode servir de indicador das potencialidades da satisfação individual e ou coletiva. Parte-se do pressuposto que haja um gradiente na satisfação das necessidades e aspirações, isto é, das básicas para as não básicas.

Assim, como foi salientado anteriormente, o fato de, em 1975, um maior número de estabelecimentos rurais em Ijuí do que em Jaguarí possuírem carro, utilizarem energia elétrica, gás liquefeito e óleo diésel, parece evidenciar de que as pessoas que moram nas zonas rurais em Ijuí possuem um padrão de vida mais elevado do que as de Jaguarí.

³ Foram considerados 18 equipamentos assim discriminados: SALUBRIDADE - Abastecimento d'água, esgoto cloacal; TRANSPORTE - Transporte coletivo municipal; SEGURANÇA - corpo de bombeiros; RECREAÇÃO/CULTURA - Cinema, biblioteca, teatro, clube de futebol; SAÚDE - serviço médico, serviço dentário, hospital; ENSINO - ensino médio de 1º ciclo, ensino médio de 2º ciclo, ensino superior; COMUNICAÇÕES - Jornal diário, jornal semanal, estação de rádio; AÇÃO COMUNITÁRIA - o indicador foi tirado de análise de 3 tipos de organizações comunitárias: sindicatos (rurais, comerciais, industriários e bancários), associações de bairros e clubes de serviço (lions e Rotary). As cidades que possuem duas entre estas três entidades foram consideradas como tendo ação comunitária. (UFRGS; SUDESUL; SERPHAU, 1970, p.54-5).

O mesmo pode-se dizer com relação aos habitantes da zona urbana. Por exemplo, em 1942 percebe-se que na sede dos municípios o montante de moradias servidas com energia elétrica, água e remoção de lixo em Ijuí é muito superior a Jaguari.

TABELA XIII - NÚMERO DE MORADIAS SERVIDAS DE ÁGUA, LUZ ELÉTRICA E REMOÇÃO DE LIXO - IJUÍ E JAGUARI - 1942

Município	Total Moradias	Água		Luz Elétrica		Remoção de Lixo	
		Total	%	Total	%	Total	%
IJUÍ	1.339	477	35,6	946	70,6	620	46,3
JAGUARI	605	27	0,4	248	40,0	-	-

FONTE: DEE, Instituto de Geografia e Estatística. Sinopse Estatística Municipal. Porto Alegre, Of. Gráf. da Empresa Oficial, 1945, p.128 e 144.

Além disso, pelo critérios anteriormente analisados, Ijuí detém uma disponibilidade de serviços maior do que Jaguari. Portanto, é justificável admitir-se que potencialmente mais vastas camadas da população beneficiam-se desta disponibilidade em Ijuí do que em Jaguari.

CAPÍTULO VIII

DISCUSSÃO

8.1 - A influência do sistema econômico no desenvolvimento regional desigual

Os fenômenos geográficos, tanto nos aspectos estruturais quanto nos aspectos localizacionais, constituem elementos que muitas vezes podem definir uma situação propícia ao encadeamento de um processo de desenvolvimento.

Naturalmente, os aspectos estruturais diretamente ligados à existência e à captação, ao nível da tecnologia existente, dos recursos naturais, podem, por vezes, constituir elementos definidores das potencialidades desenvolvimentistas de uma dada região.

Neste aspecto, constatamos que Ijuí apresenta condições climáticas e de solo superiores a Jaguarí, com relação ao cultivo das culturas mais importantes do Estado.

TABELA XIV - ÁREA TOTAL CULTIVADA E TIPO DE SOLO, JAGUARI E IJUÍ, 1977

Município	Total ha	Tipo de Solo ¹			
		I-II-III	IV	VI	VII
Jaguari	96.000	40.128	17.665	26.304	11.904
Ijuí	100.300	78.435	21.865	-	-

FONTE: CEPA-RS (Coordenadoria Estadual de Planejamento Agrícola) Indicação de culturas e disponibilidade de solo a nível de município. Porto Alegre, 1978. p. 163-72.

Na medida em que constatamos que o principal setor da economia das localidades estudadas é o agrário, reveste-se de significativa importância o levantamento das potencialidades do solo destas localidades. A qualidade das terras constitui-se como elemento fundamental, primordialmente na aquisição de uma renda diferencial entre uma região e outra.

Entretanto, verifica-se, como afirma Marx(1978), que toda a terra (e não somente as terras de melhor qualidade) paga uma renda. Portanto, numa economia integrada, o parâmetro natural é a terra de pior qualidade, mas a terra de melhor qualidade gera, necessariamente, uma renda diferencial maior, propiciando ao seu proprietário uma maior intensificação na utilização das forças produtivas.

¹ A tipologia utilizada obedece aos seguintes critérios:
 I-II-III - Terras cultiváveis seguras e continuamente com culturas anuais adaptadas, produzindo colheitas médias e elevadas.
 IV - Terras que não se prestam ao cultivo continuado, seguro e intensivo com culturas anuais, mas podem admitir a realização de cultivos anuais por certos períodos, ou eventualmente, com culturas especialmente adaptadas desde que, com extremos cuidados, para neutralizar as limitações que apresentam, principalmente quando relacionadas com o controle à erosão, ao manejo da água ou à topografia.
 VI - Esta classe compreende terras que não são cultiváveis com culturas manuais, mas adequadas para a produção de certas culturas permanentes (fruticultura, pastagens, silvicultura).
 VII - Compreende terras onde as restrições além de tornarem inviável a realização de cultivos anuais, impõem-se severamente até mesmo em relação a certas culturas permanentes, tidas como proteções do solo (pastagem e silvicultura). São terras altamente susceptíveis de degradação pela erosão.

É sabido que a qualidade das terras depende de uma série de fatores que não podem ser classificados como "naturais". Assim, ao lado da fertilidade, o efeito da localização é um dos principais fatores na definição da qualidade da terra e depende de investimentos realizados, geralmente públicos, em infra-estrutura, tais como, transporte, eletrificação, etc. A qualidade da terra também é modificada pelos investimentos realizados no solo, como, fertilizantes, corretivos, defensivos, que alteram os resultados da produção (SILVA, 1981, p.58).

Portanto, a questão da qualidade da terra deve ser considerada sempre em termos relativos, isto é, vinculada às formas particulares de sua integração no conjunto da economia.

Verifica-se historicamente que a renda diferencial das terras está diretamente vinculada ao movimento do capital e às condições sociais específicas, resultando que a menor composição orgânica do capital em Jaguari, sobretudo no setor agrícola, em relação a Ijuí, é um indicador da melhor rentabilidade deste, uma vez que os preços de produção tenderão a ser menores do que seus valores de troca.

Como foi mostrado anteriormente, a comuna de Jaguari no começo do século constituía-se num minipólo de desenvolvimento regional. Jaguari constituía-se na maior concentração populacional da região, que estava ligada por telefonia com várias comunidades vizinhas, e o seu intercâmbio comercial crescia ano a ano, na medida em que novos mercados eram incorporados.

Contudo, fazia-se indispensável um aprimoramento no setor de infra-estrutura viária, pois as ligações rodoviárias existentes consistia mais em empecilho do que em incentivo à exportação. O grande alvo, sem dúvida, fixava-se no mercado consumidor de Porto Alegre e de outras grandes cidades do país.

Entretanto, quando em 1920 foi concluída a via férrea, pela qual Jaguari se ligava à capital, o município en

contrava-se já em processo de estagnação, no sentido de que não havia mais aquela motivação necessária à criação de novos empreendimentos. É o que ocorre a partir daí, é um processo de penetração dos produtos produzidos em outros municípios, que, com preços mais competitivos, acabariam por liquidar com os poucos empreendimentos nativos que ainda existiam.

Em Ijuí, o processo ocorreu diferentemente. A estrada de ferro, construída em 1911, constituía-se, sem dúvida, no marco decisivo para o impulso de seu desenvolvimento. Até então, a colônia não havia efetivamente "decolado", no sentido de ampliar sua base de exportação conquistando novos mercados. A partir da construção da estrada de ferro, alicerçado numa agricultura altamente produtiva e efetivamente organizada, conseguiu o município conquistar um lugar de destaque no cenário sócio-econômico rio-grandense. Por outro lado, o contínuo crescimento de sua população propiciou o surgimento de uma série de manufaturas, e algumas delas constituem hoje indústrias.

É importante salientar a alta ocorrência de solos férteis, o que oportunizou uma maior concentração populacional. Além disso, esse fato fez com que a virtual divisão de terra não ocasionasse problemas, ao menos nos primeiros tempos, pela pauperização ou expulsão dos colonos, pois com poucos hectares, era possível, produzir para a subsistência e ainda comercializar algum excedente.

Este fator, por si só, pode explicar o surgimento de uma série de iniciativas empresariais, pois foi o principal elemento no processo de acumulação de capital que serviu para financiar muitos empreendimentos no município.

Como bem relata ROCHE (1969), o capital era acumulado normalmente pelos comerciantes, que serviam de intermediários entre as colônias e os mercados consumidores de produtos coloniais e produtores de bens.

Sem dúvida, os aspectos geográficos, em que uma dada comunidade está instalada, influenciam sobremaneira

o seu desenvolvimento. O homem necessariamente é um ser relacional. É estabelecendo relações que ele se faz e faz o mundo. É nesta relação homem X homem e homem X natureza que se concretiza toda a dinamicidade do desenvolvimento da humanidade.

Neste aspecto, a relação do homem com a natureza constitui elemento fundamental para se dimensionar e qualificar o processo de desenvolvimento de uma dada região.

Contudo, o simples existir, "a priori, constitui a penas potencialidade, que deve ser transformada em ato. A engenhosidade do homem transforma-se em elemento crucial para transformação em realidade daquilo que, num dado momento, constitui a penas possibilidade.

Os recursos geográficos de uma dada região, a partir da relação estabelecida entre homem e natureza, transformam-se em recursos econômicos. Deriva destas considerações que os aspectos localizacionais influenciam sobremaneira o processo de desenvolvimento de uma dada região.

O sistema de colonização em "linha"², implantado no Estado, oferecia a vantagem de propiciar o surgimento de vários núcleos onde a coesão social, através de relações sociais, se mantinha.

Contudo, por vezes, implantaram-se núcleos coloniais mais distanciados, onde o processo de comunicação fazia-se difícil, e o resultado foi o relativo fracasso destas povoações. O exemplo mais notório desse sistema de colonização constituiu-se nos casos, citados por ROCHE³, de São João das Missões e Torres, onde os colonos ali instalados não conseguiram sobrepujar as condições advindas de um meio geográfico adverso.

O relativo isolamento em que por vezes se encontrava determinada comunidade, podia ocasionar consequências antagônicas. Se, por um lado, esse relativo isolamento podia acarretar possibilidades de surgimento de um processo de desenvolvimento autóctone, auto-sustentado, por outro lado, podia ocasionar um processo de estagnação, na medida em que a própria expansão sócio-econômica começava a exigir a ampliação do mercado e o estabelecimento de relações com outras regiões, e a região

² Sobre este sistema, ver exemplo apresentado no Anexo V e VI.

³ ROCHE, Jean. op. cit., p.98 e MOOG, Viana. Bandeirantes e pioneiros. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

não possuía condições para tal.

Entretanto, no aspecto relacionado com o estabelecimento de inter-relações com novas comunidades, novamente surgem aspectos contraditórios; pois se é verdade que o surgimento de um mercado integrado entre as várias regiões é uma condição essencial para o estabelecimento de um processo de desenvolvimento dinâmico, por outro lado, não é menos verdade que a própria integração dos mercados pode servir para o desencadeamento de uma relação de subordinação, à medida que as relações sociais estabelecem desequilíbrios, privilegiando a alguns em detrimento de outros.

Nesse sentido, como nos afirma OLIVEIRA (1961, p. 13), podemos notar que melhores meios de comunicação (estradas) podem eventualmente servir como fator de descapitalização.

Naturalmente que os aspectos determinantes da importância dos aspectos geográficos não podem apresentar-se em posicionamentos estanques, uma vez que o processo de desenvolvimento regional depende muito das peculiaridades específicas de cada região. Contudo, podemos afirmar, juntamente com Reichel que, no caso do Rio Grande do Sul, a "estrutura e eficiência da produção agro-pastoril, associada à proximidade de grandes mercados e ao tamanho do mercado a que se destinava a produção, determinavam as possibilidades de êxito da industrialização regional" (REICHEL, 1980, p.258).

O aspecto de infra-estrutura de comunicações revela-se crucial, por viabilizar uma maior dinamicidade econômico-social das comunidades. Há uma necessidade intrínseca de intercâmbio, tanto comercial quanto cultural, com outras comunidades.

No aspecto comercial, por ter sido o processo de colonização, desde o início, fundamentado em características capitalistas, reveste-se de importância o intercâmbio entre as comunidades.

Isso decorre principalmente da necessidade de vender os excedentes. Numa sociedade onde quase todos produzem os mesmos produtos, estes só podem ser alocados em outras sociedades que têm carência de tais produtos.

. Neste aspecto, a distância e a facilidade com que os produtos produzidos pelas colônias chegam a seus mercados são de vital importância, mormente porque a concorrência feita a preços comparativos privilegia, de certa forma os produtos que são menos onerados pelo transporte⁴.

Já os franceses D'Apremont e Gillonnay (1976, p.21), detectarem, no início do século, as maiores facilidades das colônias de imigrantes alemães que ocuparam as terras mais férteis e com maiores facilidades de comunicação com a capital.

Naturalmente, Porto Alegre foi o município quem mais se privilegiou desta situação, pois serviu de pólo capitalizador de todos os empreendimentos oriundos das colônias. Fundamentando-se nesta relação, suplantou rapidamente Pelotas e Rio Grande, que no século 19 rivalizavam com Porto Alegre, tanto no aspecto econômico quanto no cultural.

A partir dessa solidificação da capital como o maior pólo de crescimento do Estado, estabelecem-se uma série de relações sociais que influenciam sobrejamente o processo de desenvolvimento a ela relacionado.

"A constituição da recente rede rodoviária não fez senão desenvolver esta tendência: é nas grandes firmas de Porto Alegre que se vendem os produtos agrícolas, os quais são entregues de porta em porta; é delas que se compram os gêneros ou os objetos importados. Elas próprias devem seu poder à expansão da hinterlândia colonial, ou porque abriram filiais ou estabeleceram depósitos nas principais paradas ou sobretudo, porque enviavam seus caixeiros viajantes aos comerciantes rurais, até os confins da zona pioneira" (ROCHE, 1969, p.431).

Se o incremento na construção de ferrovias e das rodovias por um lado auxiliou a colocação dos produtos agrícolas nos mercados consumidores, por outro lado constituiu-se um elemento entravador ao desenvolvimento das possibilidades industriais das colônias.

Nota-se que Jaguari, por exemplo, que possuía no início do século uma série de pequenas indústrias que abasteciam os mercados circunvizinhos de uma série de produtos manufaturados, não mais as possui. Torna-se evidente que a competição

⁴ Um dos fatores do processo era estar perto de Porto Alegre, conforme ROCHE, Jean, op. cit., p.220.

com outros centros mais desenvolvidos do ponto de vista tecnológico foi desvantajosa para Jaguari. Assim, em 1902 esta comuna possuía duas cervejarias com uma produção média de 2500 garrafas mensais, o que pode não significar muito em termos atuais, mas que para a época servia para abastecer o consumo local e inclusive exportar algum excedente e poderia significar o início de algum empreendimento mais promissor.

Contudo, com o progressivo desenvolvimento das cervejarias localizadas em Porto Alegre, que paulatinamente foram dominando o mercado através de vários mecanismos, tornou-se economicamente inviável a permanência destas pequenas cervejarias regionais.

Da mesma forma, muitas outras atividades que se encontravam em desenvolvimento no início do século, com a interligação foram abortadas, provocando uma relação subordinada do mercado regional dessas cidades com relação ao da capital. Tanto é verdade que, em 1940, já eram pouquíssimas as firmas em Jaguari, e começavam a destacar-se os representantes comerciais das firmas de Porto Alegre⁵.

Na análise dos relatórios que os chefes das comissões de colonização das respectivas colônias enviavam ao Senhor Secretário⁶, nota-se a ênfase com que é colocada a estruturação e a demanda de um sistema viário eficiente.

O impasse colocado nas más condições de transporte é visto como "o problema magno do Rio Grande do Sul" (SENOP, 1910, p.180), pois a viação é condição capital para o desenvolvimento econômico e industrial do Estado (Ibidem, p.107). Como já foi mencionado anteriormente, neste trabalho, o problema de escoamento de produção configura-se como um fator determinante para as zonas coloniais, por proporcionar aos produtores a possibilidade de colocarem seus excedentes de produção nos mercados consumidores.

Naturalmente, o aprimoramento técnico nas regiões agrícolas pode servir para efetivar um processo de aumento de produção. Ao mesmo tempo, deve-se levar em conta a possibilidade de

⁵ Uma relação dos principais representantes comerciais encontra-se em BRANDÃO, Cincinato. Jaguari, Porto Alegre, Globo, 1940.

⁶ As referências feitas ao Senhor Secretário dizem respeito ao secretário de Estado dos Negócios e Obras Públicas do Rio Grande do Sul.

colocação dos excedentes exportáveis, "porque o emprego dos processos aperfeiçoados de cultura tem sobretudo o efeito de amentar a capacidade produtora individual. E que interesse poderá ter nisso o colono agricultor se o pouco que ele produz por processos produtivos já encontra dificuldades de colocação"(SENOP, 1913, p.84; 1980, p.107).

A exportação de uma dada região constitui-se em elemento muito importante para incrementar o processo de acumulação de um dado setor e, assim, propiciar o desenvolvimento.

Portanto, "a prosperidade dos núcleos coloniais exige essencialmente: primeiro, a existência de uma viação geral para a exportação, férrea ou fluvial; ao mesmo tempo, em cada região uma rede subsidiária interna para a circulação da produção geralmente de estradas de rodagem"(SENOP, 1914, p.107,116).

Caracteriza-se, assim, a importância que a infra-estrutura viária assume numa economia regional que depende esencialmente da exportação de seus excedentes para estimular o seu crescimento. Este fator acentua-se com relação às colônias implantadas na zona nova de colonização, uma vez que sua instalação ocorreu frequentemente em lugares relativamente distantes dos mercados consumidores, mormente de Porto Alegre.

Podemos afirmar que o estabelecimento, ou não, de uma infra-estrutura viária deve ter influenciado decisivamente as colônias de Jaguari e Ijuí no sentido de estimular sua população a incrementar seus sistemas de produção, uma vez que encontram com relativa facilidade mercados para seus produtos.

Isto se evidencia nos relatórios dos chefes das colônias, pois constantemente são solicitados soluções para os problemas de transporte, colocado como o fator de estrangulamento na estrutura produtiva regional.

Assim, em 1897, o Dr. Severiano de Almeida, chefe da comissão da colônia Jaguari, solicita ao sr. Presidente do Estado a providência de mandar desobstruir o rio Jaguari, "pois que apesar de ser o estado atual do rio em águas mínimas, acha-se presentemente ancorado no porto da colônia o vapor Jaguary de 3 palmos de calado, vindo da cidade de Uruguaiiana com uma cha

ta a reboque sendo esperado outro vapor, denominado Harmonia que também se acha em viagem com outra chata" (SENOP, 1897, p.70).

Os produtores de Jaguari sempre encontraram dificuldades na colocação de seus produtos, pois o núcleo Jaguari se encontra desligado dos grandes mercados consumidores, pelas deficiências de transporte economicamente viável. E a alternativa encontrada foi tentar conquistar os mercados da região fronteira e serrana. Assim, ainda em 1897, "pede o mencionado chefe a decretação de uma verba necessária para a construção de uma estrada de rodagem ligando a de Marmeleiro aos campos da região serrana, a fim de abrir uma via de exportação aos produtos coloniais e estabelecer pela colônia o movimento comercial de grande parte de tal região para a estação Umbu e bem assim a conclusão de estrada de Toroquã a São Francisco que considera de urgente necessidade" (SENOP, 1897, p.70).

O mesmo pedido é reiterado em 1903: "em seu relatório lembra o chefe da comissão a conveniência de ser prolongada a estrada do Marmeleiro, que estabeleceria assim a comunicação da zona colonial de Jaguari com a região serrana por Santiago, São Luiz até São Borja" (SENOP, p.85).

Neste aspecto, a situação locacional da colônia Jaguari foi desprivilegiada, pois localizou-se numa região de densidade demográfica relativamente baixa, e as opções de novos mercados de consumo restringiam-se aos municípios de tradição pecuarista.

O fato de todos os municípios que circundam o núcleo Jaguari dedicarem-se, de maneira preferencial, à pecuária denota claramente a dificuldade de intercâmbio que possa a existir entre as diversas comunidades. As possibilidades de consumo dos produtos produzidos pela colônia restringem-se muito, na medida em que estas regiões não eram tradicionalmente consumidoras destes produtos coloniais.

Por outro lado, mesmo a colocação de eventuais excedentes de origem industrial era obstaculizada, principalmente pela baixa densidade demográfica e pelo baixo poder aquisitivo destas regiões, onde somente os fazendeiros estavam em condições de realmente efetivarem compras mais avultadas e, ainda por outro lado,

na diversidade de ocupação, tornavam altamente improvável que o excedente das incipientes indústrias de Jaguari, montadas em moldes artesanais, e dedicadas à produção de ferramentas aos colonos, encontrassem mercados nas zonas de Campanha.

Caracteriza-se, então, a situação geográfica como profundamente ligada às características do desenvolvimento de uma determinada região, uma vez que a própria dinâmica do desenvolvimento decorre da interação homem X natureza.

Sem dúvida, Ijuí constitui-se numa colônia privilegiada, no sentido de aliar a exuberância de seu solo e a boa localização à construção de infra-estrutura viária logo nos primórdios de sua existência.

Esta preocupação com os meios de transporte, constantemente demonstrada pelo chefe da colônia, Sr. Augusto Pestana, efetivamente concretizou-se num dos mais eficientes sistemas de transporte do Estado.

Já em 1899, em seu relatório, o Sr. Secretário afirmava que "devido à prodigiosa uberdade do solo e aos hábitos de trabalho de seus habitantes é de esperar o crescente progresso da colônia Ijuhy sendo porém necessário atender-se ao desenvolvimento dos meios de comunicação (SENOP, p.55).

Efetivamente, os poderes constituídos se dispuseram a investir na colônia, e, logo, os primeiros frutos se fizeram mostrar, revelando-se a colônia, a partir de então, como um pólo de dinamismo para toda a região.

"O belo desenvolvimento progressivo que nos apresenta Ijuhy é devido não só à excelente situação da colônia como também, e essencialmente, às boas estradas de rodagem ultimamente construídas, o que anima o colono ... acima de tudo, porque ele sabe que será fácil a exportação que produzir. Estou convencido de que ficando concluída a rede geral das estradas da colônia e a tomará um desenvolvimento assombroso" (SENOP, 1963, p.88).

Entretanto, a máxima "necessidade cria necessidade" se aplica bem à dinâmica colônia Ijuí. Não contentes com as boas estradas de rodagem, passam seus habitantes a reivindicar a construção de um ramal de estrada de ferro, que ligaria a co-

lônia a Cruz Alta e, por vias de consequência, a todos os grandes mercados consumidores do Estado. Contudo, o projeto, pela sua grandiosidade para a época, possui características de utopia e poucos acreditavam em sua concretização como afirmava o próprio Secretário em 1904: "há estudos de um ramal férreo partindo de Cruz Alta, passando pelo Ijuy, vila Santo Ângelo, colônia Comandahy e terminando no rio Uruguai, pouco acima da foz do rio Ijuhy Grande, com um percurso de 200 quilômetros pouco mais ou menos o custo será de 6 a 8 mil contos de réis, podemos crer que ninguém, governos ou particulares, se abalará a executar semelhante obra" (SENOP, p.86).

Apesar da descrença de muitos, poucos anos mais tarde inaugura-se o ramal ferroviário, o que vem incrementar de maneira notável o desenvolvimento da região. Este fator determina muitas vezes a diferença entre o progresso mais acelerado de uma região com relação à outra: "... Toda a região atravessada pela estrada de ferro tende a desenvolver-se rapidamente e, se é verdade que essa via de comunicação veio encontrar uma situação de progresso latente, também o é que, sem ela o desenvolvimento não se teria realizado⁷.

Assim, Ijuí, não obstante ter sido sempre das mais progressivas colônias do Estado e das mais bem dirigidas, experimentou grande impulso com a passagem da estrada de ferro.

A importância do sistema viário é tal que o valor da propriedade territorial de Ijuí mais do que dobrou depois da construção de sua estrada de ferro. Vale ressaltar, além disso, que um saco de milho ou feijão paga de frete entre Guaaporé e Porto Alegre a quantia de 3\$000 a 3\$500 enquanto que o frete de Erexim a Porto Alegre custa a terça parte, embora faça um percurso três vezes maior" (SENOP, 1913, p.90)⁸.

Um exemplo que corrobora a importância do fator vias de comunicação é Erexim. Efetivamente, esta colônia é o protótipo do processo onde o desenvolvimento ocorrido deve-se basicamente à viação férrea" que politicamente põe a região e o Rio Grande do

⁷ O Sr. Secretário está se referindo à colônia Erexim.

⁸ Veja também relatórios da SENOP de: 1913, p.74; 1914, p.165; 1915, p.72; 1917; p.426.

Sul em contato não só com a capital da República e os Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, mas ainda com as repúblicas vizinhas do Prata, e que economicamente isto é, como instrumento de progresso industrial, pos já uma grande zona do extremo Norte do Rio Grande do Sul mais próxima dos centros consumo do que muitas antigas regiões coloniais do Estado, geograficamente menos afastadas, graças às tarifas reduzidas para um certo número de produtos agrícolas" (SENOP, 1914, p.165).

Um exemplo típico que caracteriza bem a importância de boas vias de comunicação no processo de desenvolvimento das colônias é a colônia Guarani.

Esta colônia, fundada à mesma época de Jaguari e Ijuí, sempre sofreu sérios percalços, teve muitas dificuldades na estruturação do seu sistema produtivo, e o ponto de estrangulamento consistia precisamente nas condições de transporte que a colônia possuía.

Na relação com outras colônias, Guarani sempre ficou em situação de inferioridade, acontecendo inclusive uma interrupção do envio de imigrantes à colônia devido às precariedades com que se encontravam aqueles colonos que nesta região haviam se instalados.

"Comparada com a colônia Erechim, vê-se bem que a superioridade desta, o seu rápido progresso, é devido essencialmente à viação. Primeiro, a viação geral para exportação da colônia constituída pela linha férrea que a atravessa, depois à sua rede interna de rodagem que, apesar de desenvolver-se em uma região muito mais acidentada do que Guarany, não apresenta as fortes declividades da antiga viação de rodagem desta" (SENOP, 1915, p.113).

Portanto, parece fora de dúvida que o estabelecimento de um bom sistema viário constituiu-se em condição fundamental para propiciar o processo de desenvolvimento colonial. "Dão testemunho disso, entre outras, as colônias Caxias e Ijuhy, hoje prósperos municípios autônomos, bem como toda a região do município de Passo Fundo, atravessada pela via férrea onde o governo do Estado estabeleceu a nova colônia Erechim" (SENOP, 1914, p.117).

Nas colônias de assentamento, passada a primeira fase que é essencialmente de subsistência, o colono começa a produzir para o mercado, começa a aspirar mais, a melhorar suas condições de vida, a acumular capital, e a investir em empreendimento mais arrojados, tanto agrícolas como comerciais e industriais. Contudo, este excedente de capital, numa economia regional, deve vir naturalmente do intercâmbio de mercadorias, o qual, numa sociedade capitalista, está essencialmente ligado ao seu valor de troca. Com relação a isso, vejamos o exemplo do município de Guaporé, onde, como é sabido, o trigo dá em excelentes condições."Porém, pela dificuldade de vias fáceis de transporte, um saco de 60 quilos de qualquer mercadoria paga frete dali até Porto Alegre de 3 a 4\$500. Somados outros ônus a despesa total até esta cidade regula 4 a 5\$000, por saco. Como poderia pois, antes da guerra, ter o trigo de lá acesso a esta capital, quando o trigo argentino, em grão, nesta época ficava aqui por 6\$500 a 7\$500 o saco? Seria preciso que o agricultor se contentasse com o preço inaceitável na roca de 1\$000 o saco. O que acontecia então é que a colônia limitava-se a produzir de trigo o necessário para o consumo próprio consagrando-se de preferência à cultura do milho e ainda transformando-o previamente em banha" (SENOP, 1917, p. 403).

Torna-se evidente o papel preponderante dos aspectos estruturais econômico-geográficos com relação ao desenvolvimento regional.

Contudo, este papel não constitui um elemento único na explicação, porque pode haver situações conjunturais nas quais o aspecto econômico-geográfico seja de bom nível e, mesmo assim, o processo de desenvolvimento não se concretiza, evidenciando a importância de outros fatores no processo de causação do desenvolvimento.

O exemplo mais ilustrativo que temos, na região de colonização, diz respeito à colônia Philippon, que se implantou a 25 km de Santa Maria⁹.

⁹ Os dados sobre esta colônia originam-se do estudo de: BACK, Léon. A Imigração Judaica. In: ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE, p. 269-79.

Esta colônia de característica particular foi organizada pela "Jewish Colonization Association" (JCA), entidade cuja atividade consistia em assentar judeus originários de países onde lhes moviam perseguições e estabelecê-los em países onde pudessem tornar-se cidadãos iguais aos demais habitantes.

A colônia foi organizada em termos excepcionais para a época, 1902. A JCA pagava as despesas de viagem e dava em Philippon, a cada colono, um lote de 25 a 30 hectares de campo e mato, uma casa para moradia, instrumentos de trabalho agrícola, duas juntas de bois, duas vacas, um cavalo e, enquanto aguardassem o produto das colheitas, dava-lhes um suprimento em dinheiro, variável de acordo com o número de pessoas da família.

As despesas com administração, escolas, funcionalismo, serviços públicos, etc. eram feitas pelo JCA sem nada debitar na conta dos colonos.

Mais tarde, a JCA resolveu ampliar o projeto de colonização e em 1909 comprou a fazenda "Quatro Irmãos", perto da zona de colonização de Erechim. Neste projeto de colonização, cada família recebia um lote de 150 hectares de terra de campo com uma casa de moradia, um galpão, 4.000 metros de arame farpa do cercando o lote, 14 vacas, 4 bois, um touro, 2 cavalos, uma carroça, um arado, uma grade e diversas ferramentas para lavoura.

A JCA custeou a construção de todas as estradas de fazenda (calculada hoje em aproximadamente 500 quilômetros) e de escolas e sinagogas nos núcleos Quatro Irmãos, Baronesa Clara, Barão Hirsh, contribuiu com valioso auxílio para a construção e dotação do hospital Quatro Irmãos e manutenção de um médico e pagou todos os professores. Além disso, construiu, em 1916, um ramal de 18 km de estrada de ferro, ligando o núcleo Quatro Irmãos à rede da viação férrea na estação de Erebangó.

Entretanto, apesar de todas estas condições excepcionais, a colônia não teve a projeção que se esperava.

Aspectos sócio-culturais dos colonos sem dúvida influenciaram de forma decisiva no sentido de configurarem expectativas que se coadjuvavam mais com a vida citadina do que com a

rural. Assim, paulatinamente, os colonos foram vendendo suas terras e foram viver nas cidades.

A questão que surge é por que pessoas em relativas situações idênticas no aspecto econômico-geográfico (ou até melhor) respondem diferenciadamente aos estímulos e dificuldades oriundas destas situações?

Naturalmente, na medida que um sistema social não consegue explicar sozinho a variação do fenômeno, evidencia-se que esta variação é resultante também na interferência de outros aspectos.

8.2 - A influência do sistema sócio-cultural no desenvolvimento regional desigual

No sistema sócio-cultural analisaremos indicadores em duas esferas distintas: uma primeira abordagem a nível global referir-se-á aos aspectos sócio-educacionais, e uma segunda abordagem a nível específico referir-se-á aos aspectos étnico-culturais.

8.2.1 - Aspectos sócio-educacionais - O aprimoramento educacional adquirido, tanto formalmente nas escolas quanto informalmente no lar ou no grupo social, revela-se um instrumento importante na consecução de atitudes ou comportamentos desenvolvimentistas.

Um dos requisitos do desenvolvimento é o aprimoramento tecnológico. As coisas podem ser feitas com melhores rendimentos tanto quantitativa quanto qualitativamente, com alterações no sistema de produção.

Essas alterações no sistema produtivo, e que implicariam a estruturação de uma nova organização produtiva, subentendem um avanço no grau de conhecimento das pessoas que vivem o sistema. Há uma relação dialética entre o conhecer os fatos e os fatos propriamente ditos. Isto ocorre de maneira tal que esta interação funciona como mola propulsora do desenvolvimento.

Portanto, o melhor nível educacional apresentado pelos membros de uma comunidade pode servir como elemento diferenciador e, por vezes, explicador do desenvolvimento diferenciado que ocorre entre elas.

No aspecto educacional formal, nota-se que houve uma preocupação muito mais elevada com a educação na colônia Ijuí do que na colônia Jaguari. Esta preocupação pode ser vista tanto no número de escolas particulares que eram mantidas pela comunidade quanto pelo número de escolas públicas, mantidas pelo Estado. Sem dúvida, isto vem atestar o poder político que a colônia já possuía na época, ao ponto de auferir cada vez mais benefícios do governo central.

TABELA XV - NÚMERO DE ESCOLAS E MATRÍCULAS NOS DOIS MUNICÍPIOS 1899/1912.

ANO	MUNICÍPIO	ESCOLA PÚBLICA	ESCOLA PARTICULAR	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA	ESCOLA MUNICIPAL
1899	Jaguari	4	2	205	152	-
	Ijuí	2	5	-	-	-
1901	Jaguari	4	6	411	320	-
	Ijuí	5	7	-	-	-
1903	Jaguari	3	10	469	382	-
	Ijuí	8	7	279	-	-
1904	Jaguari	4	9	467	381	-
	Ijuí	8	11	-	-	-
1910	Jaguari	-	-	-	-	-
	Ijuí	12	12	1250	-	-
1912	Jaguari	-	-	-	-	-
	Ijuí	12	16	1600	-	4

FONTE: Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios e Obras Públicas dos respectivos anos.

Notamos na tabela acima que há um contínuo e progressivo aumento no número de escolas nos dois municípios (colônias), contudo percebe-se que a colônia Ijuí foi paulatinamente estruturando uma rede de escolas ex

cepcional para a época. Neste caso temos a evidenciar o poder de organização da comuna que, ao mesmo tempo que continuava mantendo suas escolas particulares, (que em 1912 eram 16, pressionava a administração pública no sentido de ampliar a rede de ensino no município, fato este demonstrado pela existência em 1912 de 12 escolas públicas e 4 municipais.

Por outro lado, a permanência de escolas particulares revela um caráter essencialmente sociológico da adaptação à comunidade e do estreitamento da coesão grupal. Isto ocorre porque nestas escolas a língua usada ainda era a estrangeira, e os professores constituíam-se em pessoas de confiança da comunidade, através dos quais, com certeza, sabia-se que os valores próprios seriam mantidos.

Entretanto, o aspecto econômico por vezes preponderava, pois, ao instalar-se uma escola pública ao lado de uma particular, esta normalmente fechava.

Do quadro acima, pode-se ainda notar que a supremacia de Ijuí evidencia-se quando em 1904, Jaguari com um população de 13.500 almas possuía 13 escolas, enquanto que Ijuí com 9.000 pessoas possuía 19, numa demonstração do melhor aparelhamento da colônia Ijuí com relação a educação formal.

TABELA XVI - NÚMERO E TIPOS DE ESCOLAS, MATRÍCULAS E FREQUÊNCIA - IJUÍ E JAGUARI - 1922.

TIPOS DE ESCOLA	I J U Í			J A G U A R I		
	escola	matrícula	freq.	escola	matríc.	freq.
colégio elementar	1	-	-	-	-	-
grupos escolares	2	93	85	4	260	182
escolas isoladas	2	93	85	4	260	182
esc. subv. estado	19	1051	974	8	369	276
escolas municipais	33	2384	2284	10	339	276
esc. subv. união	1	50	44	-	-	-
esc. particular	-	-	-	1	31	28
TOTAL	56	3836	3585	23	999	762

FONTE: RELATÓRIO apresentado ao Dr. Borges de Medeiros pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, 1922, II volume, Oficinas Gráficas d'A Federação, Porto Alegre, p.88 e 92.

O aspecto primordial da tabela acima, que atesta o maior interesse pela educação formal de Ijuí com relação a Jaguari, além da expressiva supremacia em números de escolas e alunos em todos os níveis, é o índice de frequência apresentado pelos alunos. Nota-se que, em Ijuí, 93,4% dos alunos que se matricularam frequentaram a escola, índice este que baixa para 76,2% em Jaguari. Evidencia-se assim que a evasão escolar era muito maior em Jaguari (23,8%) em comparação com Ijuí (6,7%).

Em 1921 (Anexo III) nota-se que em Ijuí solidifica-se uma rede de ensino relativamente abrangente principalmente quando a comparamos com Jaguari. O número de alunos matriculados, mil habitantes, era de 129,94 em Ijuí, ao passo que em Jaguari este número restringia-se a 66,87, o que vem evidenciar a maior preocupação que a primeira apresentava com relação à educação formal.

Outro aspecto relevante com relação à educação formal diz respeito à quantidade de capital dispendido pelas prefeituras nos seus orçamentos destinados à instrução. Nota-se que Ijuí destinava 13,22% de seu orçamento, enquanto Jaguari se restringia a apenas 8,14%. Além disso, os subsídios do governo do Estado eram muito maiores em Ijuí do que em Jaguari¹⁰.

Um outro elemento que pode servir para dimensionar o grau de desenvolvimento educacional de uma comunidade refere-se às relações de comunicação que se estabelecem entre os diversos membros ou entidades.

Assim, quanto maior o desenvolvimento, maior é o número de organizações que se encarregam formalmente de integrar a comunidade, ressaltando, neste particular, a imprensa jornalística.

Tanto Jaguari, quanto Ijuí logo fundaram jornais para veicular as notícias da colônia. Em Jaguari, por exemplo, "vários foram os jornais de pequeno formato que circularam no município. Entre eles existiram "Eco de Jaguari", "A Liberdade", "Voz de Jaguari", "Aliança Liberal", "Estado Novo". Como

¹⁰ Neste aspecto, observa-se que no ano seguinte a diferença foi ampliada (Ijuí aplica 14,7% em educação, 47.302\$, enquanto que Jaguari aplica 7,3%, 6.177\$) (Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1926.)

dirigentes desses pequenos órgãos de imprensa local figuraram os Srs. João Polydoro Machado, Alberto Darville, Tito Ramos, Prestado Accioly, Antônio Barcellos e outros" (BRANDÃO, 1940, p.199).

Contudo, estes jornais em sua maioria tiveram uma existência exígua. Observa-se que à medida que a comunidade diminuía seu ritmo de crescimento, também diminuía a circulação destes veículos da imprensa. Em Ijuí, entretanto, o comportamento é diferente, tendo o Anuário Estatístico do Estado, de 1921, apresentado os seguintes dados com relação aos jornais do município:

TABELA XVII - RELAÇÃO DOS JORNAIS DE IJUÍ - 1921

Jornal	Programa	Periodicidade	Páginas		Tiragem mensal	Fundação
			nº	dimens.		
O Correio Serrano	político	semanal	4	75X55	2.400	1919
O Ijuíhyense	noticioso	semanal	4	66X48	-	1917
Die Serra post	noticioso	semanal	4X8	33X22	3.500	1913

FONTE: Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul - 1921, p.202.

8.2.2 - Aspectos étnico-culturais - Os estudos comparativos de etnias não são muito abundantes na sociologia brasileira, apesar de que aqueles que foram realizados demonstrarem a importância e pertinência deste tipo de estudo.

Assim, as comparações sociológicas efetuadas em quatro grupos étnicos¹¹ no Estado de São Paulo "indicaram diferenças altamente significativas entre grupos étnicos quanto às características individuais e familiares. Além disso, agri

¹¹ Os grupos étnicos analisados foram: brasileiro, italiano, japonês, e sírio-libanês.

cultores nos quatro grupos étnicos apresentaram diferenças significativas nas suas atitudes quanto às relações econômicas com parentes, frente ao trabalho e conhecimento sobre fertilizantes" (KAYAYAN & FRANCIS, 1977, p.27).

Da mesma forma, em análise do "Status sócio-econômico e de padrões de comportamento entre quatro grupos étnicos" no Rio Grande do Sul foram encontradas variações significativas entre os diversos grupos étnicos estudados (BRUMER et alii, 1973).

Estes estudos recomendam a necessidade de levar-se em conta os diferenciais étnicos nos estudos sociológicos, principalmente em estudos comparativos, pois torna-se evidente que o "background" cultural de cada etnia é relativamente diferenciado.

Considerando que a nossa população de estudo em sua maioria é composto de imigrantes, é lícito supor que cada imigrante use primordialmente como elemento de adaptação ao novo meio a bagagem sócio-cultural de sua sociedade original.

No aspecto étnico, tanto Jaguari quanto Ijuí caracterizam-se por serem colônias nas quais a composição étnica é relativamente heterogêna. Contudo, podemos notar que o elemento alemão possui uma certa predominância em Ijuí, ao passo que o elemento italiano prepondera em Jaguari.

É de salientar-se que não ocorreram grandes dificuldades no processo de assimilação dessas duas etnias. Contudo não é menos verdade que o aspecto social que cada etnia carrega consigo, fruto de centenas de anos de convivência e amadurecimento cultural, termina por destacar, em cada uma delas, características que lhe são peculiares. Isto poderia ser explicado pela teoria dos grupos subordinados, no entanto é de estranhar-se que outros grupos nas mesmas situações conjunturais não apresentam as mesmas reações diante dos estímulos e desafios que a sociedade lhes apresenta.

Os poloneses, por exemplo, constituíram grupos minoritários em várias regiões, e em nenhuma delas conseguiram efetivamente destacar-se no aspecto econômico¹². Estes fatores poderiam indicar que o aspecto sócio-cultural é de crucial importância nestas ocasiões, pois sabe-se que o grau de instrução dos imigrantes poloneses sempre foi dos mais baixos, ao passo que os alemães colocam-se justamente em pólo oposto¹³.

Guarani das Missões, onde há uma predominância de poloneses, é um município que se desenvolveu com grandes dificuldades, a maioria destas sendo fruto do despreparo das pessoas que ali residiam, que não conseguiam se organizar no sentido de pressionarem as autoridades a melhorar a situação infra-estrutural da colônia, que era péssima¹⁴.

Da mesma forma, nota-se que em Ijuí as relações entre as diversas etnias não eram muito cordiais, principalmente entre alemães e poloneses, que formavam a maioria da população no período inicial da colonização.

Segundo CUBER (1975), um dos motivos do relacionamento hostilizado que havia entre as duas etnias era que os poloneses consideravam os alemães inimigos (a Prússia dominava grande parte da Polônia) e "hereges" (protestantes), e, na colônia, como exploradores, porque as casas de comércio estavam, em grande parte, em mãos alemãs¹⁵.

A própria preocupação pelo ensino demonstra que há uma diferença no enfoque que é dado com relação à sua importância na vida do grupo social a que estão inseridos. Tradicionalmen

¹² "É fato incontestado que, no campo industrial, comercial, econômico e político, a corrente imigratória polonesa está aquém do desenvolvimento que estão tendo os grandes grupos imigratórios de outras etnias. A causa principal dessa falha deve ser atribuída à falta de devido amparo dos poderes públicos quer europeus, quer brasileiros" (STAWINSKI, 1976).

¹³ Pelos diversos relatórios da SENOP observa-se que os imigrantes poloneses que vinham ao Brasil, na sua maioria, apresentam grandes deficiências com relação à alfabetização: mais de 70% não sabiam ler. Veja também GARDOLINSKI, Edmundo. Imigração Colonização Polonesa. In: ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE. Canoas, Regional, 1958, v. 5, p.183. Entretanto resalta-se que em pesquisas mais recentes (BRUMER, 1973), comparando-se grupos étnicos, observa-se que os poloneses apresentaram melhor índice de alfabetização do que outras etnias.

¹⁴ Veja sobre este aspecto o item 9.1 deste trabalho: Influência do sistema econômico no processo de desenvolvimento desigual regional.

¹⁵ Veja (LAZZAROTO, 1981).

te os alemães são mais interessados pelo estudo de seus filhos do que os italianos, que viam com certo desinteresse a necessidade de que seus filhos adquirissem uma educação formal.

Observa-se que, de maneira geral, o percentual de pessoas com instrução é sempre maior do que as sem instrução nas comunidades alemãs, o mesmo não ocorrendo com as demais etnias.

A própria personalidade das pessoas molda-se de forma diferente, fruto que é das próprias injunções sociais que o grupo lhes impõe.

A organização e o ascetismo são características sociais que predominaram nos elementos de origem alemã, principalmente nos de confissão protestante.

Entretanto, deve-se ressaltar que, embora o processo de assimilação ocorresse sem muitos transtornos, esta foi feita de modo mais ou menos segregado. O relacionamento entre as diversas etnias nem sempre foi amistoso nas diversas colônias do extremo Sul do país. Esta segregação ocorria tanto pela natural atração que as pessoas de mesma cultura sentiam de aglutinar-se em torno de valores e normas comuns, quando da pressão exercida por grupos majoritários sobre as minorias étnico-culturais.

Este procedimento de busca e de manutenção de suas identidades sócio-culturais evidencia-se pela tendência de cada cultura criar centros de reuniões específicos, nos quais poderiam realimentar elementos sócio-culturais próprios.

A preferência que indivíduos de determinada origem étnica têm por certas ocupações é observada, por exemplo, em Jaguari, onde se nota que, embora no começo do século o domínio do elemento italiano fosse flagrante, no controle das casas de comércio e das instalações industriais e, enfim, na liderança do aspecto econômico predominava o elemento alemão¹⁶.

¹⁶ Esta dominação tem caráter de predominância no aspecto econômico-industrial e não no sentido numérico de indivíduos de determinada ascendência, como parece sugerir José Arthur Rios: "De 1900 em diante, a colônia parece atravessar um processo de mudança ecológica com a invasão crescente de elementos alemães que, pouco a pouco, suplantam o elemento italiano!" (RIOS, 1958, p. 521).

TABELA XVIII - DISCRIMINAÇÃO DA POPULAÇÃO DE JAGUARI POR ETNIA, IDADE, RELIGIÃO, INSTRUÇÃO E FUNÇÃO - 1902

Etnia	Idade		Religião		Instrução		Função	
	Menos de 12 anos	Mais de 12 anos	Acato Lico	Acato Lico	Tem	Não Tem	Operário Artista	Comerc. Indust.
Italianos	1272	4071	5343	-	2346	2991	40	134
Brasileiros	1563	2210	3748	25	857	2916	15	55
Alemães	473	1410	520	1363	977	906	33	68
Poloneses	496	480	976	-	307	669	10	20
Austríacos	303	346	649	-	209	440	9	22
Total	4107	8517	11236	1388	4696	7928	107	299

FONTE: Correspondência Ativa, comissão de terras de Jaguari, Livro 60, Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, p.89.

Nota: Efetuou-se um teste sobre diferenças de proporções entre a proporção de comerciantes e industriais italianos com relação aos alemães. Encontrou-se diferença significante a nível de 0,05.

$$H_c = 2,55$$

$$2,55 > 1,96$$

$$H_t = 1,96$$

Pela tabela abaixo observa-se que na população do núcleo Jaguari em 1902 havia uma relativa predominância de elementos de cultura germônica com relação as demais culturas que exerciam funções comerciais ou industriais.

Constatou-se que 2,5% dos habitantes de origem italiana eram comerciantes ou industriais enquanto os alemães detinham um percentual de 3,6%.

Observa-se que existe relação entre o aprimoramento intelectual e o nível de aspiração destes segmentos da sociedade, possibilitando sua atração como dinamizadores do processo de desenvolvimento econômico, na medida em que vinham a controlar a maioria dos estabelecimentos comerciais e industriais do município.

Assim, em Jaguari, observa-se que, na fase de expansão sócio-econômica, as casas comerciais e industriais de maior vulto eram propriedades de elementos germânicos¹⁷. Na fase de estabilização ou até mesmo retração econômica, muitos desses se retiraram, e os italianos - estribados em elementos ideológicos diferenciados - assumiram a predominância. Esta diferenciação entre alemães e italianos diz respeito ao fato de que os primeiros aliavam às suas atividades comerciais, na medida do possível, atividades industriais, enquanto que os italianos transferiam os lucros de seus estabelecimentos comerciais para a atividade pecuária.

Assim, na medida em que constatamos que as diversas etnias respondem de modo diverso às dificuldades que o meio lhes apresenta e que a cultura alemã no período de colonização estava mais apta a responder estes desafios, é lícito supor que onde preponderou esta cultura, salvo problemas oriundos dos sistemas sociais, econômicos e políticos, o processo de desenvolvimento foi mais dinâmico.

No caso específico de Ijuí, há ainda um fator relevante no aspecto sócio-cultural, que privilegia os alemães: a grande maioria dos imigrantes desta etnia provinha das "colônias velhas". Já estavam, portanto, adaptados às características peculiares do processo de colonização sul-rio-grandense e podiam responder mais rapidamente, e com vantagens, às necessidades pessoais e coletivas da nova comunidade.

A partir dessas considerações, pode-se inferir que o fator cultural pode exercer uma influência muito grande no processo de desenvolvimento regional. Entretanto, a diferenciação não pode ser explicada unicamente pela atuação deste fator, pois este melhor aparelhamento frequentemente precisa respaldar

¹⁷ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Correspondência ativa da colônia Jaguary, livro nº 60, ano 1902.

dar-se em boas condições no sistema econômico e boa funcionalidade e legitimidade no sistema político.

8.3 - A influência do sistema político-ideológico no desenvolvimento regional desigual

No processo de desenvolvimento regional, um fator importante diz respeito aos mecanismos de tomada de decisões.

A sociedade capitalista é intrinsecamente uma luta constante de interesses. Este confronto contínuo entre conflito e consenso propicia a marcha da sociedade para o progresso.

Assim, na análise do processo de desenvolvimento regional, é imprescindível detectar quais os elementos ideológicos que se manifestam na superestrutura destas comunidades, condicionando, por conseguinte, quais os rumos que estas devem trilhar.

O aspecto ideológico possui um caráter ambíguo dentro da estruturação social de uma comunidade. Ao mesmo tempo que ele deriva de uma situação conjuntural ou mesmo estrutural de ordem econômica, ele nunca deixa de possuir uma esfera de ação que lhe é específica. Há uma autonomia relativa, ou melhor, uma autonomia relativamente condicionada.

Num estudo criterioso dos mecanismos de decisão do poder, nota-se que os blocos de poder guiam-se por caminhos alternativos que muitas vezes não são não coadjuvam com os ditames das estruturas econômicas, como lhes são antagônicos.

Nesse sentido, salientamos, por exemplo, as condições de localização ecológica, nível de escolaridade, etc., que são importantes na determinação de um processo de desenvolvimento, mas que podem, eventualmente, serem determinadas por mecanismos ideológicos.

É evidente que aspectos econômicos frequentemente podem condicionar a cosmovisão das pessoas. Contudo, ressal

tamos que existe um grau de autonomia relativa entre os fatores condicionantes do comportamento humano, e, por isso, aspectos ideológicos por vezes sobrepõem-se aos demais fatores.

Ao confrontarmos as duas comunidades em estudo, notamos comportamentos completamente distintos, com relação ao modo pelo qual se desencadeou o processo de assunção, dos desígnios da colônia pelos membros da comunidade. Verificou-se, assim, que havia uma distinção muito grande entre o modo de atuar dos blocos de poder que preponderaram em Jaguari, nos primeiros decênios do século, em relação aos que preponderaram em Ijuí.

Em Jaguari, a situação começou a alterar-se no momento em que 1907 foram encerrados os trabalhos de demarcação de lotes, e o diretor da colônia transferiu-se para a colônia Ere-xim.

Nesta época, Jaguari já havia atingido um estágio relativamente avançado, tanto no aspecto agro-pecuário quanto no aspecto industrial.

O natural seria que o município fosse emancipado, uma vez que já reunia condições para tal, como já havia recomendado em 1902 o então diretor da colônia.

Realmente, a colônia havia atingido um grau de maturidade tal que teria se beneficiado do fato de dirigir os seus próprios negócios e não ficar, como ficou, subordinada a São Vicente. Até a data da incorporação a São Vicente, embora recolhesse impostos e taxas em São Vicente, a colônia, possuía uma relativa autonomia administrativa, uma vez que neste aspecto vinculava-se diretamente ao governo do Estado.

No relatório de 1904, o Sr. Secretário ponderou ao Sr. Presidente do Estado a necessidade de instalar repartições arrecadadoras, estaduais e municipais. Sugeriu, inclusive, a conveniência de transferir a sede do município para Jaguari, pois considerava injusto que uma população relativamente grande tivesse os seus interesses sacrificados em benefício de uma localidade com muito menos vida, em consequência do gênero de atividade a que se consagrava a população circunvizinha. Estribava sua argumentação basicamente no fato de Jaguari ser a aglomera-

ção populacional mais significativa da redondeza, maior mesmo do que a vila de São Vicente: Jaguari possuía mais de 2.000 pessoas na sede, enquanto São Vicente não tinha mais do que 700 pessoas (SENOP, 1904, p.83-4).

A incorporação de Jaguari ao município de São Vicente ocasionou conseqüências negativas à continuidade do seu processo de desenvolvimento, pois o gênero de atividades que São Vicente exercia não era o mesmo de Jaguari. Como afirma RIOS, "Esta transformação não poderia deixar de provocar lutas e desajustamentos. São Vicente era um município dedicado exclusivamente à pecuária. Jaguari, sob a orientação do seu administrador, esforçara-se por manter um equilíbrio constante entre agricultura e o pastoreio. Subordinada administrativamente ao município, a ex-colônia viu-se logo envolvida na política municipal rio-grandense, dominada pelos estancieiros, representantes, portanto, de interesses antagônicos do estilo de vida no núcleo jaguariense" (RIOS, 1958, p.522).

Mesmo no período em que havia uma certa independência administrativa, isto é, enquanto a colônia estava vinculada diretamente ao governo do Estado, os interesses políticos antagônicos entre São Vicente e a colônia de Jaguari já se manifestavam. Este fato foi revelado pelo diretor da colônia, em 1905, quando elementos dissidentes do Partido Republicano, vinculados a "coronéis" de São Vicente, andavam amedrontando os colonos para que não votassem na corrente adversária¹⁸.

Os interesses opostos entre São Vicente e Jaguari também afetaram o processo de industrialização desta última.

Quando ocorreu a emancipação da ex-colônia, em 1920, esta já havia decaído muito em relação àquilo que já havia conquistado até 1907.

¹⁸ "Chegando ao meu conhecimento que diversos grupos de facção divergente que pleiteia a eleição para intendente deste município cujo candidato do Partido Republicano é o coronel Augusto Domingues Leitão, percorriam as linhas das colônias intimidando ao eleitorado com ameaças, dizendo que no dia 28 corrente haverá escaramuças e brigas, com o intuito de evitar pelo medo os eleitores de comparecerem às urnas, rogo-vos fornecer-me uma circular na qualidade de autoridade de confiança do benemérito governo do emérito dr. Borges de Medeiros" (Arquivo histórico do Rio Grande do Sul, Jaguari, Correspondência ativa, livro 61, 1904-9, p.26).

Destarte, talvez como fruto da própria inexperiência política, os anos que se seguiram foram profundamente desestimulantes ao progresso da comunidade como um todo.

Freqüentemente, a ideologia da etnia foi usada no sentido de preservar o mesmo grupo no poder. Os candidatos eram colocados pró ou contra os interesses dos italianos. Assim, por exemplo, em 1924, na eleição para intendente, apresentaram-se como candidatos o Dr. Severiano de Almeida e o Sr. Sílvio Marchiori, aquele ex-administrador da colônia, este italiano radicado no município. A luta eleitoral foi intensa, sendo o Sr. Marchiori cognominado de "o candidato estrangeiro" e o Sr. Almeida "candidatura do intruso". O Sr. Severiano foi apontado como inimigo dos italianos, sendo voz corrente entre eles que, uma vez eleito, tomaria represálias contra os italianos.

"A eleição realizou-se nos moldes da época, de tal maneira que, apurados os resultados, ambos os contendores apareceram vitoriosos, instalando-se dois governos municipais, cada um funcionando em prédio diferente, e cada qual resolvendo assuntos administrativos do município. Finalmente o Supremo Tribunal de Justiça da Capital resolveu a pendência e deu ganho de causa ao candidato italiano.

Daí por diante, a história do município é um relato de lutas facciosas que vêm prejudicar ou mesmo retardar o desenvolvimento industrial de Jaguari. Os políticos locais nunca deixaram de manobrar o eleitorado italiano apontando o candidato que lhes era de safeto como inimigo dos velhos colonizadores do município" (RIOS, 1958, p.523).

Em contrapartida, a colônia Ijuí não sofreu maiores percalços políticos e ideológicos no seu processo de desenvolvimento. Aproveitando os recursos naturais abundantes e sob uma administração exemplar, sem facções locais, a colônia paulatinamente foi-se estruturando, a ponto de situar-se entre as mais desenvolvidas do Estado.

A administração do Eng. Augusto Pestana é reconhecida como das melhores do Estado (SENOP, 1913, p.90-1), e sem dúvida contribuiu para a construção de um alicerce firme sobre o qual se erigiu uma sociedade relativamente sólida, tanto política como economicamente.

Assim, ao encerrar-se a demarcação de lotes, em 1912, a colônia foi emancipada e transformada em município, possibilitando, dessa forma, aos próprios habitantes da região regerem seus negócios e interesses.

A colônia, que já era próspera, acelerou seu processo de crescimento com a autonomia conseguida. A força política do município aglutinou-se em torno de compromissos da própria comunidade. E este próprio vigor econômico-político permitiu que fossem carreados para o município muitos recursos oriundos do governo do Estado. Efetivamente, a participação política em Ijuí estruturou-se de uma forma madura, fruto talvez das experiências organizativas que abundavam na ex-colônia.

A superioridade de Ijuí em relação a Jaguari também se dá no que se refere ao número de eleitores. Assim, em 1922, Jaguari contava com 740 eleitores, enquanto que Ijuí possuía 2404. Estas cifras significam que, em cada 120 habitantes, um era eleitor em Ijuí, enquanto que, em Jaguari, esta relação apresentava-se em 200 por um. Ambos os municípios são regiões de imigração, onde grande parte dos habitantes não se naturalizaram e, portanto, não se configuram como eleitores (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RS - 1921, p.206).

Os aspectos político-ideológicos refletem-se também nos outros sistemas sociais. Assim, no aspecto econômico, observa-se por exemplo que em 1943 as relações técnicas de produção são acentuadamente mais capitalistas em Jaguari do que em Ijuí. Os produtos mais importantes já são à época submetidos a relativos processos de racionalidade capitalista, principalmente o fumo e o arroz.

Parece haver um caráter relativamente contraditório na assertiva de evidenciar o aprimoramento tecnológico como elemento acelerador do processo de desenvolvimento. O que é importante caracterizar são os elementos controladores das relações sociais. No caso específico, observa-se que o arroz era produzido em função de 2 a 3 engenhos que possuíam a monopólio da manufatura e da comercialização, controlando portanto, o sistema. O mesmo vale para o fumo onde o colono utilizava-se de

tecnologia moderna na produção mas seus lucros vinculavam-se aos ditames da Companhia de Fumos à qual estava vinculado, pois esta detinha os preços desde o adubo e a semente até o produto final.

Quando Ijuí reestrutura seu sistema produtivo passando da policultura para a monocultura trigo-soja, intensificando suas características capitalista, continuou a cultivar organizações que, de certa forma, restringiram a possibilidade de exploração dos colonos, por setores vinculados a manufaturas ou exportação de produtos.

E o principal elemento neste aspecto foram as cooperativas, que, disciplinando a circulação de mercadorias, nada mais fizeram do que garantir ao colono maiores possibilidades de realizar o processo de acumulação de capital necessário ao desenvolvimento.

Vimos, ao início deste trabalho, que o processo de desenvolvimento implica acumulação de capital e aprimoramento tecnológico-sociais específicas. Pois, se o controle permanecer fora da comunidade, há a possibilidade deste aprimoramento tecnológico constituir-se apenas em um elemento acelerador do processo de transferência de recursos das regiões mais pobres para as mais ricas, agravando as diferenças.

Portanto, a concretização de organizações comunitárias "nativas" constituiu um baluarte na defesa dos interesses da comunidade. Isto revela-se de importância fundamental quando se verifica que o poder de barganha dos colonos era muito pequeno no momento da comercialização de seus produtos.

Neste sentido, as organizações comunitárias revelam-se de grande eficiência, principalmente as cooperativas, pois, "num sistema de comercialização extremamente oneroso que beneficia basicamente os capitais urbanos, as cooperativas têm a finalidade doutrinária e prática de evitar a fuga dos capitais do meio rural" (UFRGS, op. cit., v. 4, p.97).

Também neste aspecto, Ijuí desde cedo suplantou Jaguarí, evidenciando um caráter associativista muito mais acentuado.

TABELA XIX - NÚMERO DE COOPERATIVAS, SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DE CLASSE COM RESPECTIVOS NÚMEROS DE SÓCIOS, EM JAGUARI E IJUÍ - 1942.

MUNICÍPIOS	COOPERATIVAS		SINDICATOS		ASSOC. DE CLASSE	
	nº de organizações	nº de sócios	nº de organizações	nº de sócios	nº de organizações	nº de sócios
IJUÍ	3	2.437	5	232	2	1.086
JAGUARI	1	91	-	-	2	419

FONTE: DEE. Instituto de Geografia e Estatística. Sinopse Estatística Municipal. Porto Alegre, Of. Graf. da Imprensa Oficial, 1945.

Ainda no aspecto econômico-político, nota-se a superioridade administrativa do município de Ijuí com relação a Jaguari, pois Ijuí, além de arrecadar mais do que Jaguari apresenta superavit, enquanto que Jaguari apresenta um equilíbrio entre receita e despesa.

Por outro lado, como se verifica na tabela abaixo, nota-se também uma superioridade técnica em Ijuí, em termos de produtividade, evidente na contribuição "per capita" para o erário municipal: em Ijuí era de 10 réis, enquanto que em Jaguari era de 2 réis ao ano.

TABELA XX - VALOR DA RECEITA E DESPESA, POPULAÇÃO E RECEITA PER CAPITA IJUÍ E JAGUARI - 1921.

MUNICÍPIO	RECEITA	DESPESA	POPULAÇÃO	RECEITA/POPULAÇÃO
IJUÍ	295:411\$	187:304\$	29.520	10
JAGUARI	36:211\$	35:248\$	14.940	2,4

FONTE: RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Dr. Borges de Medeiros pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado do Interior e Exterior. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1922, v. 2, p.600.

De maneira geral, observa-se uma diferenciação entre os blocos de poder dominantes em Ijuí e Jaguarí. O agir e o pensar político-ideológico destes grupos oriundos de seus interesses de classe mostram-se relativamente diferenciados.

Numa análise qualitativa dos componentes destes blocos de poder, constata-se, por exemplo, que os elementos que detinham o poder pertenciam, em Jaguarí, geralmente à classe pecuarista, enquanto que em Ijuí havia uma predominância de elementos vinculados ao setores comerciais e industriais¹⁹.

Numa sociedade em que os recursos econômicos, oriundos de taxas, tributos, etc., encontram-se relativamente concentrados no poder central, as possibilidades de acesso das diversas regiões a esses recursos dependem fundamentalmente das pressões que estas podem exercer, sobretudo, no plano político.

¹⁹ Veja, por exemplo, Album Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas, RS. Porto Alegre, Selbach, 1934; e Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense - 1923. Porto Alegre, D'A Ferração, 1924.

CAPÍTULO IX

CONCLUSÕES

O desempenho de variáveis vinculadas ao sistema econômico, tais como, qualidade do solo, distância a mercados, infra-estrutura de transportes, mostrou a importância que estes elementos exercem numa economia regional.

Assim, Ijuí, desde logo, demonstrou uma maior racionalidade econômica, dando primazia à cultura de exportação, além de aproveitar a vantagem comparativa de possuir melhores solos e construir mais rapidamente a infra-estrutura de transportes.

Jaguari, relativamente isolada em termos de mercados pelas suas condições geográficas, com terras acidentadas, com dificuldades de acesso a mercados consumidores, não pode expandir o seu setor agro-industrial.

Do ponto de vista analítico, podemos dizer que as variáveis mais representativas do sistema econômico, e que podem ser englobadas na teoria dos pólos de crescimento, possuem um caráter excessivamente funcional ou puramente geográfico, o que de certa forma restringe muito a abrangência analítica da teoria.

A argumentação fundamental relaciona-se à hipótese implícita de que os efeitos da difusão se fariam sentir nas áreas de atuação. Entretanto, os aspectos econômicos relacionados com o desenvolvimento regional acarretam duas situa-

ções contrastantes, isto é, se, por um lado certas regiões são beneficiadas com recursos, e se tornam regiões-pólo, por outro lado, as regiões circunvizinhas submetidas a regiões-pólo tornam-se cada vez mais dependentes.

O processo de polarização apresenta-se, dessa maneira, excludente e marginalizante, na medida em que não incorpora a totalidade da população aos benefícios do progresso.

Este processo, por certo, é uma decorrência da forma particular com que historicamente se estruturam as relações sociais. Qualquer alteração neste processo passa sem dúvida pela reestruturação da organização sistêmica existente na sociedade.

O sistema sócio-cultural revelou-se como elemento diferenciador do processo de desenvolvimento, uma vez que possui influência preponderante no "como" equacionar as dificuldades individuais ou coletivas.

Ijuí, no aspecto cultural, beneficiou-se com melhores níveis educacionais da população, e do ingresso de colonos das "colônias antigas", que estavam culturalmente melhor aparelhados para enfrentar as dificuldades encontradas e melhor conseguiram construir uma estrutura social propícia à transformação técnica do sistema produtivo.

Por outro lado, percebe-se que os fatores culturais podem representar uma faca de dois gumes, uma vez que tanto podem ser veículos de transformações desenvolvimentistas como podem frear o processo de desenvolvimento. Assim, por exemplo, um excesso de motivação pode ser fonte de frustração, na medida em que as condições econômico-estruturais não possibilitam a concretização das aspirações. Ao mesmo tempo, uma falta de motivação constitui-se em fonte inibidora do processo de desenvolvimento por atuar negativamente no processo criativo.

Desta maneira, muitas pessoas migram, colaborando para a intensificação do processo de desenvolvimento de outras regiões.

Assim, a motivação - isto é, o nível aspiracional - pode ser fator de discrepância entre os processos de desenvolvimento regional, na medida que as regiões com maiores potencialidades se configuram como um pólo de atração de capital humano mais qualificado. Desta forma, a motivação pode constituir fator de retroalimentação do processo de desigualdades sociais, pois tanto reforça os centros mais desenvolvidos como desfalca a periferia.

Não resta dúvida que a possibilidade de "internalizar" um processo de desenvolvimento mais dinâmico depende muito da estrutura social e de líderes sociais capazes de perceberem as novas oportunidades históricas decorrentes do processo evolutivo das forças produtivas da sociedade.

Como se vê, o aspecto político-ideológico pode assumir um papel determinante, pois pode servir de elemento propulsor do desenvolvimento, tanto no plano econômico-geográfico quanto no plano de formação de capital humano, na medida que pode transferir capital e tecnologia para regiões que mais necessitam desses recursos.

Pode-se dizer que, embora os aspectos econômicos e culturais fossem importantes, o sistema político-ideológico evidenciou-se como um dos aspectos preponderantemente caracterizadores das diferenças entre os municípios estudados, na medida que é a expressão formal das aspirações e necessidades econômico-culturais das mesmas. Verificou-se que os líderes de Jaguari possuíam padrões de liderança tipicamente tradicionais, voltados para interesses agro-pecuários, em antagonismo com a maioria da população, que tinha interesses agrícolas vinculados à pequena propriedade. Esta defasagem acarretou sérios problemas. Numa sociedade em que os recursos econômico-financeiros estão centralizados, é importante que as elites regionais estabeleçam ligações objetivas com estes centros de decisão.

Deve-se ter presente que um esquema de planificação regional de caráter nacional e integrado tem viabilidade somente enquanto são dadas certas condições políticas e econômicas a nível nacional, e idêntica afirmação é válida com respeito a uma estratégia mais restrita de desenvolvimento regionalizado.

Neste aspecto, é de fundamental importância a relação que é estabelecida entre o poder central e o poder regional. A adequação das diretrizes destas duas áreas de tomada de decisão é imprescindível para um desenvolvimento harmonioso de todas as regiões envolvidas no processo. Ao mesmo tempo, o fato de uma região poder mais rapidamente responder aos interesses econômico-políticos do centro pode ser um fator decisivo no seu processo de desenvolvimento.

De modo geral, estes fatores dizem respeito às possibilidades de exportação de produtos. Neste aspecto, desde logo Ijuí se destacou. No começo do século, os produtos tradicionais de exportação da região colonial eram a banha e o milho, produtos dos quais este município era um exportador de relevância.

Nesta perspectiva, boas condições infra-estruturais podem, eventualmente, não representar o elemento "propulsivo" no desenvolvimento de uma região, se não vierem acompanhadas de características e atuação culturais e políticas favoráveis.

No caso específico de Ijuí e Jaguari, nota-se que o melhor desenvolvimento de Ijuí com relação a Jaguari decorre simultaneamente do melhor desempenho do sistema econômico, sócio-cultural e político-ideológico.

É difícil, no entanto, determinar qual desses sistemas é o mais importante com respeito ao desenvolvimento regional. Aparentemente, embora nosso estudo se limite a apenas dois "casos", há evidências de que, numa sociedade como a brasileira, o desenvolvimento regional depende, além de uma boa combi-

nação dos três sistemas, de um predomínio do sistema político. Isto se dá porque a sociedade brasileira caracteriza-se pela centralização tanto de recursos econômico-financeiros e humano quanto dos organismos emanadores de diretrizes político-econômicas.

Recomenda-se, assim, a canalização de maiores esforços no sentido de detectar efetivamente qual é o papel do sistema político-ideológico no processo de desenvolvimento regional desigual.

A N E X O S

QUADRO - demonstrativo dos productos deste município exportados de 1º. de Novembro de 1927 a 31 de Outubro de 1928, pela Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

PRODUCTOS	Unidade	Quantidade	VALOR
Arroz.....	Saccos	16.046	752:720\$000
Alfafa.....	Arrobas	28.067	100:457\$000
Aveia.....	Saccos	104	1:305\$000
Amendoim.....	"	2.515	22:200\$000
Café.....	Kilos	1.094	4:905\$000
Couros.....	"	17.284	74:344\$000
Diversos productos	—	—	41:188\$000
Feijão.....	Saccos	6.068	182:690\$000
Farinha de milho....	"	51	1:020\$000
Fumo em corda.....	Kilos	70.217	212:691\$000
Cêra.....	"	3.762	15:870\$000
Cachaça.....	Barris	20	2:830\$000
Gado exportado.....	Cabeça	454	102:350\$000
Milho.....	Saccos	1.301	18:210\$000
Madeiras diversas..	—	—	78:594\$000
Trigo.....	Saccos	1.662	36:930\$000
Prodts. industriaes	—	—	36:729\$000
Banha.....	Latas	31	1:210\$000
Vinho Nacional.....	Barris	165	15:650\$000
Total Rs.....	1.701:893\$000



FONTE: Relatório apresentado no Conselho Municipal de Jaquary pelo Intendente Municipal Cel. Sylvio Marchiori em sessão de 15 de novembro de 1928.

Intendencia Municipal de Jaguary

RELAÇÃO GERAL DAS INDUSTRIAS E COM-
MERCIO EXISTENTES NO MUNICIPIO DE
JAGUARY EM 31 DE OUTUBRO DE 1928.

ESPECIE	1. dist.	2. dist.	3. dist.	4. dist.	Total
Açougues.....	2	2	—	—	4
Alfaiatarias.....	3	—	—	—	3
Agencias de automoveis.....	2	—	—	—	2
Bilhares.....	2	—	—	—	2
Barbearias.....	7	—	—	—	7
Barracas.....	2	—	—	—	2
Casas commerciaes de I cathegoria	13	3	1	—	17
Casas commerciaes de II cathegoria	8	5	4	1	18
Casas commerciaes de III cathegoria	22	5	6	12	45
Casas de calçado.....	3	—	—	—	3
Casas de modas.....	2	—	—	—	2
Cortumes.....	4	1	1	—	6
Compradores de prodtos. coloniaes	4	1	3	—	8
Carpintarias.....	5	1	—	—	6
Dentistas.....	3	—	—	—	3
Descascadores de arroz a vapor....	4	—	—	—	4
Engenho de serrar madeira a vapor	1	2	3	2	8
Exportadores.....	13	3	2	2	20
Emprezas de arroz a vapor.....	3	—	—	2	5
Filiaes de Casas Bancarias.....	3	—	—	—	3
Fabrica de café.....	1	—	—	—	1
Fabrica de carroças.....	2	—	—	—	2
Fabrica de rapaduras.....	11	—	—	—	11
Fabrica de tijollos.....	2	—	—	—	2
Fabrica de fogões.....	1	—	—	—	1
Fabrica de cerveja.....	1	—	—	—	1
Fabrica de gazosa.....	1	—	—	—	1
Fabrica de Fumo.....	22	58	—	—	80
Fabrica de aguardente.....	19	3	14	3	39
Fabrica de vinho nacional.....	68	15	60	—	143
Funilarias.....	2	—	—	—	2
Ferrarias.....	9	9	2	—	20

Intendencia Municipal de Jaguary

RELAÇÃO GERAL DAS INDUSTRIAS E COM-
MERCIO EXISTENTES NO MUNICIPIO DE
JAGUARY EM 31 DE OUTUBRO DE 1928.

ESPECIE	1. dist.	2. dist.	3. dist.	4. dist.	Total
Hoteis.....	3	1	—	—	4
Moinhos hydraulicos.....	9	3	5	3	20
Moinhos a vapor.....	1	2	1	—	4
Marcenarias.....	2	—	—	—	2
Medicos.....	3	1	—	—	4
Officinas mechanicas.....	1	—	—	—	1
Photographos.....	2	—	—	—	2
Plantadores de alfafa em grande escala.....	2	—	—	2	4
Pharmacias.....	3	—	—	—	3
Pensões.....	4	—	—	—	4
Pedreiros.....	13	—	—	—	13
Padarias.....	3	—	—	—	3
Relojoarias e joarias.....	1	—	—	—	1
Sellarias.....	2	1	—	—	3
Sapatarias.....	3	2	—	1	6
Typographias.....	1	—	—	—	1
Talabarterias.....	6	1	—	—	7
Tamancarias.....	3	—	—	—	3
Trilhadeiras a malacate.....	—	1	—	—	1
Trilhadeiras a vapor.....	—	1	—	—	1

Secretaria da Intendencia Municipal de Jaguary, 31
de Outubro de 1928.

O Secretario

Salathiel Fernandes



A N E X O N.º III

DESCRIBÇÃO DA SITUAÇÃO ESCOLAR DOS MUNICÍPIOS DE IJUÍ, ERECHIM E JAGUARI - 1921

	IJUÍ	ERECIM	JAGUARI
População geral	9.520	20.110	14.940
população em idade escolar	6.096	8.709	...
matriculas verificadas	3.836	1.971	999
alunos matriculados em mil habit.	129,94	98,01	66,87
% da matric. em relação à população em idade escolar	62,92	22,63	...
frequência verificada	3.585	1.892	76,2
percentagem em relação à pop. geral	12,14	9,4	...
idem em relação à pop. escolar	58,80	23,4	...
idem em relação à pop. verificada	93,45	95,99	76,27
área superficial em km ²	1.424	6.500	...
população geral por km ²	20,73	6,25	...
população escolar por km ²	2,76	1,33	...
orçamento geral municipal	180:000\$000	122:860\$000	110:550\$000
despesa com instrução em relação à receita geral	13,22	3,25	8,14
subvenções do governo do estado	11:800\$000	1:200\$000	5:400\$000

FONTE: Relatório apresentado ao Ex. Dr. Borges de Medeiros pelo Dr. Protásio Alves, secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1922. p.83,88 e 92.

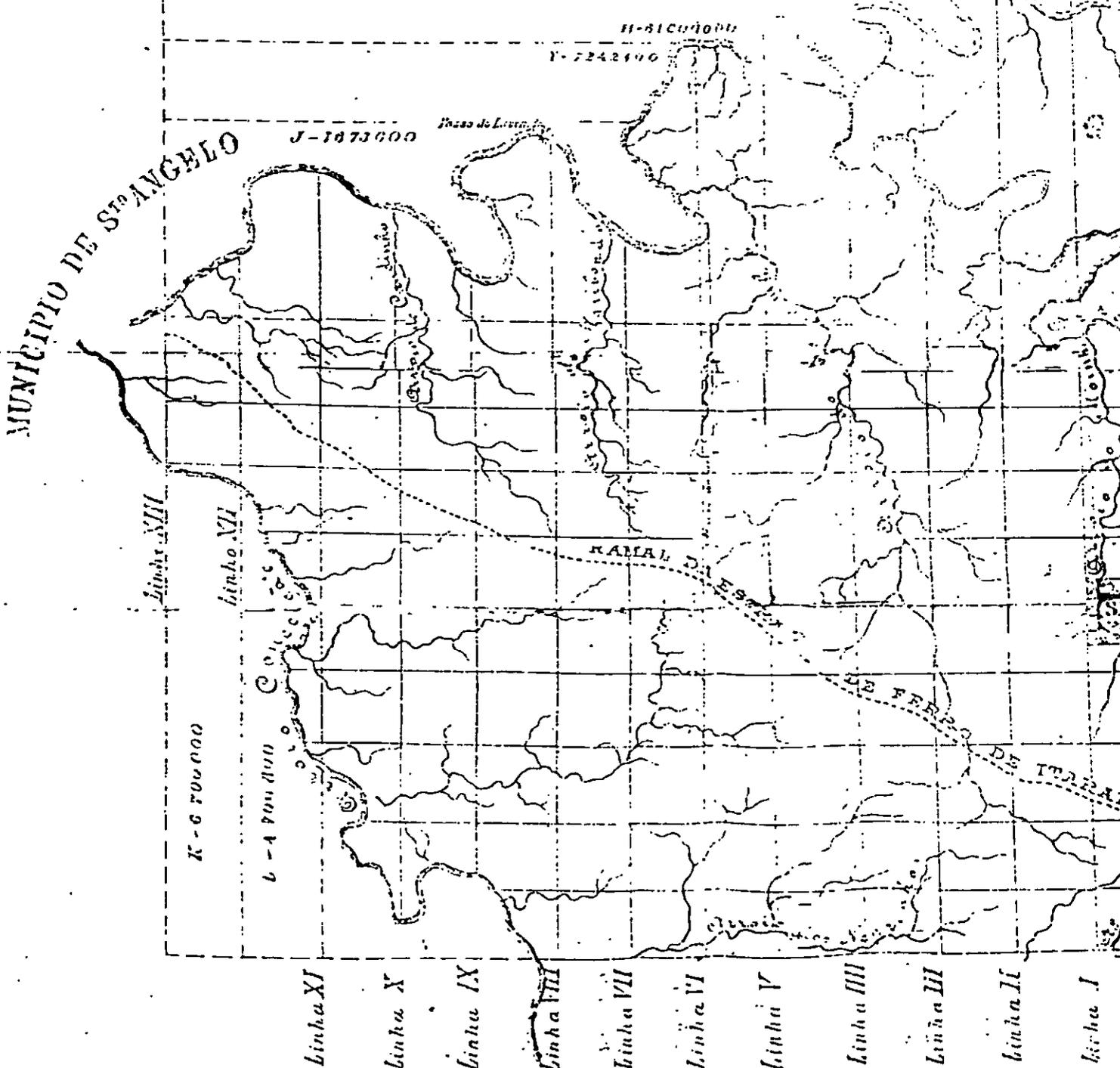
PLANTA DA COLONIA IJUI

FUNDADA EM OUTUBRO DE 1830

Declinação da agulha: 4° 30' Leste

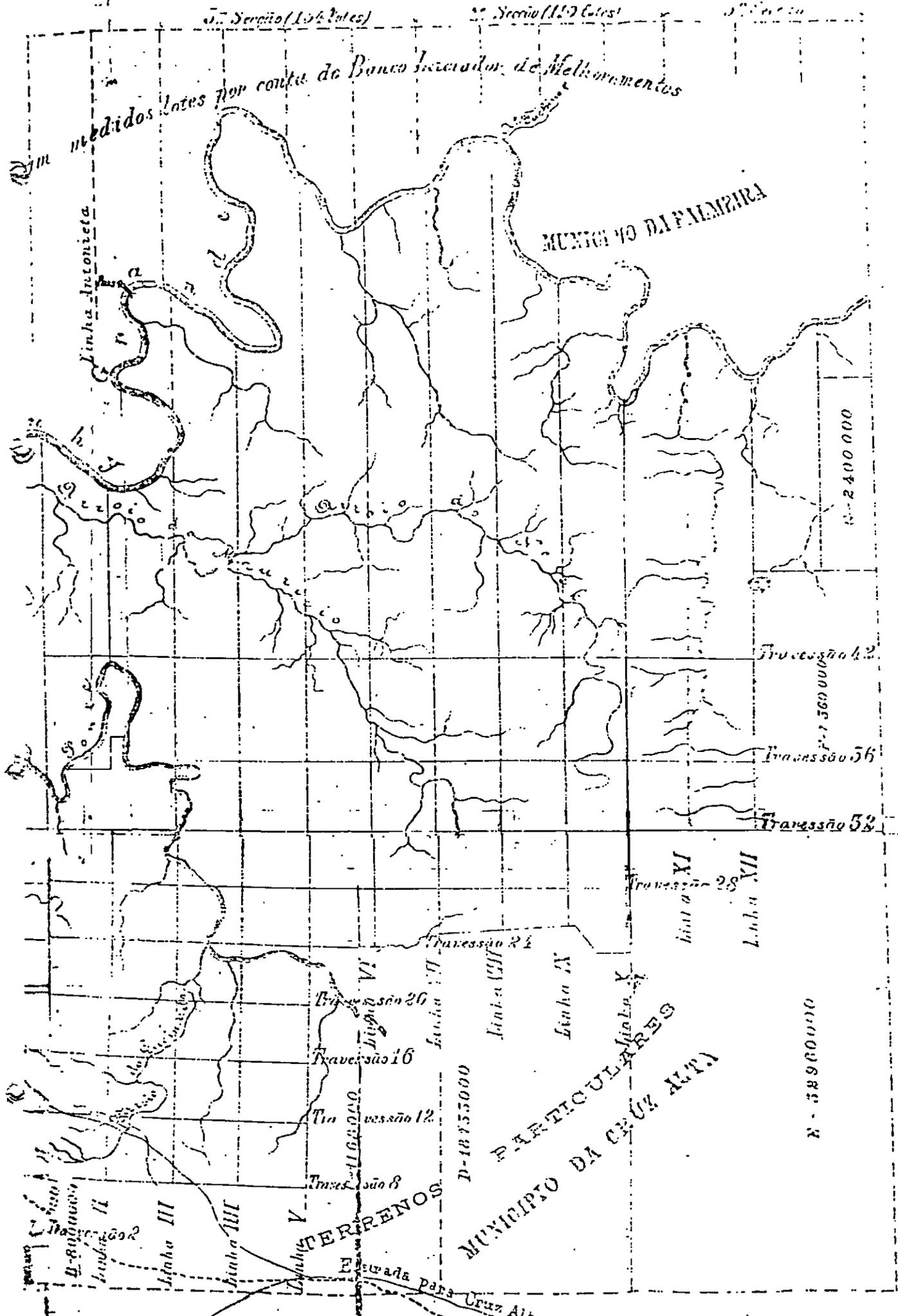
Escala: $\frac{1}{80000}$

MUNICIPIO DE S^{TO} ANGELO



Colônia particular Conceição
propriedade de José Gabriel da Silva Lima

medidos lotes por conta do Banco Lacerador de Melhoramentos

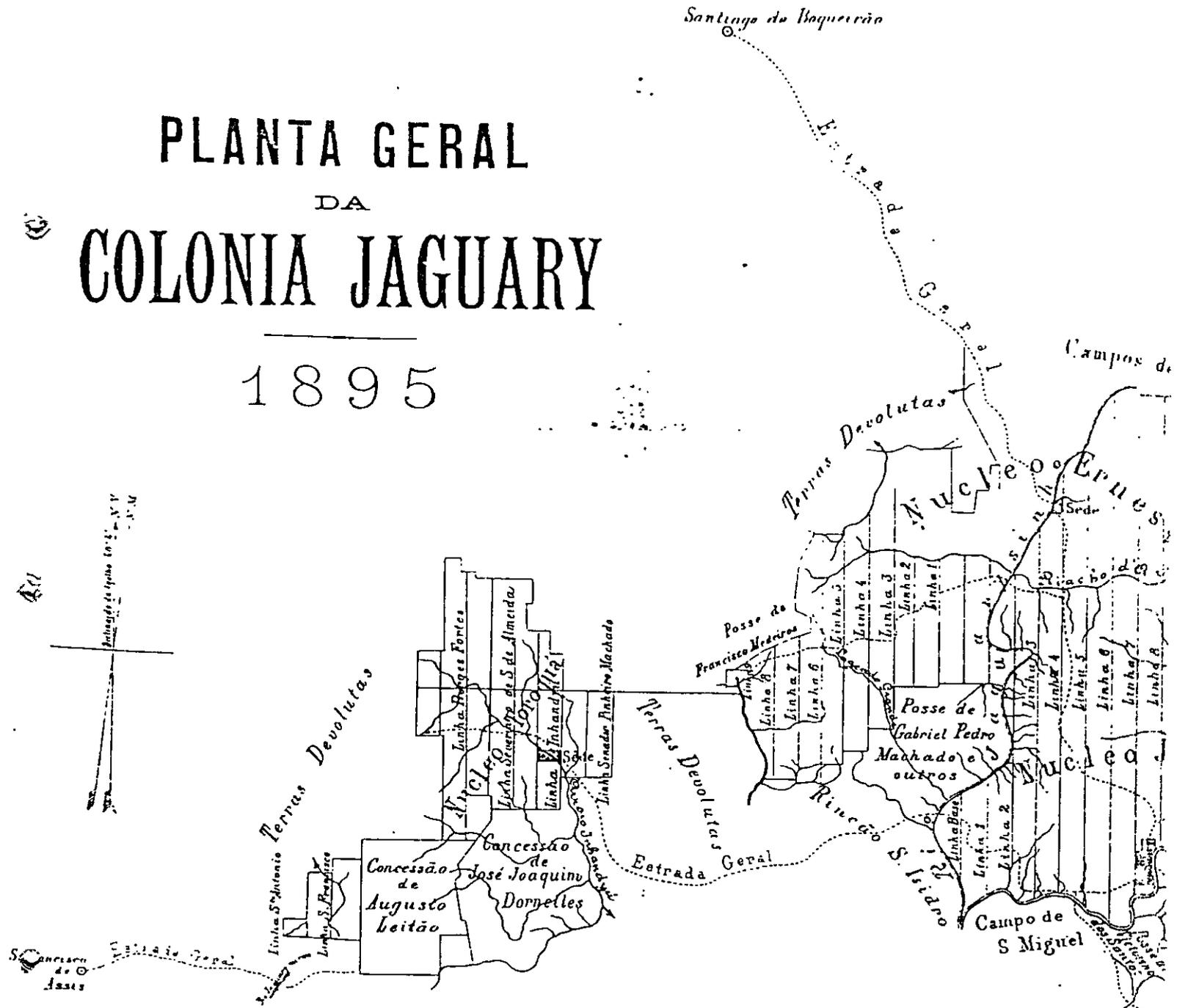


Legenda

- / Município em que se acha: Santo Angelo e Cruz Alta.
- / Area superficial cultivada: 132.090.000^m².
- / Area superficial inculta: 313.070.000^m².
- / Area total: 445.070.000^m².
- / Distancia a estação da Cruz Alta (Estação de Ferro de Itararé) 8 leguas.

PLANTA GERAL DA COLONIA JAGUARY

1895



A B S T R A C T

The purpose of this paper is to investigate the factors that influence the emergence of an uneven process of regional development. It is intended to explain why certain regions have developed more rapidly than others.

The regions studied include the geographical area comprising the limits of two counties in the state of Rio Grande do Sul, in order to obtain better operationalization.

The study's methodological characteristic is being a case study. Two cases are studied: the Ijuí and the Jaguarí counties.

The analysis is made through the historical-comparative method, which allows the constant comparison between the two cases being studied.

It should be emphasized that the analysis is done with the constantly linking of the resulting aspects of the uniqueness in the study - the region - with the resulting aspects of the universality of the area where the region is located - the State and the Country.

Thus, besides the characteristic of social, economic and political formation of the two counties (regions), the study also presents aspects of the social, economical and political formation of the State of Rio Grande do Sul.

The literature review and the discussion have been divided into three distinct parts: (1) the sociocultural system, (2) the economic system, and (3) the ideologic-political system.

In the sociocultural system, indicators as the numbers of schools and students, frequency to school, budget expenditures with education and means of communication are analysed, and the different cultural potencialities inherent to the various ethnic groups are rated.

In the economic system, the aspects concerning the geographic localization of the regions, such as quality of the soil and transportation infrastructure are analysed.

In the ideologic-political system, the community organization, cooperatives, unions, trade associations and the electoral importance of the regions are analysed.

The fundamental purpose is to perceive which are the levels of influence of the variables pertaining to the various systems in the uneven development process.

It was evident that the two regions showed a differentiated process concerning their development along a period of time. Ijuí developed more quickly than Jaguarí.

The conclusion is that although the economic system had a decisive influence on the uneven development of the two regions, it could not, by itself, explain all the differentiation process. The sociocultural system intervened at the same time, as well as the ideologic-political system in the attainment of the uneven development process.

There are some clues indicating that the ideologic-political system may have had a determining interference in the uneven results of the process, but the uniqueness of the research, being two case studies, does not allow more emphatic conclusions. We recommend that the subject be pursued by other researchers.

BIBLIOGRAFIA CITADA

01. ADORNO, Theodor. Introdução à controversia sobre o Positivismo na sociologia alemã. São Paulo, Abril, 1980.
02. ALBERHEIM, Ursula. Uma comunidade teuto-brasileira. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1962.
03. ALBUM ILUSTRADO DO PARTIDO REPUBLICANO CASTILHISTA, RS. Porto Alegre, Selbach, 1934.
04. ALMEIDA, Francisco Lopes de. O caráter social da "união sagrada" entre republicanos e libertadores. Estudos Ibero-americanos. Porto Alegre, Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 7(1-2):107-14, julho e dezembro, 1981.
05. ALMEIDA, Severiano de Souza e. Colônia Jaguary. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1907.
06. ALMOND, Gabriel et alii. Uma teoria de política comparada. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
07. ALTHUSSER, Louis. A favor de Marx. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
08. ALONSO, W. Teoria de la localizacion. In: NEEDLEMAN, L. Análisis Regional. Madrid, Editorial Tecnos, 1972.
09. AL-SAMARIE, A & MILLER, H.P. State differentials in income concentration. American Economic Review, 57, March, 1957, p.59-72.
10. AMIN, Samir. Seminário: Sens et contresens du developpement. Secção 1, Caractère irreversible ou no du devenir technico-industriel. In: BIROU, A. & HENRY, P.M. Pour un autre developpement. Paris, IEDES, Presses Universitaires de France, 1976, p. 25-42.
11. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE EXPORTAÇÃO, 1920-1940. Porto Alegre, Of. Gráficas da Livraria do Globo, 1942.
12. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1921. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1922.
13. BACK, León. A Imigração Judaica. In: ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE. Canoas, Regional, 1958.
14. BALDWIN, Robert. Padrões de desenvolvimento nas regiões de colonização recente. In: SCHWARTZAN, Jacques (org.) Economia regional, op. cit. 435-62.
15. BARBOSA, Aluisio. Polos de desenvolvimento (nota introdutória) In: SCHWARTZMAN, Jacques (org.). Economia Regional, op. cit. p. 139-44.

16. BECKER, Gray S. Investment in Human Capital: A theoretical Analysis. In: The Journal of Political Economy, 70, Oct., 1962. (Supplement.)
17. BERRY, Brian. City size distribution and economic development. Economic development and cultural change, v. 9, July 1961.
18. BODEI, Remo. Gramsci: Vontade, racionalização. In: POLÍTICA e história em Gramsci. Rio de Janeiro, Instituto Gramsci, Civilização Brasileira, 1978.
19. BRANDÃO, Cincinato. Jaguari. Porto Alegre, Globo, 1940.
20. BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Estatística das Finanças do Brasil. Rio de Janeiro, Tip. da Estatística, 1926.
21. BRASIL. MINTER. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SHERFAU - Planejamento a nível microrregional. Rio de Janeiro, 1972. Anais do III Curso Intensivo de Planejamento Urbano e Local, v. 1.
22. BRUMER, Anita et alii. Análise do Status sócio-econômico e de Padrões de comportamento entre quatro grupos étnicos. Porto Alegre, UFRGS, IEPE, 1973.
23. BUCKLEY, Walter. A sociologia e a moderna teoria dos sistemas. São Paulo, Cultrix.
24. BURHOP, Eric. Os problemas da ciência e tecnologia para o desenvolvimento. In: TABAC, Fanny (Org.). Dependência tecnológica e desenvolvimento nacional. Rio de Janeiro, Pallas, 1975.
25. CAMPELLO & SOUZA, M. do Carmo. Estados e Partidos Políticos no Brasil. S. Paulo, Alfa-Omega, 1976.
26. CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
27. CASIMIR, Jean. Duas cidades no Nordeste do Brasil: sua estrutura social e sua importância para a planificação econômica regional. América Latina, Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 10(1): 3-48, mar. 1967.
28. CASTELLANOS, Federico. El desequilibrio general y el desarrollo desigual. Problemas del Desarrollo: Revista Latinoamericana de Economía, México, 4(14): 21-44, Mayo/jul., 1973.
29. CEPA-RS (Coordenadoria Estadual de Planejamento Agrícola) Indicação de Culturas e disponibilidade de solo a nível de município. Porto Alegre, 1978.

30. CHILCOTE, Ronald. Dependency: A critical syntheses of the literature. Latin American Perspectives. 1(1):4-29, Spring, 1974.
31. CONGRESSO DO PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE - 1923. Porto Alegre, Tipografia D'A Federação, 1924.
32. COSTA, Ramonaval Augusto. Distribuição da renda Pessoal no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1977.
33. COSTA FRANCO, Sergio. Júlio de Castilhos e sua época. Porto Alegre, Globo, 1967.
34. COUTINHO, Luciano. Desigualdades Regionais: uma revisão da literatura. Revista Administração de Empresa, Rio de Janeiro, 13(3): 63-75, Jul./Set., 1973.
35. CUBER, Antonio. As margens do Uruquai. Ijuí, Museu Antropológico Diretor Pestana, 1975.
36. CUNHA, Ernesto A. Lassance. O Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908.
37. CUNHA, Luiz Antonio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.
38. D'APREMONT, Bernadin & GILLONNAY, Bruno de. Comunidades indígenas brasileira, Polacas e italianas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, UCS/EST, 1976.
39. DE BONI, Luiz & COSTA, R. Os italianos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, UCS/EST, 1979.
40. DEE. Instituto de Geografia e Estatística. Sinopse Estatística Municipal, Porto Alegre, Of. Graf. da Empresa Oficial, 1945.
41. DINIZ, Eli. Empresário, estado e capitalismo no Brasil - 1930/1945. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
42. DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. 4. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
43. DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico. S. Paulo, Editora Nacional, 1978.
44. EMMANUEL, Arghiri. El intercambio desigual: ensayo sobre los antagonismos en las relaciones economicas internacionales. México, siglo XXI, 1972.
45. FERRARI, Alfonso Trujillo. O método comparativo na pesquisa social. Sociologia, S. Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 24(1): 1-13, 1962.
46. FRANK, Gunder. Acumulação dependente e subdesenvolvimento. São Paulo, Brasiliense, 1981.

47. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
48. FRIEDMAN, John. Planejamento Regional: problemas de integração espacial. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org). Economia Regional. Op. cit. 381-94.
49. FUNDAÇÃO IBGE. Indicadores sociais: relatório 1979. Rio de Janeiro, 1979.
50. FUNDAÇÃO IBGE. Censo Agropecuário. Rio Grande do Sul, série regional, 1975. Rio de Janeiro, 1979, v. 1, t. 20.
51. FURTADO, Celso. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
52. _____. Pequena introdução ao desenvolvimento. São Paulo, Nacional, 1980.
53. _____. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
54. GALVAO, Olimpio de Arroxelas. Efeitos espaciais das políticas de comércio exterior no Brasil: das origens das desigualdades regionais ao modelo exportador. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 6º, Porto Alegre, ANPEC, Meridional/Emma, 1978. v. 2, p.817-94.
55. GARDOLINSKI, Edmundo. Imigração e colonização polonesa. In: ENCICLOPÉDIA Rio Grandense. Canoas, 1958. v. 5, p. 3-114.
56. GARCIA, Antonio. Elementos para una teoría latinoamericana del desarrollo. Problemas del desarrollo; Revista latinoamericana de economía, México, 17, Feb./abr., 1974. p. 27-56.
57. GRACIAREMA, J. O poder e as classes sociais no desenvolvimento da América Latina. São Paulo, Mestre Jou, 1974.
58. GLASER, Berney & STRAUSS, Anselm. The discovery of grounded theory. 4. ed. University of California, Aldine Publishing Company, 1971.
59. GODELIER, Maurice. Horizontes da antropologia. Lisboa, Edições 70, 1980.
60. GOLDMAN, Lucien. Ciências humanas e filosofia. 4. ed., São Paulo, Difel, 1974.
61. GRAMSCI, Antonio. Concepções dialéticas da história. 3.ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

62. HABERMAS, Jurgem. Legitimation Crisis. Boston, Beacon Press, 1975.
63. _____. Técnica e ciência enquanto ideologia. São Paulo Abril, 1980. p.314-43. (Os Pensadores).
64. HAGEN, Everett. As origens do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Forum, 1969.
65. HEILBRONER, Robert. A luta pelo desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
66. HILHORST, Jos. Planejamento Regional. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
67. HIRSCHMAN, Albert. Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org). Economia Regional, op. cit. 35-52.
68. HOOVER, Edgard & FISCHER, Joseph. Estudo sobre o crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org). Economia Regional, op. cit. p. 281-90.
69. HOSELI,TZ, Bert. Aspectos sociológicos do crescimento econômico. Brasil Portugal, Fundo de Cultura. 1964.
70. IANNI, Octávio. O estado e o desenvolvimento do Brasil. América Latina. Centro de Pesquisas em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Jan./mar. 1964, p. 39-56.
71. IBAM. (Instituto Brasileiro de Administração Municipal.) O município e o processo de desenvolvimento - papel do planejamento local. Rio de Janeiro, 1976.
72. JACKSON, Merril. Pour un developpement spontâne des societes traditionelles. In: BIROU, A & HENRY, P.M. Pour un autre developpement. Paris, IEDES, Presses Universitaires de France, 1976, p. 255-74.
73. JAGUARIBE, Helio. Introdução ao desenvolvimento social. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
74. KAHN, Joel. Imperialismo e reprodução do capitalismo. In: CARVALHO, Edgard A. (org) Antropologia Econômica. São Paulo, Livraria Ciências Humanas. 1978.

75. KAYAYAN, Agop & GRANCIS, David. Socio-economic comparisons of four ethnic groups in the State of São Paulo, Brazil. Experientiae. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, v.23, fev. 1977.
76. KLASSEN, Leo H. Polos de crescimento: perspectiva econômica. In: SCHWARTZAN, Jacques. Economia Regional. op. cit. p.209-34.
77. KUNKEL, John H. Society and Economic Growth. New York, Oxford University Press, 1970.
78. LAGEMAN, Eugenio. A industrialização do Rio Grande do Sul. P. Alegre, IEPE/UFRGS, 1978. (Relatório de Pesquisa nº 4).
79. LAMBERT, Jacques. Os dois Brasis. Rio de Janeiro, INEP, 1960.
80. LANGONI, Carlos. Distribuição de Renda e desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973.
81. LAZZAROTO, Danilo. Ordem Religiosa e Desenvolvimento - Os capuchinhos em Ijuí. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1981. (Tese de mestrado em História).
82. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 2. ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
83. LENIN, V. Duas táticas da social democracia na revolução democrática. S. Paulo, Editora e Livraria Livramento. 5. ed. (s.d.).
84. LERNER, Daniel. The Passing of traditional society. New York, The Free Press, 1968.
85. LEWIS, Marcia. A presença dos industriais da política riograndense durante a República Velha. Estudos Ibero-americanos. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 7(1-2):81-7, julho e dezembro, 1981.
86. LOPES, A. Simões. Desenvolvimento Regional. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.
87. LOSH, A. The economies of location. New Hagen, Yale University Press, 1975.
88. LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho. São Paulo, Perspectiva, 1975.
89. LUXEMBURG, Rosa. A acumulação de capital. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
90. LUZ FILHO, Fábio. Aspectos agro-econômicos do Rio Grande do Sul. S. Paulo, Livraria Acadêmica, 1936.
91. MALAN, Pedro Sampaio. Desenvolvimento econômico e democracia: a problemática mediação do Estado. Rio de Janeiro, Pontifícia Católica, Departamento de Economia, 1979.

92. MARQUES, Mário Osório. Triçoeregião. (Um estudo de caso) Ijuí, FIDENE, 1976.
93. MARX, Karl. O capital. São Paulo, Civilização Brasileira, 1978.
94. McCLELLAND, David. A sociedade competitiva. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1972.
95. MEDEIROS, Laudelino. Formação da sociedade Rio-grandense. Porto Alegre, UFRGS, 1975.
96. MOOG, Viana. Bandeirantes e Pioneiros. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
97. MULLER, Geraldo. Periferia e dependência Nacional, Estudo do Desenvolvimento do capitalismo no RS. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1972. Tese de Mestrado em Sociologia.
98. MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro, Saga, 1968.
99. NORTH, Douglas. A agricultura no crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org). Economia Regional, op. cit. p. 333-44
100. _____. Teoria da Localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org). op. cit. 291-314, 1977.
101. OLIVEIRA, Franklin de. Rio Grande do Sul, um novo Nordeste. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961.
102. OSÓRIO, Joaquim Luiz. Os partidos políticos no Rio Grande do Sul - Período Republicano. Porto Alegre, Globo, 1930.
103. PAELINK, Jean. A teoria do desenvolvimento regional polarizado. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org). Economia regional. op. cit.
104. PARETO, Vilfredo. Manual de economia política. Buenos Aires, Atlaya, 1945.
105. PEREIRA, Luiz. Ensaio de sociologia do desenvolvimento. 2. ed. São Paulo, Pioneira, 1979.
106. PERROUX, François. Dinâmica do desenvolvimento latino americano. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.
107. PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha Gaúcha. Porto Alegre, Movimento/IEL, 1980.
108. _____. República Velha Gaúcha. "Estado Autoritário e economia". In: RS: Economia & Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 193-228.

109. POULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
110. PREBISCH, Raul. Dinâmica do desenvolvimento latino-americano. Rio de Janeiro, Fundo de cultura, 1963.
111. REICHEL, Heloisa Jochins. A indústria têxtil do Rio Grande do Sul - 1910/1930. Porto Alegre, Mercado Aberto/IEL, 1980.
112. RICHARDSON, Harry. Elementos of regional economics. Baltimore, Maryland, Pagguin Books, 1969.
113. _____. Economia regional: Teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
114. RIOS, José Arthur. Aspectos políticos de assimilação dos italianos no Brasil, II. Sociologia, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 20(4): 501-29, 1958.
115. ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969, v. 1-2.
116. ROGERS, Everett M. Diffusion of innovations. New York, Macmillan, 1962.
117. ROMO, Carlos Matos. O espaço físico na política de desenvolvimento In: SCHWARTZMAN, Jacques. Economia Regional, op. cit. p. 395-414.
118. SCHILLING, Paulo R. Crise econômica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Difusão de Cultura Técnica, 1961.
119. SCHULTZ, Theodore. O capital humano, investimento em educação e pesquisa, Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
120. SCHWARTZMAN, Jacques (org). Economia regional; (textos escolhidos) Belo Horizonte, CEDEPLAR/DEPREDE-MINTER, 1977.
121. SCHWARTZMAN, Jacques. Outras teorias de desenvolvimento regional (nota introdutória) In: SCHWARTZMAN, Jacques (org). Economia Regional, op.cit. p. 235-40.
122. SCHUMPETER, Joseph. Teoria do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

123. SEERS, Dudley. The meaning of development, International Development Review, 11(4): 2-6, Dec, 1969.
124. SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã do Itajaí-Mirim. Porto Alegre, Movimento, 1974.
125. SHAFFER, Harry G. Investment in human capital: a comment, The American Economic Review, 51 : 1026-34, 1961.
126. SILVA, Sergio. Valor e renda da terra. São Paulo, Polis, 1981.
127. SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. 2. ed. S. Paulo, Nacional, 1977.
128. _____. Desenvolvimento e crise. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
129. SHERMAN, Robinson. Theories of economic growth and development: Methodology and content. Econ. Development and Cultural Change, 21(1): 54-67. 1972.
130. SOUZA, Paulo Renato Costa. Um modelo primário exportador regional el caso del Rio Grande do Sul - Brasil. Santiago, Universidad del Chile, 1973. Tese (Mestrado).
131. SOUZA, Maria Adélia et alii. Considerações sobre o planejamento e a ação microrregional. In: BRASIL, MINTER, op. cit. p. 42-61.
132. STAWINSKI, Alberto Vitor. Primórdios de imigração polonesa no Rio Grande do Sul. P. Alegre, EST/UCS, 1976.
133. SUNKEL, O. & PAZ, P. Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Forum, 1974.
134. TIEBOUT, Charles M. As exportações e o crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org). Economia Regional. op. cit. p. 315-23.
135. _____. Valoración de los modelos input-output regionales e interregionales. In: NEEDLEMAN, L. Análisis Regional (textos escogidos) Madrid, Editorial Tecnos, 1972.
136. UFRGS/SUDESUL/SERFHAU. Política de desenvolvimento Urbano para o Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1970.
137. WEBER, Max. Conceito de Categoria de Cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme. (org.) O fenômeno urbano. 3. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. p. 68-89.

138. WEBER, Max. Economia y sociedad. México, Fondo de Cultura, Económica. 1964.
139. WEINTRAUB, Dow. Rural periphery, societal center, and their interaction in the process of agrarian development: A comparison Analytical framework. Rural Sociology, 35(3): 367-76, 1970.
140. WEISSKOPF, Thomaz. Teoria do imperialismo americano: Uma canalização crítica. In: ARPE, 6(3): 46-60. Fall, 1974.
141. WOOTTON, Grahon. Grupos de Interesse. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

DOCUMENTOS

01. RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Rio Grande do Sul pelo secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Cândido José Godoy, Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1912.
02. RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Sr. Dr. Protásio Alves, secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Casa de Correção, 1914.
03. RELATÓRIO da Secretaria de Estado dos Negócios e Obras Públicas: 1910, 1913, 1914, 1903, 1897, 1899, 1904, 1915, 1912, 1917, 1901.
04. RELATÓRIO apresentado ao Ex. Dr. Borges de Medeiros pelo Dr. Protásio Alves, secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1922, v. II.
05. RELATÓRIO apresentado ao Ex. Dr. Octávio F. da Rocha, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo secretário da Fazenda do Estado, Antonio Marinho Loureiro Chaves, Porto Alegre, Globo, 1914.
06. RELATÓRIO apresentado ao conselho municipal de Jaguary pelo intendente municipal Cel. Sylvio Marchiori em sessão nº 13 de 13 de novembro de 1928. Jaguari, D'A Liberdade, s.d.
01. RELATÓRIO dos Campos do Serro Pellado. Ijuy e Uruguay, explorados em 1857-1858, Ofício dirigido ao brigadeiro Manoel Luiz O-sório, nº 538-539 (s/p).

02. Correspondência Ativa, comissão de terras do Jaguari, livro 60, ano 1902.

01. Mensagens do Dr. Borges de Medeiros à Assemblêia Legislativa de 20 de setembro de 1899 e de 20 de setembro de 1902.

JORNAIS

01. A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 23 de abril de 1897.

SÉRIE DE TESES DE CONCLUSÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL E SOCIOLOGIA RURAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - IEPE.

01. SÁ, José Itamarío. Utilização de Mão-de-Obra e Níveis de Renda em Pequenas Propriedades Rurais, Santa Rosa - RS. 1965. 85 f.
02. FACHEL, José Fraga. Adoção de Práticas Agrícolas Numa Área Sul-Riograndense. 1966. 68 f.
03. GUTIÉRREZ, Julio Peña. A Mão-de-Obra como Medida do Módulo da Propriedade Rural. 1966. 112 f.
04. RICHTER, Humberto Vendelino. Produção de Leite em Santa Cruz do Sul. 1967. 70 f.
05. SCHNEIDER, Ivo Alberto. Comunicação e Uso de Crédito Rural, Ibirubá. 1967. 125 f.
06. POLI, João Baptista E.H. Descrição e Análise das Rendas em Relação ao Uso de Empréstimos em Pequenas Propriedades Rurais: Lajeado - Rio Grande do Sul. 1967. 132 f.
07. TROLLER, Neiva. O Papel da Comunicação Coletiva na Modernização dos Agricultores. 1969. 93 f.
08. KONZEN, Otto Guilherme. Influência Econômica do Projeto Piloto de Crédito Rural sobre as Empresas Agrícolas de Ibirubá - Rio Grande do Sul - Brasil. 1969. 114 f.
09. LANZER, Edgar Augusto. Análise Econômica de um Grupo de Experimentos de Fertilização e Calagem do Solo na Cultura do Trigo - Rio Grande do Sul. 1970. 117 f.
10. RIEDL, Mário. Estratificação Social numa Área de Colonização do Rio Grande do Sul. 1970. 84 f.
11. SCHNEIDER, João Elmo. A Influência de Fatores Sócio-Culturais na Inovabilidade e Eficiência dos Agricultores: Estrela e Frederico Westphalen - RS. 1970. 130 f.
12. FROHLICH, Egon Roque. Análise de Conteúdo dos Assuntos Agrícolas e sua Relevância Situacional nos Jornais do Estado do Rio Grande do Sul. 1970. 99 f.
13. SELBACH, Jacob Christiano. A Suinocultura a Nível de Empresa. Ibirubá, RS. 1967. 1971. 120 f.
14. FALKEMBACH, Elza Maria Lemos Fonseca. Funções Sociais da Habitação do Operário de Origem Rural no Município de Porto Alegre. 1971. 132 f.
15. STULP, Valter José. Planejamento de uma Empresa Rural Típica - Estrela - RS 1971. 218 f.
16. GABOARDI, Luci de Lima. Aspirações Educacionais e Ocupacionais da Família Rural - Garibaldi - RS. 1971. 112 f.
17. BIANCHI DOS REIS, Ana Maria. Integração do Operário de Origem Rural na Sociedade Urbano Industrial da Grande Porto Alegre. 1971. 173 f.
18. NOSKOSKI, Carlos. Análise Econômica do Uso de Corretivos na Cultura do Trigo. Safra 1969 - Ibirubá - RS. 1972. 91 f.
19. BRUMER, Anita. Sindicalismo Rural e Participação dos Agricultores em Sindicato, em Candelária, Rio Grande do Sul, Brasil. 1972. 189 f.
20. SCHERER, Ilse. Associativismo e Sindicalismo Rural no Rio Grande do Sul. 1972. 170 f.
21. BROUWERS, Peter Joseph Antonius. Estudo Descritivo e Análise de Mercado de Ovos de Porto Alegre, 1965/67. 1972. 211 f.

22. SCHUCK, José Hilário. Eficiência no Uso da Terra e das Práticas Agrícolas da Produção de Trigo, Soja e Milho, Ibirubá - RS. 1972. 146 f.
23. LORENCI, Carlos Argeu da Silva. Estrutura das Fazendas e seus Efeitos na Rentabilidade e Capacidade de Amortização de Empréstimos - Alegrete - RS. 1972. 107 f.
24. CHALOULT, Norma Beatriz. Processo Migratório Rural-Rural - RS. 1972. 142 f.
25. OLIVEIRA NETO, José Augusto de. Crédito Para Capital de Giro às Cooperativas de Suinocultores no Rio Grande do Sul, Estudos de Casos. 1972. 216 f.
26. GIULIANI, Bernardino. Influência de Fatores Sócio-Econômicos no Nível e Estrutura de Consumo em Família de Agricultores e de Operários Urbanos. 1972. 122 f.
27. LESSINGER, Egídio. Análise Econômica do Efeito Residual do Fósforo e do Calcário num Experimento com Pastagem e Trigo, Através de Funções de Produção, Vacaria - RS. 1965/1970. 1972. 100 f.
28. MARX, Ingrid Helene. Marginalidade Econômica e Implicações Sociais - Candelária - Rio Grande do Sul, Brasil. 1973. 133 f.
29. KRATZ, Ana Christina de Andrade. Fórmulas para Estimar a Dificuldade de Leitura dos Artigos Agrícolas Publicados em Jornais Sul-Riograndenses para Agricultores de Baixo Grau de Escolaridade 1973. 83 f.
30. DARÓS, Gildo. Conscientização de Agricultores numa Área de Reforma Agrária - Passo Real - RS. 1973. 115 f.
31. GRWUNDER, Atos Freitas. O Planejamento Econômico de uma Fazenda no Rio Grande do Sul. 1973. 266 f.
32. ECHEVERRIA, Luiz Carlos Robaina. Renda da Operação Agrícola e Capacidade de Amortização de Empréstimos de Agricultores Mutuários - Carazinho - RS. 1973. 143 f.
33. CARDOSO, Vera Talita Machado. Elasticidade-Renda da Procura de Alimentos para a Classe de Operários da Indústria de Transformação em Porto Alegre - RS. 1970. 1974. 115 f.
34. MATTUELA, Juvir Luiz. Análises de Consumo e Renda a Nível de Famílias Rurais - Campo Real - RS. 1974. 81 f.
35. RODRIGUES, Paulo Coutinho. Análise Econômica de um Sistema de Engorda de Bovinos em Confinamento - RS. 1975. 96 f.
36. MOROSINI, Marília Costa. Estudo Comparativo de Fertilidade em Áreas Rurais - RS. 1975. 130 f.
37. STEFANELLO, Eugênio Libreloto. Análise Econômica e Relação Técnica entre o Rendimento da Soja e o Emprego de Fertilizantes e Calcário em 10 Locais do Rio Grande do Sul. 1975. 149 f.
38. PONS, José Luiz Marona. Análise Econômica da Alocação de Recursos em um Grupo de Propriedades Pecuárias do Município de São Gabriel - RS. 1975. 82 f.
39. NAVARRO, Zander Soares de. Relação entre o Status Social e Variáveis Sócio-Culturais em Áreas Rurais do Estado de Santa Catarina. 1975. 83 f.

40. ADAMS, Reinaldo Ignácio. Estrutura e Rentabilidade do Capital nas Empresas Rurais de São Borja - RS. 1975. 83 f.
41. RAMALHO, Helomar Duarte. Escassez de Mão-de-Obra na Região Cacaueira da Bahia, Fatores Condicionantes. 1976. 86 f.
42. GOMES, Aloisio Teixeira. Análise de Custos de Produção de Suínos em um Grupo de Explorações Localizadas em Micro-Regiões Coloniais - RS. 1973. 1976. 66 f.
43. LENZI, Zuleika Mussi. Eletrificação Rural e Processo de Modernização Rural. 1976. 114 f.
44. PEIXOTO, Heverton. Períodos Ótimos de Venda de Soja Face ao Risco de Mercado. 1976. 70 f.
45. WESTPHAL, Selmo. Tendência da Produção e Produtividade Agrícola e Modificações no Uso dos Fatores Terra, Mão-de-Obra e Mecanização - Estado do Paraná, 1960/70. 1976. 116 f.
46. MENDES, Judas Tadeu Grassi. Impacto na Renda e na Utilização dos Recursos Devido à Recombinação das Alternativas sob Condições de Restrição no Uso dos Solos do Município de Loanda, Estado do Paraná. 1976. 83 f.
47. FONSECA, Vera Osório da. Análise Econômica da Aplicação de Doses e Fontes de Nitrogênio na Cultura do Trigo, sob Condições de Risco, em Pelotas, Rio Grande do Sul. 1976. 82 f.
48. SALLES, Pedro Afonso Almeida de. Análise Econômica de Dois Experimentos de Adubação e Manejo da Pastagem Nativa e sua Implicação na Produtividade da Pecuária. 1977. 138 f.
49. SCHULZE, Margot Barbosa. A Influência de Fatores Sociológicos na Produtividade Agrícola nos Municípios de Garibaldi e Candelária - RS. 1977. 86 f.
50. PAUL, José Maria. Análise Econômica de Funções de Produção em Fertilização e Calagem de Milho na Região do Norte Pioneiro do Paraná. 1977. 133 f.
51. ARNIZAUT, Paulo. O Abate e o Parque Abatedor de Bovinos no RS - 1971/1974. 1977. 144 f.
52. MARRE, Jacques André Leon. Influência do Eco-Sistema Natural e Artificial sobre os Níveis de Aspirações Profissionais. 1977. 137 f.
53. SZUBERT, Eva Barbosa. Estratificação Social em Fotografias Aéreas. 1977. 114 f.
54. ASMAR, Selem Rachid. Estudo Analítico de Fatores que Afetam a Aspiração Educacional do Aluno do 8º Ano Fundamental. 1977. 82 f.
55. MORENO, Pedro Vale. Análise Econômica de Combinações, Máquinas e Implementos e Áreas das Empresas Rurais do Município de Ibirubá - RS. 1977. 64 f.
56. EHRENSPERGER, Regina Maria Gubert. Estrutura da Comunidade Urbana de Residência e Nível de Aspiração Ocupacional. 1978. 118 f.
57. BORTOLUZI, Clodoaldo Roque Dallajustina. Análise de Fatores Associados à Área e Produtividade do Arroz no Rio Grande do Sul. 1978. 102 f.
58. ROBALINO, Julio Enrique Benitez. Mobilidade Social Vertical num Grupo de Agricultores de Ibirubá - RS. 1978. 99 f.
59. TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Fatores de Comunicação e Mentalidade do Produtor Rural. Um Estudo Realizado em Dois Municípios na Região Cacaueira da Bahia. 1978. 99 f.

60. ELY, Aloisio. Análise Econômica da Exploração de Gado de Corte: Alternativas Tecnológicas da Produção Forrageira e Animal, numa Região do Rio Grande do Sul. 1979. 101 f.
61. VILCAHUAMÁN, Luciano Javier Montoya. Experimento na Cultura do Milho: Análise Econômica e Custos de Decisões Sob Incerteza. 1979. 99 f.
62. MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme Adalberto. Análise das Mudanças de Alguns Coeficientes Técnicos na Criação de Bovinos de Corte no Rio Grande do Sul. 1979. 66 f.
63. ZUNG, Che Yee. Função dos Sistemas Administrativos e sua Eficácia - Cooperativas Agrícolas do Paraná. 1979. 128 f.
64. FREIRE, Loiva de Mello. Fatores que Explicam Diferenças de Renda Entre Pequenos Produtores Rurais - Cruzeiro do Sul - RS. 1979. 108 f.
65. FREIRE, Japiassu de Mello. O Efeito do Crédito Rural e de Taxas de Juros Associado à Mudanças de Tecnologia, na Renda Líquida nas Pequenas Empresas Rurais - Cruzeiro do Sul - RS. 1979. 86 f.
66. SKRABA, Irineu. Função Consumo. Determinação e Análise a Nível de Proprietários Rurais do Município de Cruzeiro do Sul - Estado do Rio Grande do Sul. 1980. 103 f.
67. BUZANELLO, Edegar João. Relações Sociais Tradicionais na Agricultura de Dois Municípios da Região Cacaueira da Bahia. 1980. 123 f.
68. ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. Participação Social dos Operários de Origem Rural em Área Urbana - Londrina - PR. 1980. 110 f.
69. COSTA, Fernando Paim. Análise Econômica de Produção de Ovos em Condições Comerciais no Rio Grande do Sul. 1980. 83 f.
70. PROTAS, José Fernando da Silva. Análise de Aspectos Econômicos que Envolvem a Cultura da Cebola a Nível de Propriedades no Município de São José do Norte - RS. 1980. 60 f.
71. HAUSEN, Clarisse Lima. Influência do Tamanho da Propriedade na Participação de Agricultores em Instrumentos de Política Agrícola - Cruzeiro do Sul - RS. 1980. 85 f.
72. CUEVAS, Gabriela Inês Riveros. Análise Econômica da Oferta de Pêssegos no Estado do Rio Grande do Sul. 1980. 63 f.
73. RODIGHIERI, Honorino Roque. A Adubação Fosfatada e a Competitividade entre as Culturas Feijão, Milho, Soja e Trigo. Uma Análise Econômica, Cascavel - PR. 1980. 90 f.
74. HOFFMANN, José Hermeto. Fruticultura: Uma Solução para a Baixa Renda e o Êxodo Rural da Pequena Propriedade? 1980. 130 f.
75. DOSSA, Derli. Análise Econômica na Aplicação de Nitrogênio, Fósforo e Potássio em um Experimento de Mandioca. Uma Alternativa Metodológica. 1980. 63 f.
76. NOGUEIRA JÚNIOR, Sebastião. A Relação Preço-Qualidade e a Procura de Algodão no Reino Unido. 1980. 87 f.

77. SAUER, Ademilário. Participação Social na Região Cacaueira da Bahia. Uma Análise Regional e Uma Investigação Empírica com Produtores de Cacaú em Dois Municípios. 1981. 182 f.
78. ORTIZ, Jaime César Naranjo. Política de Preços e Criação do Emprego na Agricultura Chilena. 1981. 165 f.
79. AGOSTINI, Irceu. Alternativas Agrícolas de Inverno em Condições de Risco e de Limitação na Disponibilidade de Máquinas para a Região do Planalto, Rio Grande do Sul. 1981. 92 f.
80. PEREIRA, Laércio Barbosa. Estudo da Viabilidade do Incremento nos Níveis de Renda e Emprego nas Pequenas Propriedades Agrícolas do Município de Torres - RS. 1981
81. KITAMURA, Paulo Choji. Economicidade de Investimentos em Conservação de Solos no Sistema Trigo-Soja. 1981. 96 f.
82. TAMBARA, Zilma da Costa. Condições Habitacionais de Operários de Indústria de Transformação de Porto Alegre e Fatores que as Afetam. 1982. 84 f.
83. PRESOTTO, Danilo. Fatores Associados ao Nível de Satisfação do Cooperativado na Organização Cooperativa de Produção Agrícola. 1982. 139 f.
84. CAVALLAZZI, Mario Roberto. O Desenvolvimento, o Crédito Rural e o Agente Financeiro. 1982. 129 f.
85. ASSUMPTÃO, Antonio Gomes de. A Resposta da Produção Agrícola ao Crédito Rural no Estado do Rio Grande do Sul, Período. 1955-77. 1983. 122 f.
86. FREITAS, Claro Luiz de. Mudanças na Posse da Terra e Capitalização da Agricultura no Rio Grande do Sul, 1983. 81 f.
87. ROHR, Ernani João. Investimentos e Custos do Tratamento de Efluentes Poluidores de Curtumes do Vale do Rio dos Sinos - RS. 1983. 170 f.
88. FRAGA, Tânia Marília Gomes. Estudo da Liderança em Três Comunidades Rurais no Rio Grande do Sul. 1983. 149 f.
89. ILHA, Adair da Silva. Estimação de Relações entre Despesa com Sub-Ítem de Alimentação e Despesa Total para Grupos Homogêneos de Famílias da Classe de Operários da Indústria de Transformação de Porto Alegre, RS - 1975. 1983. 126 f.
90. HENDERIKX, Elisabeth Maria Johanna. Respectivas Ocupacionais do Jovem no Meio Rural (O Caso dos Filhos de Pequenos Produtores no Estado do Paraná). 1983. 126 f.